CIÊNCIA & TECNOLOGIA – *Agilidade e flexibilidade na gestão*

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ VOL 21 ■ Nº 7 ■ JULHO DE 2001 ■ R$ 6,00

MATO GROSSO

A construção da COMPETITIVIDADE

FGV
IBRE

ISSN 0100-4298

AVESTRUZES
Criá-los pode ser um ótimo negócio

MERCADOS FUTUROS
As vantagens das carteiras de investimento

ALCA
Pior sem ela

APAGÃO
O que fazer para não chegarmos a ele

OS OGMs
vistos sob três princípios do direito ambiental







Mais uma vez a Cargill vai deixar sua marca neste solo rico e generoso.



Solorrico é fértil. Fértil é Cargill. A força do campo tem esta marca.

Juntamos experiência, confiabilidade e qualidade. Uma mistura fértil dos 45 anos da Solorrico com os 135 anos da Cargill, trazendo para o campo mais produtividade através de fertilizantes de alta performance, produzidos com matérias-primas selecionadas e granulometria mais uniforme. A Solorrico passa a se chamar agora Cargill Fertilizantes. Uma marca que tem o compromisso de oferecer uma parceria fértil, com soluções para fazer crescer uma vida melhor.

CARGILL
Fertilizantes

Central de atendimento Tel.: (11) 3146-0700
Av. Paulista, 1842 - 17º andar - Torre Norte
01013-921 - São Paulo - SP



Rabello de Castro: falta um pouco mais de patriotismo

Esse país tem jeito

ENTREVISTA CONCEDIDA A
MÁRCIO BUENO E A IVAN WEDEKIN

"Pecado é não fazer nada", reage o entrevistado do Abre Aspas deste mês, o PhD em economia Paulo Rabello de Castro, quando perguntado se o governo do estado de Mato Grosso não estaria pecando contra os princípios liberais, ao estimular o setor produtivo, obtendo por tabela um crescimento recorde do PIB estadual.

Ninguém melhor que um egresso da Universidade de Chicago para dissertar sobre liberalismo econômico e políticas de governo. E a paixão por esses dois temas vem de longa data. Em 1976, Rabello de Castro criou AgroanalysiS, *inovadora para a época, ao lançar um estilo de abordagem econômica que fez escola. Mais tarde editou* Conjuntura Econômica, *revista da Fundação Getulio Vargas, que ganhou fôlego novo sob sua direção. Atualmente é consultor de empresas,* chairman *da SR Rating (primeira agência brasileira de classificação de riscos) e vice-presidente do Instituto Atlântico, entidade que se destina à proposição de políticas macroeconômicas.*

Rabello de Castro entende que o governo de Mato Grosso é um exemplo de como deve agir um governo: não substituir o setor privado, mas também não ignorá-lo. Apesar das críticas que faz ao governo federal, o economista exibe nesta conversa o mesmo otimismo que registrou no livro Esse país tem jeito?, *lançado na década de 90.*

■ É verdade que não existe política agrícola consistente no país desde o esgotamento do modelo de crédito rural oficial, no final dos anos 80?

— A política agrícola brasileira foi se desfazendo como manifestação da vontade de governo. Há razões para isso: descompromisso com o crescimento, falência financeira do Estado e uma certa esclerose da representação do setor. Desde os tempos de Sarney/Collor, a produção agropecuária "é o que der". Planos de safras vêm sendo desenhados ano após ano, mas a sua execução tem falhado porque, premido pela crise financeira, o governo não consegue alocar os recursos programados, no tempo e hora exigidos pelo calendário agrícola. Mais recentemente, o governo mobilizou o setor privado em torno do Fórum Nacional da Agricultura, mas todo o trabalho virou letra pela prevalência de uma visão de curto prazo no trato das questões de desenvolvimento.

■ Na sua opinião, o Brasil precisa de uma política agrícola formal ou o certo é a política do "salve-se quem puder"?

— Política e governo são sinônimos. Se não for para ter uma política setorial, melhor estar sem governo. Certamente, os recursos na economia são escassos. Então, é preciso gastar bem os recursos públicos. Tivemos avanços importantes na execução da política agrícola, como a modernização da intervenção do governo no mercado. A Conab – Companhia Nacional de Abastecimento – está buscando operar *hands free*, ou seja, não colocar as mãos em produtos e estoques. É muito mais ágil, eficiente

ente e barato para a sociedade que a intervenção seja feita através do mercado de opções ou de Prêmio de Escoamento de Produto, por exemplo. Além disso, é preciso medir o retorno econômico e social de cada centavo aplicado na agricultura. Se isso for feito, certamente concluiremos sobre a ineficiência de dois programas muito badalados, o programa de assentamento dos sem-terra e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Sabemos que a matriz produtiva agropecuária vem se alterando profundamente não apenas no Brasil, mas também no mundo. O censo agropecuário de 1996 revela que os estabelecimentos com menos de 10 hectares representam 49% do total, mas apenas 11% do valor da produção agropecuária. Cada vez mais a produção vem sendo feita por médias e grandes propriedades e isso decorre do fato de que a competição global exige ganhos progressivos nas economias de escala. O governo tem enfatizado mais a questão social do que a produtiva, tratando melhor os sem-terra e os pequenos produtores amparados pelo Pronaf e deixando de lado aqueles que estão respondendo pelo aumento verdadeiro da riqueza agropecuária nacional. Estes, sim, é que estão diante da realidade do "salve-se quem puder".

■ Quais são os setores, internos e externos, beneficiados pela ausência de uma política agrícola?

— Evidentemente, os maiores beneficiados são os concorrentes internacionais, que vivem sentimentos paradoxais em relação ao Brasil. Eles por um lado se assustam quando vêem o enorme potencial de terras agricultáveis no cerrado e até mesmo no Nordeste brasileiro. Mas, por outro, se encantam com a fraqueza do nosso Brasil em transformar esse potencial em realidade competitiva.

■ Quais os fundamentos de uma política agrícola? O estado de Mato Grosso aponta um caminho?

— Política setorial moderna não é baseada em intervenção, mas em diálogo e compreensão das necessidades e ambições do setor. Nesse sentido, Mato Grosso inovou, como é o exemplo através da Fundação Mato Grosso. Ali, o governo encontrou o seu lugar na relação e não se substituiu o setor privado. Houve respeito e confiança de ambos os lados. O Proalmat, programa que potencializou a escalada do algodão no estado, não foi uma idéia do governo, mas uma resposta do governo ao desafio lançado pelo produtores locais, ávidos por uma alternativa econômica à monocultura da soja.

■ Como transplantar a política agrícola de Mato Grosso para o Brasil?

— Não há transplante possível. Cada região é um caso diferente. Carece de observação específica e diálogo com as lideranças locais. A execução das políticas de "localismo", ou seja, para o desenvolvimento local, deve ser precedida por uma compreensão clara da posição competitiva do estado, região ou empresa nos mercados nacional e global. Só a partir daí é que se poderá identificar os setores ou segmentos que devem concentrar os esforços de desenvolvimento. O caso de Mato Grosso é uma experiência a ser acompanhada com cuidado, pois traz lições interessantes de como despertar o potencial regional.

■ Para os princípios liberais, não é pecado um governo, como o de Mato Grosso, instituir subsídios, interferir nos rumos econômicos, no sentido de orientar a atividade empresarial?

— Pecado é não fazer nada, deixando escapar as oportunidades. Mato Grosso não subsidiou a atividade produtiva; que eu saiba, houve apenas redução seletiva de algumas taxações com enorme ganho de arrecadação para o estado, que antes não arrecadava praticamente nada, como o caso do algodão ilustra muito bem.

■ Mato Grosso se tornou um grande produtor de produtos primários — praticamente toda a produção é vendida *in natura*. É um sucesso, mas trata-se do estágio inicial. O Brasil já fez a segunda onda, processando internamente boa parte da produção agrícola. A segunda onda brasileira foi conseguida com muito incentivo governamental, sobretudo via BNDES. Como Mato Grosso poderá estimular a segunda onda sem seguir o mesmo caminho?

— Pense bem: dá para industrializar sem a infra-estrutura adequada? O governo de Mato Grosso "correu atrás do prejuízo", dotando o estado do mínimo necessário de infra-estrutura. Agora pode vir a segunda fase; aliás já chegou com a agroindústria, que progressivamente vem se instalando no estado. O desafio maior, no entanto, é ultrapasssar a fase do agro com a agregação de toda sorte de serviços, com densidade tecnológica, caminhando na direção dos *agriclusters* (*leia o artigo de Ivan Wedekin sobre o assunto nesta edição*).

■ É importante a agregação de valor no estado ou a exportação de produtos *in natura* deve prosseguir?

— Deixar o mercado funcionar é a receita básica; o mercado dirá qual o ritmo da intensificação de valor. O papel do governo é não atrapalhar nem criar incertezas além daquelas naturais ao processo empresarial. Evidentemente, a agregação de valor no estado é um caminho desejável, para gerar renda e abrir novos postos de trabalho para a população mato-grossense.

■ No campo das relações internacionais, o Brasil tem insistido na política – quase sempre infrutífera – de brigar pelo fim das barreiras tarifárias e não-tarifárias. É possível desenvolver outras estratégias? Quais?

— Desconfio de que o nosso país se defende muito mal na verdadeira guerra comercial planetária. Agora mesmo a negociação da Alca oferece oportunidade única de o Brasil conseguir um calendário de eliminação gradual dos subsídios norte-americanos. Para tanto, é preciso que haja muita articulação, envolvendo também os europeus. Será que temos uma agenda pronta para isso ou estamos entrando na guerra com apenas a posição corajosa e isolada de um ministro.

■ Quais seriam as prioridades de um governo verdadeiramente liberal no Brasil de hoje?

— Prioridade de governo no Brasil é, antes de tudo, governar. Estabelecer e divulgar prioridades, valorizar as oportunidades para o maior número possível de indivíduos e sustentar o empreendedorismo em todas as suas facetas. Não é pouco, nem é muito – é o necessário.

■ Esse país tem jeito?

— Sempre teve. Agora, mais do que nunca. Explico melhor o meu pensamento: a população está ficando mais adulta, a inflação caiu, o regime do câmbio é flutuante, existe uma lei de responsabilidade fiscal e, sobretudo, há uma clara percepção daquilo que ainda se precisa fazer mais ou melhor. Falta um pouco mais de patriotismo, com a vontade e o poder político para realizar.

A M or Red de Distribuição de Produtos para a Agricultur do Brasil está Presente no Agronegócio do Mato Grosso.

Agrofel®

www.agrofel.com

MT: Lucas do Rio Verde – Nova Mutum – Sorriso – Tangará da Serra – Campo Novo do Parecis – Sapezal – Campos de Júlio – Primavera do Leste – Campo Verde Rondonópolis – **MS**: Chapadão do Sul – São Gabriel do Oeste – **RS**: Santa Bárbara do Sul – São Luiz Gonzaga – Cruz Alta – Santo Augusto – Passo Fundo – Giruá Palmeira das Missões – Tupanciretã – Bossoroca – Ijuí – Espumoso – São Borja Erechim – Capivari do Sul. Breve Carazinho/RS e Sinop/MT.

24 anos Agrofel®

Matriz - Dom Pedro II, 1351/2° andar - Porto Alegre/RS - (51) 3325.5250
Regional Centro Oeste - Major Gama, 950 - Cuiabá/MT - (65) 623.8022
Regional Sul - Independência, 2447 - Palmeira das Missões/RS - (55) 3742.1375

jumpers + Big Bear

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL
EDITOR: Ivan Wedekin

REDAÇÃO
REDATOR-CHEFE: Regis Alimandro
REDATORES: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza
ARTE: Osvaldo Moreira
REVISÃO: André Pinheiro
EDITORAÇÃO: Texto & Contexto

Colaboradores: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Ignez Vidigal Lopes, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Viviane Seda (estatísticas de preços), Raquel da Silva Guedes (estagiária).

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique @fgv.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS: RIO – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1601, 524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; SÃO PAULO – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e-mail: reparte@uol.com.br; RIO GRANDE DO SUL – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

LIVRARIAS: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.
SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Leslie de Medeiros Moysés

FGV IBRE
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

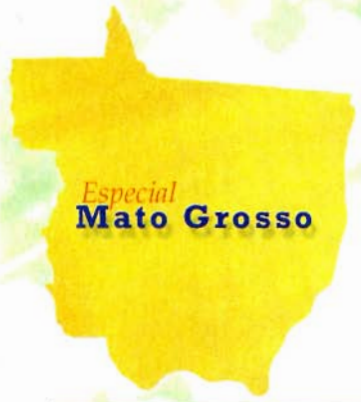
DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Roberto Fendt
CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes
CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri
COORDENADORIA DE PROJETOS/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

Este mês:



8 O exemplo do algodão
Onde o menos vale mais
No estado de Mato Grosso, a renúncia fiscal resultou em um aumento surpreendente da arrecadação
MÁRCIO BUENO

13 Depoimento
Dez vezes Dante
Pouco depois da entrevista que gerou esta matéria, o diretório do PSDB do Rio de Janeiro lançou o nome de Dante de Oliveira como opção do partido para disputar a eleição presidencial do ano que vem
MÁRCIO BUENO

16 Gestão pública
Reforma modelo
De 1995 a 2000 surgiu em Mato Grosso um estado enxuto, saneado e de administração eficiente
MÁRCIO BUENO

18 Pesquisa
Um caso de sucesso
Em curto período de existência, a Fundação MT se tornou referência em pesquisa privada na agricultura brasileira
DARIO HIROMOTO

24 Infra-estrutura
Pontes para o futuro
Criando as bases para o desenvolvimento, o governo de Mato Grosso integra a rede de transportes no estado
MÁRCIO BUENO

28 Transportes
Os caminhos do gigante
Grande em todos os sentidos, Mato Grosso enfrenta desafios – alguns naturais, outros nem tanto
BLAIRO BORGES MAGGI

32 Ações conjuntas
Crescimento acelerado
Os programas de incentivo do governo de Mato Grosso são as molas propulsoras do desenvolvimento do estado
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

37 Meio ambiente
Crescer sem destruir
O governo de Mato Grosso põe em prática um método inovador de controle de queimadas e desmatamentos
MÁRCIO BUENO

40 Oportunidades
Viagem longa e profunda
São estratégicas a redução dos custos, a agregação de valor às matérias-primas e a criação dos agriclusters
IVAN WEDEKIN

46 Biodiversidade
Tesouro botânico
Das 250 mil espécies vegetais no mundo, 50 mil estão na Amazônia e no Pantanal mato-grossense
ANTONIO HERMINIO PINAZZA

47 Biotecnologia
Entre a lógica e o trapézio
O desafio ambiental consiste em adequar o processo científico ao caráter imprevisível da realidade
NIVALDO T. MANZANO

50 Bioenergia
Enquanto é tempo
Para evitar o apagão, o país precisa unir forças e revigorar o setor com fontes alternativas
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

53 Oportunidades
O futuro do futuro
A utilização de contratos futuros agropecuários em carteiras de investimento pode ser vantajosa
FABIO L. MATTOS

Nem tudo são plumas 56
O Brasil descobre o avestruz, aquela ave grande e desengonçada que pode ser um negócio e tanto
ARNALDO ADASZ

57 Ciência & tecnologia
Fortalecimento institucional
A promoção das áreas de C&T no Brasil requer um arcabouço legal que incentive a inovação, sem colocar em risco a continuidade da pesquisa
ALBERTO DUQUE PORTUGAL

59 Comércio
Alca: pior sem ela
Nas negociações no âmbito da Alca, sobram desafios e faltam estudos
MAURO DE REZENDE LOPES

62 Estatísticas

63 Tendências

66 Diário de bordo
Pra não dizer que não falei de flores ... e frutas
O Instituto Brasileiro de Floricultura assinou convênio com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para ampliar as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais. É uma boa notícia, porque no ano passado exportamos apenas US$13 milhões e o programa prevê levar a cifra a US$80 milhões em cinco anos.
ROBERTO RODRIGUES



O agronegócio é o seguinte:

Segunda onda

Mato Grosso está no rumo certo e AGROANALYSIS percorreu esses caminhos para levantar detalhes desse processo de crescimento econômico acelerado.

Na verdade, as bases do processo aconteceram há cerca de duas ou três décadas, quando empresários agrícolas, em maioria oriundos do Sul do país, foram atraídos pelo clima adequado do estado, as áreas extensas e planas e, principalmente, pelo preço das terras, muito abaixo dos então praticados no Sul e Sudeste. Aliás, isso ocorreu não só em Mato Grosso, mas em todo o Centro-Oeste e sul da região Norte, mais ou menos ao mesmo tempo, diferenciando-se apenas pelas condições de acesso e pelas distâncias. Esse mesmo processo aconteceu, mais recentemente, no oeste da Bahia, na região de Barreiras, e está em pleno curso no sul do Maranhão e Piauí, e em outras áreas do território nacional. Portanto, até este ponto, o processo migratório de empresários para as áreas novas de Mato Grosso não tem nada de especial.

Como também é freqüente, nesses casos, a cultura dominante na região de origem dos migrantes é a eleita por parcela majoritária dos novos proprietários. No caso de Mato Grosso, os gaúchos elegeram a soja e, em determinado momento, tiveram sérios problemas de sanidade com a cultura. Neste fato, constatamos a primeira diferença. Ao invés de esmorecerem, de desistirem do empreendimento, os novos empresários de Mato Grosso juntaram seus recursos e os aplicaram na busca de solução para o problema maior: a obtenção de um pacote tecnológico adequado ao cultivo da soja em Mato Grosso.

Pouco tempo depois, algo parecido aconteceu com alguns que se dedicavam ao cultivo do algodão. Esses encontraram o caminho já aplainado, a partir da experiência dos sojicultores.

Mais ou menos em paralelo a este processo, estava em curso um novo governo do estado, cuja preocupação maior, no início do mandato, era o saneamento das contas públicas. Nas palavras de uma das fontes de nosso especial do mês, Mato Grosso fez seu ajuste fiscal pois não havia alternativa. A realidade das contas públicas impunha o caminho.

E o governo – não sem enfrentar divergências e embates com o empresariado – acabou com ele interagindo e construindo.

Foi desenvolvido um inteligente esquema de renúncia fiscal – rebate do ICMS, com aplicação obrigatória em pesquisa agronômica, cuja administração cabe aos empresários – que logrou resolver, em grande medida, os problemas dos sojicultores radicados em Mato Grosso.

No caso da produção de algodão, o sucesso ainda é mais espetacular. O Brasil já foi grande exportador da fibra, quando o algodão era majoritariamente cultivado em São Paulo, Paraná e em alguns estados do Nordeste. Transformou-se em importador crônico de algodão e de seus processados. Hoje, Mato Grosso, graças ao empreendedorismo de seus empresários e à gestão inteligente das contas públicas, está prestes a transformar o país em exportador líquido de algodão. Atualmente, exportamos algodão de qualidade superior e importamos a fibra de qualidade inferior, adequada ao maquinário de nossas empresas de processamento.

Mas nem tudo são flores em Mato Grosso. O estado carrega a pecha de campeão de incêndios; a mata nativa ainda é destruída nem sempre de forma criteriosa. O respeito às matas ciliares nem sempre prevalece; as cidades, em grande maioria, são novas e ainda não conseguiram estabelecer sistemas adequados de serviços públicos; algumas estradas não estão em boas condições; as hidrovias nem sempre atendem aos interesses da população ribeirinha e por aí vai.

Mas o grande desafio posto para as lideranças empresariais e para o governo do estado, seja ele qual for, é viabilizar a segunda onda; a industrialização, a agregação de valor no estado para a base econômica já estabelecida.

Mato Grosso cumpriu bem o dever de casa de estabelecer a base produtiva decorrente de suas condições naturais. Um novo desafio já está posto.



A Agrichem do Brasil disponibiliza para o agricultor, as melhores soluções em Fertilizantes Líquidos do mercado. São mais de 20 produtos com a mais alta tecnologia, garantindo a máxima qualidade para diversas culturas.

SOLUÇÕES LÍQUIDAS PARA ALGODÃO

Agri-K 480 (48% de Potássio)
Supa-Bor (10% de Boro)
Supa-Iron (9% de Ferro E.D.T.A.)

SOLUÇÃO LÍQUIDA PARA MILHO

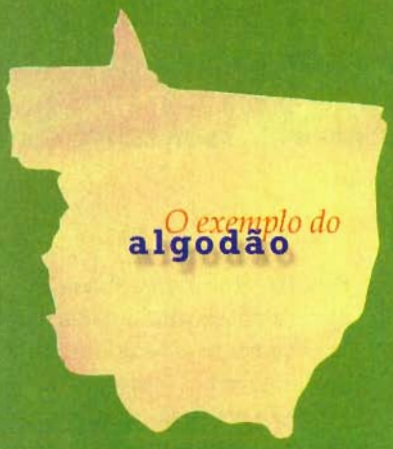
Zinco 75 (75% de Zinco)
inclusive no tratamento de sementes
Equilíbrio Zn (17% de Zinco)

SOLUÇÕES LÍQUIDAS PARA SOJA

Agri-K 480 (48% de Potássio)
Cal 40 (40% de Cálcio)
Equilíbrio Mn (17% de Manganês)
Equilíbrio Zn (17% de Zinco)
Ferriplex 40 (4% de Ferro E.D.D.H.A.)
Hortifós PK (27% P_2O_5 e 27% K_2O)
Supa-Bor (10% de Boro)
Supa-Moly (25% Mo e 25% P_2O_5)
Zinco 75 (75% de Zinco)
inclusive no tratamento de sementes

AGRICHEM® do Brasil

R. Bolívia, 736 - Vila Mariana - Ribeirão Preto - SP
Cep: 14075-250 - Fone/Fax: (16) 628-7371
agrichem@agrichem.com.br - www.agrichem.com.br



O exemplo do algodão

Mato Grosso está contribuindo para a retomada da auto-suficiência brasileira na produção de algodão

Onde o menos vale mais

No estado de Mato Grosso, a renúncia fiscal resultou em um aumento surpreendente da arrecadação

MÁRCIO BUENO

Com uma área 3,4 vezes maior que a do estado de São Paulo, Mato Grosso está caminhando celeremente no sentido de tornar sua força econômica mais compatível com o gigantismo territorial. E tudo indica que o rumo foi encontrado no casamento entre as propostas geradas pela sociedade e as ações governamentais. Um dos exemplos mais significativos foi a instituição do Proalmat – Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso – em 1997, que levou o estado a sair de uma produção, no ano anterior, correspondente a apenas 9,5% da produção nacional para a de maior produtor do Brasil. A estimativa é de que em 2001 a produção da pluma de algodão em Mato Grosso chegue a 56,1% da produção nacional, ou seja, maior que a produção somada de todos os outros estados. O governador Dante de Oliveira é um entusiasta das iniciativas empresariais: "o mérito mais significativo do Proalmat é que a proposta veio do setor privado e foi acatada por nós, indicando um diálogo muito significativo que estabelecemos com a sociedade produtiva".

Setor privado com iniciativa

Representantes do setor privado fazem coro com esse entusiasmo pelo intercâmbio entre governo e sociedade. Um deles é Cloves Vettorato, gaúcho radicado há muitos anos em Mato Grosso e diretor de Relações Institucionais da Fundação Mato Grosso, uma entidade de direito privado. Para ele, uma das peculiaridades do estado, que o diferencia de outros da Federação, são as pessoas. Em resumo, Vettorato entende que Mato Grosso conta com uma iniciativa privada que tem iniciativa, que, em vez de se lamentar ou de encaminhar simples sugestões ao Estado, encaminha projetos elaborados.

Em 1995, os produtores de algodão tiveram sérios prejuízos com

Marcio Bueno é jornalista.



a safra, em razão de doenças desconhecidas que atacaram os algodoeiros. Cerca de 30 produtores, liderados por grandes empresários como Blairo Maggi, Adílton Sachetti e Álvaro Salles,

Mato Grosso conta com uma iniciativa privada que tem iniciativa, que encaminha projetos

solicitaram à FMT – Fundação Mato Grosso – o desenvolvimento de um programa de pesquisas semelhante ao da soja. A Fundação buscou estabelecer parcerias tecnológicas e contratar pesquisadores e consultores especializados, o que propiciou um grande aumento de produtividade da cultura do algodão. No ano seguinte, a entidade elaborou uma proposta de programa de incentivos semelhante ao da suinocultura, que já existia. O da suinocultura – Granja de Qualidade –, também elaborado pela Fundação, partia do princípio de que os incentivos tinham de ser seletivos, condicionados a não se cometerem os mesmos erros de outros estados, com a contaminação dos lençóis freáticos e desrespeito ao meio ambiente. O programa tinha sido aprovado no ano anterior e previa a renúncia fiscal pelo estado de até dois terços do ICMS, desde que os produtores atendessem a uma série de requisitos: contar com animais oriundos de áreas livres de doenças; ter assistência técnica; dar destinação correta aos dejetos e animais mortos; e ter o projeto de criação aprovado por órgãos de controle do meio ambiente. A iniciativa incluiu a criação de um fundo, o Fasm – Fundo de Apoio à Suinocultura Mato-grossense –, com os seguintes objetivos: fazer o *marketing* da carne suína; investir em pesquisas e treinamento de mão-de-obra; e promover a difusão de novas tecnologias. O recursos vinham dos próprios produtores, que encaminhavam ao Fasm 15% do valor da renúncia fiscal conseguida.

O projeto do Proalmat foi elaborado em 1996 e implantado em julho de 97, seguindo o mesmo modelo do programa da suinocultura, com algumas adaptações. O estado passou a renunciar a até 75% do ICMS, índices condicionados a vários requisitos, entre os quais a melhoria da qualidade da fibra do algodão, geração de emprego e renda e respeito ao meio ambiente. O Proalmat incluiu também a criação do Facual – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão –, gerenciado pela iniciativa privada em parceria com o governo, tendo como metas financiar pesquisas de melhoramento genético, controle de pragas e doenças, capacitação de mão-de-obra, realização de eventos técnicos e campanhas de *marketing* do algodão de Mato Grosso. Da mesma forma que o Fasm, fundo da suinocultura, o Facual é sustentado pelos próprios produtores, que destinam ao Fundo 15% do valor da isenção fiscal conseguida. Por exemplo, o produtor que consegue 75% de isenção do ICMS, destina ao Facual 15% sobre 75, ou seja,

O *boom* do algodão em Mato Grosso

Área em mil hectares e produção em mil toneladas

	Área plantada				Produção de pluma			
Safra	Mato Grosso	Brasil	% MT/Br*	Brasil s/ MT	Mato Grosso	Brasil	% MT/Br*	Brasil s/ MT
1996	54	745	7,2	691	33	349	9,5	316
1997	55	636	8,7	581	35	305	11,5	270
1998	110	828	13,3	718	94	436	21,6	342
1999	200	694	28,8	494	243	536	45,4	293
2000	268	824	32,5	556	350	700	50	350
2001	370	858	43,1	488	481	858	56,1	377

O que querem dizer esses dados	
Crescimento de 1996 a 2001: (%)	
• Área plantada em Mato Grosso:	585
• Área plantada nos demais estados:	-29
• Produção em Mato Grosso:	1.358
• Produção nos demais estados:	19

• Mato Grosso produzia apenas 9,5% do total brasileiro e cinco anos depois chegou a nada menos que 56,1%. Ou seja, mais que a produção de todos os outros estados do Brasil juntos.

Fonte: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura –, citada em publicações da Fundação Mato Grosso.

*Percentagem da área plantada em Mato Grosso e da produção de Mato Grosso em relação ao total do Brasil.

Cálculos elaborados com base nos números da Conab.

11,25% sobre o total. Como ele tem que recolher 25% do valor do ICMS devido e destinar 11,25% para o Fundo, o benefício final para o produtor é uma isenção de 63,75%.

Ovo de Colombo

Cloves Vettorato conta que o Proalmat foi aprovado oito meses depois de apresentado, com o apoio decidido do governador Dante de Oliveira e com a oposição de um setor da área econômica do governo, que não concordava com a renúncia fiscal. Esse setor, segundo Vettorato, fazia cálculos de quantas casas populares poderiam ser construídas com o montante da renúncia. Não se previa que o crescimento da produção seria tão grande que, mesmo com a renúncia, haveria um crescimento recorde da arrecadação do ICMS do algodão. O próprio presidente da Fundação Mato Grosso, Blairo Maggi, disse a Dante de Oliveira no dia da assinatura do projeto de lei: "governador, o senhor não sabe o que está assinando e os produtores não sabem o que estão recebendo". O sentido de suas palavras era de que ninguém tinha a noção exata dos benefícios que viriam. De fato, em 1996, quando não havia renúncia fiscal, a arrecadação de ICMS do algodão foi de R$3,4 milhões e, em 2000, tinha subido para R$37,7 milhões (já descontada a renúncia fiscal), o que significou um aumentou real de arrecadação direta de 1.009%. Há que se considerar também, embora neste caso seja impossível elaborar cálculos precisos, a arrecadação indireta sobre combustíveis, energia, comunicações, veículos. Enfim, sobre todos os produtos e serviços que são componentes da produção e comercialização do algodão e que se expandiram junto com a safra. E se forem confirmadas as previsões da Conab – mesmo assim subestimadas, segundo avaliação da FMT – para a produção de algodão em Mato Grosso, em 2001, a arrecadação será ainda muito maior (veja a tabela). A Conab é a Companhia de Abastecimento, do Ministério da Agricultura. O Proalmat acabou se tornando um verdadeiro ovo de Colombo, operando o milagre de transformar *menos* em *mais*.

A disparada da produtividade da pluma

Em toneladas por hectare

Safra	Mato Grosso	Brasil, sem Mato Grosso
1996	0,61	0,46
1997	0,63	0,47
1998	0,86	0,48
1999	1,21	0,59
2000	1,3	0,63
2001	1,3	0,77

O que querem dizer esses dados

Aumento da produtividade de 1996 a 2001

Estado de Mato Grosso: 113%

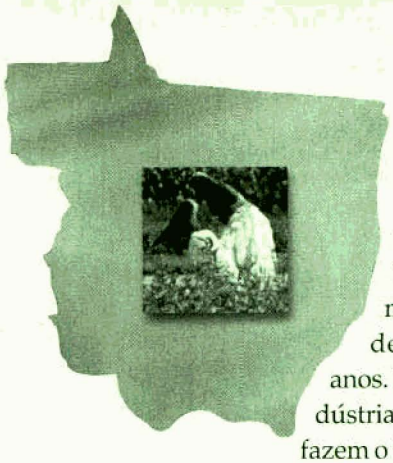
Brasil, sem Mato Grosso: 67%

Cálculos elaborados com base em dados da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, citados em publicações da Fundação Mato Grosso.

***O Proalmat acabou se tornando um verdadeiro ovo de Colombo, operando o milagre de transformar* menos em mais.**



"Desonerar o setor produtivo é investir na geração de empregos, renda e aumento da arrecadação, e o exemplo do Proalmat comprova, na prática, aquilo que o governo federal não está vendo ou não quer ver", afirma Vettorato com certa indignação, lembrando que a reforma tributária não sai do papel. Os benefícios para o estado não se resumiram ao grande incremento da arrecadação. A renda direta gerada pela comercialização chegou a R$ 874,4 milhões em 2000, valor 11,7 ve-



zes maior do que o de 1996. O número de empregos diretos e indiretos saltou de 12,5 mil para 80 mil nesse período de apenas quatro anos. E o número de indústrias algodoeiras que fazem o tratamento inicial cresceu de 11 para 156. O programa de incentivos ultrapassou todas as expectativas. De acordo com números da Conab, a área plantada no estado cresceu, em cinco anos, 585%, enquanto a área plantada no resto do país, excluindo Mato Grosso, sofria uma redução de 29%. Com o aumento da produtividade – propiciada pelos investimentos em pesquisas de melhoramento das sementes, adoção de novas tecnologias e treinamento de mão-de-obra –, a produção cresceu ainda mais que a área: 1.358%. No mesmo período, a produção nos demais estados brasileiros, excluindo Mato Grosso, cresceu apenas 19%. Em 1996, a produtividade da pluma de algodão produzida no estado já era maior que a média do resto do país: 610kg/ha (quilos por hectare), contra 460 kg/ha nos demais estados da Federação. Decorridos cinco anos, a diferença aumentou muito mais. Agora, em 2001, Mato Grosso está produzindo 1.300kg/ha de pluma, contra 770kg/ha nos outros estados.

Auto-suficiência

Com essa arrancada, Mato Grosso está contribuindo para a retomada da auto-suficiência brasileira na produção de algodão, como acontecia até 1991. Nesse ano, a área plantada foi de 1,9 milhão de hectares, e a produção de pluma, de 717 mil toneladas, o que tornava o Brasil não só auto-suficiente, como um grande exportador. Nos anos



seguintes, com a política do governo federal de privilegiar as importações, com a isenção de tarifas para a importação da pluma de algodão, ausência de política de incentivos e de investimentos em pesquisas, câmbio defasado e com os preços internacionais em queda, haveria um encolhimento brutal da área plantada e, conseqüentemente, da produção. O Brasil iria de um extremo ao outro, passando de grande exportador à condição de segundo maior importador mundial de pluma, gastando anualmente mais de US$1 bilhão para atender às demandas da indústria. Com a contribuição decisiva de Mato Grosso, o Brasil recuperou a auto-suficiência e, com a excelente qualidade do algodão produzido no estado, a exportação pode chegar a 150 mil toneladas este ano, com potencial para dobrar esse volume em 2002.

Na retomada do crescimento, analisa Vettorato, houve a participação importante do governo federal, tomando medidas como a ampliação dos limites de financiamento com juros favorecidos, elevação das tarifas de importação de zero para 6% e depois para 8%, criação de linhas de crédito para a indústria comprar o produto nacional nas mesmas condições do importado e o lançamento dos contratos de opção de venda e de compra. Essas medidas favoreceram obviamente os produtores de todo o país e se Mato Grosso deixou os demais estados comendo poeira, isso se deve às iniciativas tomadas no âmbito estadual e, em especial, ao Proalmat. A tal ponto que o programa foi copiado por Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em Goiás, por exemplo, o nome do programa é Proalgo. Com essa generalização do programa, que inclui a renúncia fiscal parcial, a indústria começou a reduzir o preço pago pelo produto, o que representantes do setor algodoeiro dizem se tratar de uma apropriação do incentivo. A direção da Fundação Mato Grosso está atenta a esse desdobramento e já tem praticamente pronta uma proposta que possibilitará uma nova onda, mas que por enquanto prefere não divulgar. Isso confirma a fama do setor produtivo mato-grossense de jogar sempre na ofensiva. A combinação dessa característica do empresariado com a do governador Dante de Oliveira que, segundo Vettorato, cria um clima favorável, propício, e transmite confiança aos produtores, é de se esperar um novo salto na cultura do algodão, contribuindo para que o Brasil se transforme num grande exportador do produto.

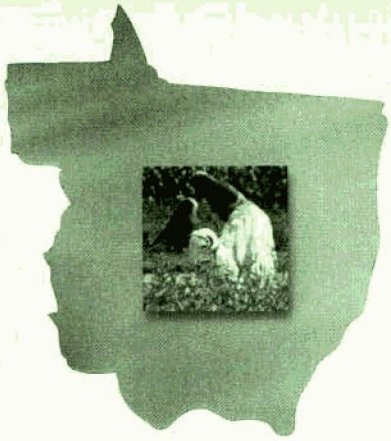


O Mato Grosso de Dante de Oliveira vem exibindo índices de crescimento surpreendentes

Dez vezes Dante

Durante uma conversa com o governador de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, o que mais chama a atenção é o entusiasmo com que fala de seu estado, do crescimento que o estado vem experimentando nos últimos anos e de suas enormes potencialidades. Realmente, Mato Grosso vem exibindo índices de crescimento surpreendentes, fazendo supor que a recessão foi impedida de entrar ali por algum tipo de bloqueio. Quem não conhece os números do desenvolvimento, especialmente os da produção rural, pode achar estranho o entusiasmo de Dante. Afinal, o território que ele enaltece é constituído por 52% de Amazônia, 42% de Cerrado e 6% de Pantanal, o que dificultaria a expansão do setor agropecuário, especialmente em tempos de marcação cerrada das Ongs ambientalistas. A esse questionamento, ele explica que o estado está sendo pioneiro em um sistema avançado de fiscalização do meio ambiente e ao mesmo tempo ainda dispõe de terras agricultáveis de área total cinco vezes maior do que as que são exploradas hoje.

Apesar de estar com 49 anos, Dante é um veterano que traz no currículo um mandato de deputado estadual, dois de deputado federal, dois como prefeito de Cuiabá e está no segundo mandato de governador do estado, além de ter ocupado o cargo de ministro da Reforma Agrária. Seu nome alcançou projeção nacional em 1982, quando apresentou na Câmara Federal a emenda das Diretas, que mobilizaria o país de Norte a Sul para pôr fim à ditadura militar. Hoje, pilotando um dos maiores estados do Brasil em extensão territorial, dentro do qual caberiam 3,4 estados de São Paulo, e cujo PIB vem crescendo a taxas três vezes maiores que os PIBs dos demais estados, o governador pode estar se capacitando para vôos mais altos. Recentemente, pouco depois da realização da entrevista que gerou esta matéria, o diretório do PSDB do Rio de Janeiro lançou seu nome como opção do partido para disputar a eleição presidencial do ano que vem **(M. B.)**.





Dante: "Não sou um grande marqueteiro; na realidade tenho um excepcional produto, que é o meu estado"

Principais iniciativas

Entre as grandes iniciativas do meu governo, a primeira foi a de, antes de assumir, elaborar um plano de metas de ações de curto, médio e longo prazos para 12 anos de desenvolvimento. Era o estado de Mato Grosso de 1995 a 2006. Com isso, quando eu assumi, tínhamos bem claro quais eram as prioridades entre as prioridades. Focamos a infra-estrutura básica para alavancar a economia de Mato Grosso. Mesmo que essas prioridades não fossem de nossa governabilidade – eu dependia do governo federal e dependia de sensibilizar o setor privado – foi vital que nós tivéssemos essa clareza. Fomos para a ofensiva dispostos a resolver e com isso sensibilizamos o governo federal, atraímos o setor privado e resolvemos a equação da energia e o modal de transportes, especialmente da ferrovia, que era um sonho de anos e anos do nosso estado.

Resultados dos investimentos

2 Às vezes eu não acredito que fizemos tanto em tão pouco tempo. Até porque, se consultarmos o plano de metas elaborado, vamos verificar que colocávamos a solução ao longo de 12 anos e, no final do quarto ano de governo, estávamos com a equação energética pronta. Saímos de um estado importador de 85% da energia para, em 2001, alcançar a auto-suficiência e daqui a dois anos nos tornar exportadores de energia. Ou melhor, este ano já vamos começar a exportar.

Crise energética

3 A crise vai afetar o Mato Grosso porque somos parte do Brasil. Não podemos ser ingratos. Se até 1995 nós importávamos 85% da energia que consumíamos, isso significa que Mato Grosso viveu muito tempo dependente da energia de fora. Se vivemos uma crise energética no Brasil, Mato Grosso não pode querer se ilhar. Seria até impatriótico. Então o nosso estado está consciente de que tem de colaborar com o racionamento, com a racionalização. Estou fazendo um grande esforço para que possamos atravessar a crise sem perturbar as indústrias novas que estão se implantando e que precisam de ligações novas para poder produzir.

Setor que mais cresceu

4 A cadeia produtiva em que se situam a agricultura, a pecuária e a agroindústria. Mato Grosso tem sido o maior estado do Brasil em crescimento econômico. Em 1998 crescemos 7,2%, enquanto o PIB brasileiro foi de 0,25%; e agora, em 1999 e 2000, o IBGE está concluindo os estudos; vamos ter um crescimento de mais de 10% ao ano, uma coisa fantástica. Para efeito de comparação, o PIB brasileiro foi de 0,9% em 1999 e de 4% em 2000. E se nós já crescemos tudo isso antes da consolidação dessa infra-estrutura de energia e de transportes multimodal, que reduz custos, imagine-se agora com essa infra-estrutura consolidada. É possível prever, portanto, que o crescimento de Mato Grosso vai ser ainda muito mais vigoroso este ano e nos próximos. Um dos indicadores do crescimento atual é o número de ligações para novas indústrias de médio e grande porte, dados que nos são fornecidos pela Cemat – Centrais Elétricas Matogrossenses –, empresa privatizada em nossa gestão. De maio de 2000 para maio de 2001, a Cemat saiu de 730 para 861 indústrias de médio e grande portes, um crescimento, portanto, de 18% no período de apenas um ano.

Dificuldades iniciais

5 Eu gostaria imensamente que o governo federal já tivesse pronto, desde o primeiro dia da posse do governador, em 1995, um programa de ajuste fiscal para todos os estados brasileiros. Porque nós perdemos mais de um ano e meio para sensibilizar o governo federal de que não adiantava querer segurar e controlar o déficit público no Brasil sem controlar os déficits públicos dos estados e dos municípios. Principalmente nos estados. Foi por isso que demorou. Afinal, as contas públicas

brasileiras são as contas públicas dos municípios, dos estados e da União.

Crescimento e ecologia

6 Acho que esse é o grande diferencial de Mato Grosso em relação a outros estados brasileiros. Tenho a grande satisfação de ter hoje uma área ambiental que é referência para o Brasil inteiro. Todos os projetos de desenvolvimento de qualquer área do estado são balizados pela questão ambiental. Não investimos em nenhum programa sem levar em conta os parâmetros ambientais. Dentro de um estado que tem 52% de região Amazônica, campeão de queimadas, nós desenvolvemos um projeto piloto, o geoprocessamento, em que, através de informática e imagens de satélite, criamos o licenciamento rural. Cada proprietário rural vem à Secretaria de Meio Ambiente e apresenta um projeto do que ele pretende alterar em sua área; nós focamos a propriedade dele, naquele dia, por imagem de satélite, checamos como está, delimitamos a área que pode ser desmatada, preservamos as matas ciliares, cabeceiras de rio, percentagem determinada pela legislação, e aprovamos. Esse mapa informatizado e atualizado com imagens de satélite passa a fazer parte do processo. Depois de um ano recebemos imagens de satélite atualizadas. Se ele cumpriu, tudo bem; se não cumpriu, eu atuo com a fiscalização imediatamente, aplicando uma multa violenta. O Ministério do Meio Ambiente e todo o PPG-7 se reuniu na semana passada em Mato Grosso. Foi uma deferência do Ministério do Meio Ambiente reunir os sete países mais ricos do mundo para avaliar o PPG-7 aqui em Mato Grosso, por causa do nosso trabalho. Eles ficaram simplesmente encantados e o ministro Sarney Filho está levando a nossa experiência para todos os estados brasileiros.

Zoneamento da área rural

7 O zoneamento agroeconômicoecológico de Mato Grosso vai ficar pronto no segundo semestre. Com isso, vamos poder induzir a ocupação e a exploração econômica do estado em bases científicas, sabendo onde estimular a exploração da madeira, a pecuária, onde não se pode mexer, por ser área de reservas. O território mato-grossense é constituído de 52% de Amazônia, 42% de Cerrado e 6% de Pantanal. Da área agricultável, nós utilizamos atualmente 4,5 milhões de hectares e ainda temos 25 milhões para serem explorados. Isso, depois de eu já ter decretado, nos meus dois governos, 1 milhão e 300 mil hectares de áreas de conservação ambiental.

Razões do sucesso

8 Eu costumo fazer muitas palestras sobre Mato Grosso em outros estados, na Europa, nos Estados Unidos, e já ouvi participantes dizerem: "governador, parabéns, o senhor é um grande marqueteiro". Não sou um grande marqueteiro; na realidade o que acontece é que eu tenho um grande produto, um excepcional produto, que é o meu estado. É um estado com potencialidades fantásticas, que recebeu brasileiros de diversas regiões, com capacidade produtiva enorme. Temos um empresariado rural extremamente audacioso, ousado, que investe permanentemente em tecnologia, em pesquisa, criando uma agricultura de alta competitividade, que pode disputar com qualquer outra agricultura do mundo.

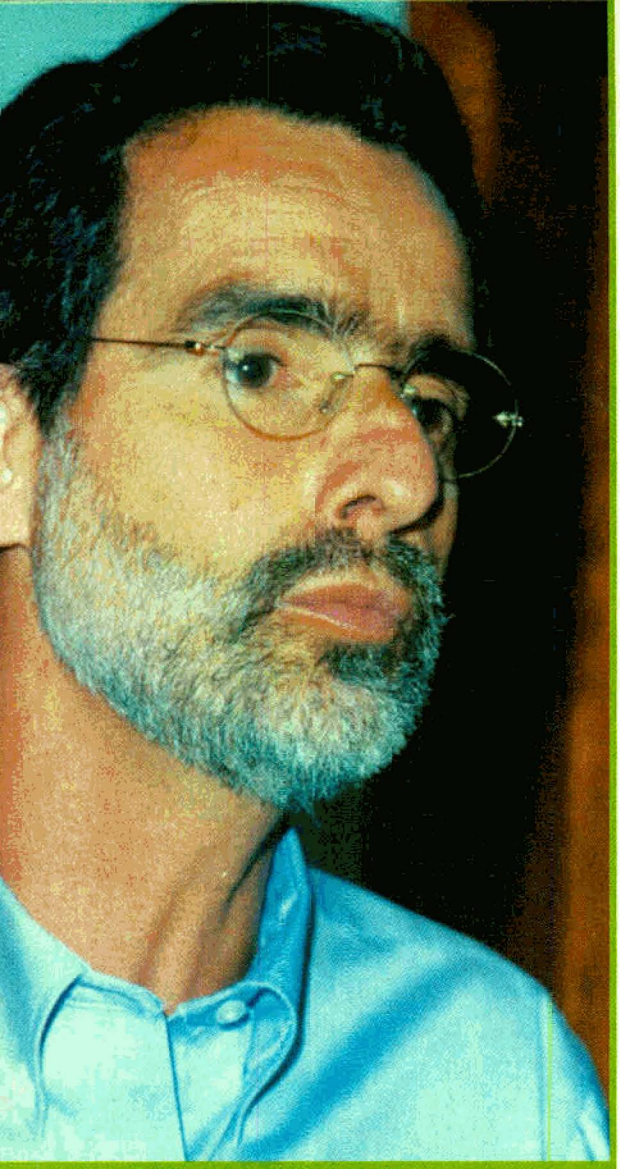
Em 1998 crescemos 7,2%, enquanto o PIB brasileiro foi de 0,25%; e agora, em 1999 e 2000 vamos ter um crescimento de mais de 10% ao ano.

O que faltava

9 O que faltava era ter um governo que fosse o indutor, que fosse o propulsor, que articulasse o setor privado, que fizesse projetos de desenvolvimento, não sozinho, com seus técnicos e tecnocratas, mas com a participação efetiva do setor produtivo. Acho que esse é o segredo do sucesso de Mato Grosso. Os próprios empresários dizem que o governo do estado trabalha em parceria com eles, que cumpre o que acerta, e acho que é isso que está dando segurança ao empresariado para investir no estado.

O modelo é exportável?

10 Acho que a forma de governar pode ser exportada. Nós sempre tivemos uma forma de governar altamente democrática, o que se reflete nos altos índices de aprovação. Como prefeito de Cuiabá eu cheguei a ter a aprovação de 94% da população. No primeiro mandato à frente do governo do estado, tivemos um início difícil, pegando um estado altamente deficitário, mas terminamos com avaliação boa e agora estamos com 77% de avaliação positiva, que é o melhor índice de aprovação durante os meus seis anos de governo. Esse índice é a soma dos que consideram meu governo ótimo, bom e regular positivo. Só de bom e ótimo são 48%, o que é uma honra para mim.



Guilherme Muller: o jeito era atrasar compromissos

Gestão

Reforma modelo

De 1995 a 2000 surgiu em Mato Grosso um estado enxuto, saneado e de administração eficiente

É consenso na área econômica do governo estadual que a reforma implementada – e bem-sucedida – não foi opção política mas imposição da situação fiscal desesperadora, com a administração beirando a ingovernabilidade.

Em 1995, ano da posse do primeiro mandato do governador Dante de Oliveira, as despesas correntes ultrapassavam as receitas correntes em cerca de 26%, sem contar os juros e amortizações da dívida, que consumiam 29% das receitas. "O único jeito era atrasar compromissos, incluindo a folha salarial, que era paga com uma defasagem de 3,2 meses", diz o secretário de Planejamento, Guilherme Muller, que ocupa o cargo desde o primeiro mandato.

A situação era de quase paralisia da administração pública. O secretário conta o absurdo que era tentar manter o ritmo de trabalho e ainda procurar soluções, dependendo da boa vontade de funcionários que estavam passando dificuldades.

Desde 1994, quando Fernando Henrique Cardoso era o ministro da Fazenda, o estado não recebia o FPE, o fundo de participação dos estados, pois o governo federal optou por descontar as parcelas da dívida de Mato Grosso. Em dezembro de 1994, além da defasagem de três meses no pagamento do funcionalismo, o déficit primário correspondia a 41% da receita corrente líquida e a dívida consolidada representava 3,4 vezes a receita líquida real anual. O orçamento público não passava de uma peça de ficção.

Ações de governo

O Programa de Reforma e Modernização do Estado implicou a redefinição do papel do estado, direcionando-o fundamentalmente para as atividades típicas e estratégicas, e foi realizado em duas etapas. Na primeira, a meta foi reduzir o tamanho do estado, promovendo-se privatizações, a extinção das empresas ineficientes, fusões e concessões de empresas e de órgãos. A Cemat – Centrais Elétricas Mato-grossenses –, que estava inviabilizada financeiramente, foi privatizada em 1997, passando ao controle do grupo Rede, presente também nos estados de São Paulo, Paraná, Tocantins e Pará.

Além dessa privatização, foram liquidadas a Casemat, companhia de armazéns gerais, a Cohab, com-

panhia de habitação, a Codemat, companhia de desenvolvimento, e a Sanemat, companhia de saneamento. Nesse último caso, o serviço de fornecimento de água e de coleta de esgotos passou à incumbência dos municípios, estimulando-se a formação de consórcios municipais nos casos de bacias comuns a grupos de municípios. O Bemat, Banco do Estado de Mato Grosso, está em processo final de liquidação. Enfim, o estado, que tinha oito empresas em 1995, chegou a 1999 com apenas três.

A segunda etapa está envolvendo a modernização da gestão pública, com ênfase no aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gerenciamento voltado para resultados. Estão em fase de reestruturação, com a implantação de novos modelos de gestão, a Empaer, empresa de assistência técnica, a Cepromat, empresa de processamento de dados, e a Metamat, empresa voltada para o setor de mineração.

Resultados fiscais obtidos na economia do setor público

Em % da receita corrente líquida

Estrutura	1994	1995	1996	2000	2001
Receita corrente líquida	100	100	100	100	100
Despesas	141	126	91	82	78
Pessoal	91	82	69	54	50
Custeio/Investimento	50	44	22	28	28
Resultado primário	-41	-26	9	18	22
Serviço da dívida	17	29	49	18	18
Resultado operacional	-58	-55	-40	0	4

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, MT.

Em 1995 as despesas correntes ultrapassavam as receitas correntes em cerca de 26%, sem contar os juros e amortizações da dívida, que consumiam 29% das receitas.

Modelo de resultados

Para aumentar a eficiência do Estado, o modelo paternalista/clientelista foi substituído pelo modelo gerencial; o foco, que antes estava nos meios, foi transferido para os resultados; o planejamento tradicional, centrado no *achismo*, foi substituído pelo planejamento científico, baseado em informações; e finalmente está sendo feito um grande investimento na formação e capacitação permanente tanto de dirigentes quanto de servidores.

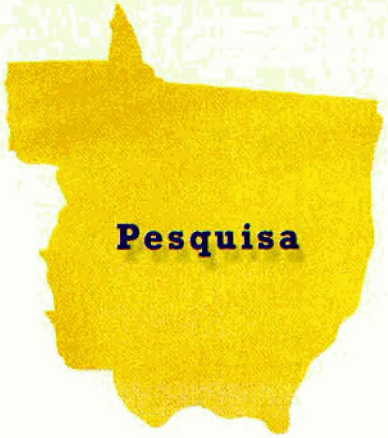
Para completar o enxugamento da máquina pública, viabilizando a administração, foram demitidos 12 mil funcionários que haviam sido contratos de forma irregular. A folha de pagamentos, que consumiu 91% da receita em 1994, este ano não deve ir além de 50%. O ajustamento das contas públicas se deu também com o equacionamento e renegociação da dívida para 30 anos e com um incremento da receita tributária, conseqüência tanto da maior eficiência da máquina arrecadadora, quanto do grande desenvolvimento que o estado vem experimentando.

Tomando como parâmetro preços de março de 1999, a média anual da receita no período 1991-94 foi de R$718 milhões; no período 1995-98, pulou para R$941 milhões anuais, e, em 1999, a receita tributária chegou a R$1,2 bilhão.

Tomadas todas as medidas, Mato Grosso, que amargou um déficit primário de 41% em 1994, já em 1996 comemorava um resultado positivo de 9%. O resultado operacional – no qual se inclui o serviço da dívida – que tinha sido negativo em nada menos que 58% em 1994, chegou ao ano 2000 zerado, o que representava a conquista do equilíbrio fiscal (veja a tabela). A previsão é de que este ano haja um resultado operacional positivo de 4%.

Atualmente o governo trabalha para implementar o PPA – Plano Plurianual – para o período 2000-03, elaborado em consonância com o PPA nacional. Os objetivos são melhorar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – do estado em 10%, com altos investimentos nas áreas sociais; facilitar e aumentar as exportações, tornando o estado mais competitivo e reduzindo o custo dos transportes em 20%. Para isso, o governo está investindo na construção de pontes de concreto e no sistema multimodal, viabilizando sete saídas, que envolvem transportes ferroviários, rodoviários e hidroviários, ligando Mato Grosso ao Norte, ao Sul, ao mercado andino e ao Mercosul.

Outras metas são incrementar a agroindustrialização em 30% e triplicar o valor das exportações de bens e serviços. E todas essas iniciativas estão sendo condicionadas pela proteção e uso racional dos recursos naturais. O governador Dante de Oliveira considera uma verdadeira revolução "um estado redimensionado e radicalmente a serviço do cidadão, e não mais de corporações ou de si mesmo: um estado capaz de produzir bem-estar social" (**M. B.**).



Um caso de sucesso

Em curto período de existência, a Fundação MT se tornou referência em pesquisa privada na agricultura brasileira

DARIO HIROMOTO

A Fundação Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT) é uma instituição privada que desenvolve pesquisas em melhoramento genético, além de pesquisas e orientação técnica em adubação e proteção de plantas para culturas de soja e algodão, criando novos sistemas de produção que fazem parte de um pacote tecnológico adaptado às diferentes regiões edafoclimáticas do estado e dos estados vizinhos.

Sua meta é melhorar a vida das pessoas através do desenvolvimento de tecnologias aplicadas à agricultura, através da execução de pesquisa agropecuária visando solucionar os problemas da agricultura dos cerrados sob a ótica do agronegócio.

O objetivo principal é o melhoramento genético, almejando melhores produtividades e segurança através da resistência a doenças e pragas com melhor qualidade. Essas tecnologias são repassadas diretamente aos produtores de soja e algodão para que as incorporem em seus sistemas de produção.

As novas informações chegam aos agricultores eficientemente, através dos mais de 100 eventos anuais do campo: palestras e seminários técnicos e feiras tecnológicas, em grande parte responsáveis pelos índices e títulos acumulados em Mato Grosso.

Fruto da ação coletiva dos produtores de grãos e sementes de soja e algodão e demais segmentos do agribusiness, a Fundação é um exemplo de organização do setor privado, assumindo em parceria papéis antes só desempenhados pelo estado. Sem fins lucrativos, propriedade diluída entre seus associados, seu grande mérito é gerar bens coletivos em forma de pesquisas e informações, mantendo ao mesmo tempo instrumentos de geração de recursos para sua sobrevivência. Seu surgimento, antes da existência da Lei de Pro-

Dario Hiromoto é diretor geral da Fundação MT.

teção de Cultivares, já previa o pagamento de *royalties* pela propagação de seus cultivares.

Marcha para o cerrado

Quando a produção de soja rompeu as fronteiras, saindo do Sul do país e conquistando o Centro-Oeste, ninguém poderia esperar que a cultura ganhasse com tanta rapidez o cerrado brasileiro. Se em meados da década de 70 a região Sul representava em média 90% da produção brasileira, hoje cabem ao Centro-Oeste 60% da soja produzida no país.

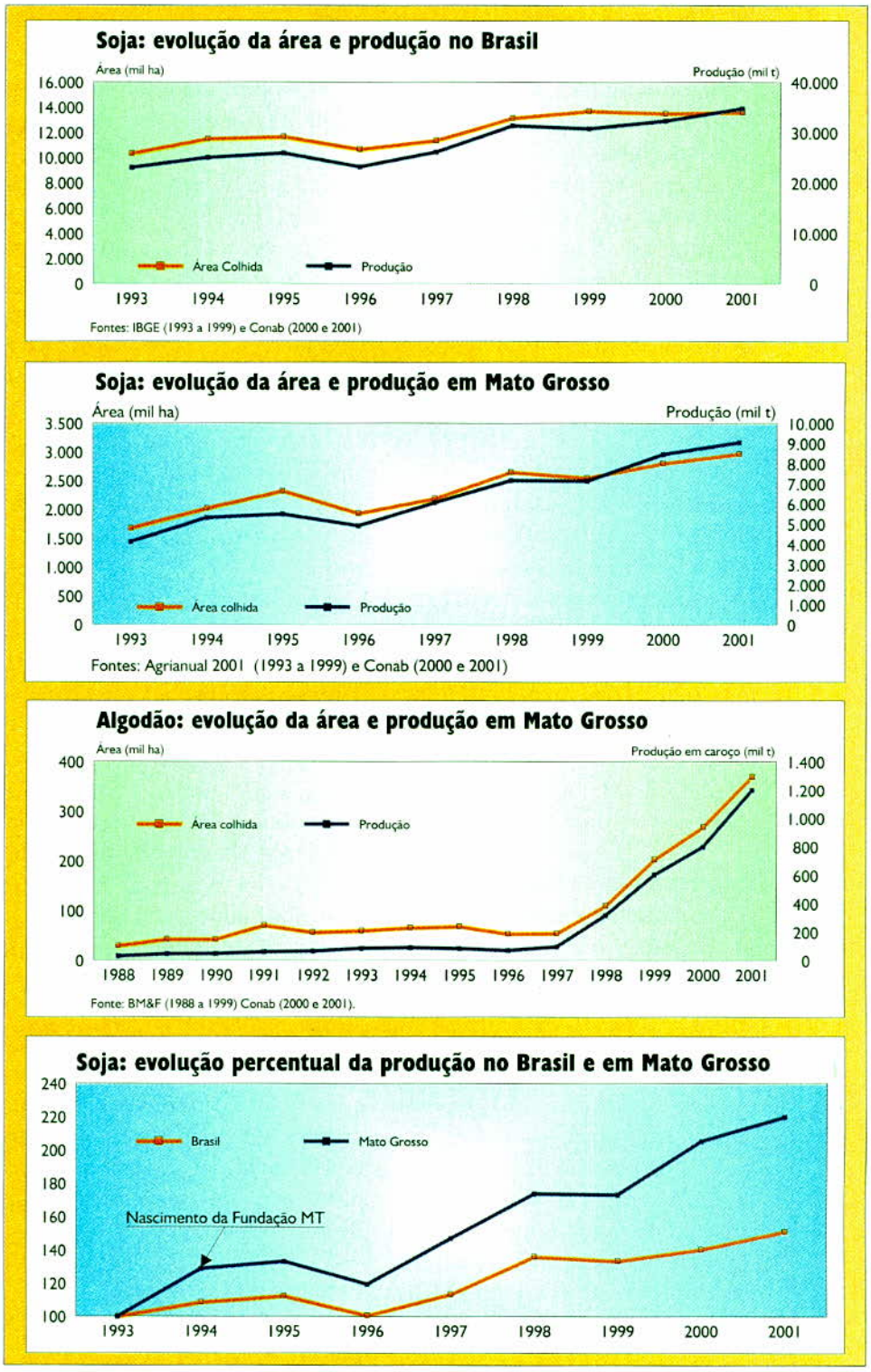
Nos últimos 17 anos, a produtividade da soja evoluiu de 1.350kg/ha para 3.060kg/ha, atingidos na safra 2000/01. Um dos grandes fatores para esse salto de produtividade foi o desenvolvimento de novos cultivares mais produtivos e adaptados a essas regiões de cultivo.

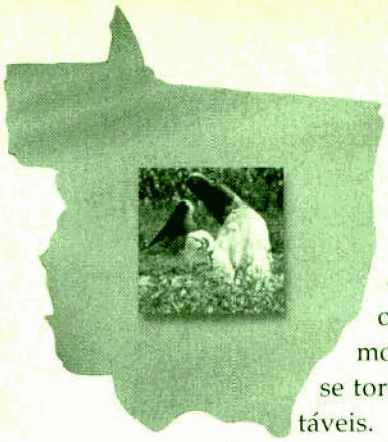
O crescimento da produção na fronteira não foi necessariamente acompanhado pela infra-estrutura já existente no Sul. A produção de sementes seguiu a reboque do grão, procurando agregar ganhos em escala através da proximidade do consumidor. As pesquisas de novos cultivares, prioritariamente realizadas pela Embrapa – CNPSo, Centro Nacional de Pesquisa em Soja – na presença de outras empresas privadas, como a FT Sementes (hoje Monsoy), visavam atender às demandas do produtor.

O processo de melhoramento genético é tipicamente lento; estima-se que o desenvolvimento de uma nova variedade de soja leve em torno de dez anos; a Fundação MT consegue diminuir o tempo pela metade porque realiza os experimentos também no inverno, irrigando a soja.

Tudo parecia caminhar bem, mas no início dos anos 90 novas doenças da soja aparecem nos estados do Sul. O momento crítico se formou quando o cancro da haste e o nematóide do cisto apareceram no Centro-Oeste. Praticamente sem unidades de pesquisa e sustentada sobre um único cultivar, FT-Cristalina (FT Sementes), a produção de soja da região corria sérios riscos de vunerabilidade genética.

O fato punha em risco as lavouras e o agribusiness da soja na região, caso não se constituísse uma organização para auxiliar e dina-





mizar a pesquisa oficial no desenvolvimento de soluções. O trabalho individual da pesquisa oficial poderia demorar e os prejuízos se tornariam insuportáveis.

A imensidão da região Centro-Oeste obrigou os agentes de pesquisa e os produtores locais a buscarem parcerias *in loco*. Era necessária uma estrutura que possibilitasse o desenvolvimento regional dos programas de melhoramento genético e difundisse no meio dos produtores as novas tecnologias alcançadas através de novos cultivares. Era preciso firmar parcerias que pudessem atender a esses interesses.

A Embrapa-Soja e os parceiros da iniciativa privada, representados pelos produtores de sementes, estimularam a formação de fundações privadas no Centro-Oeste, buscando como modelo as já existentes ligadas às cooperativas – temos os casos da Fundação ABC, ligada às cooperativas Arapoti, Batavo, Castrolanda e Withmasunn, e a Fundação MS, organizada pela cooperativa Coagril.

Estratégia bem-sucedida

Diante da ausência de cooperativas, a então recente Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso percebeu que mais uma vez o projeto se encontrava em dificuldades, com a possibilidade de extinção, caso não fossem encontradas novas soluções.

Na transição da instituição estadual de pesquisa para iniciativa privada do setor sementeiro, os direitos de produção de sementes básicas – até então pertencentes às instituições públicas representadas pela Embrapa Serviço de Produção de Sementes Básicas e pela Empa – foram transferidos para a Aprosmat e posteriormente para a Fundação MT. Ao mesmo tempo, percebeu-se que os produtores só investiriam na Fundação se os resultados obtidos gerassem retornos imediatos para eles, superando o custo inicial.

Considerando as necessidades de curto prazo – eliminação das doenças por meio de variedades existentes – e as de médio / longo prazos – desenvolvimento de variedades cada vez mais produtivas e adaptadas às condições do cerrado – percebeu-se que, apesar de todo o sistema da soja sofrer com o surgimento das doenças, o segmento mais ameaçado era o sementeiro. O produtor de soja poderia perfeitamente comprar sementes em outros estados. Assim, cabia aos multiplicadores investir na pesquisa e apropriar-se privadamente dos ganhos futuros.

As sucessivas frustrações e a necessidade crescente de tecnologia para desenvolver e sustentar a agricultura do cerrado mostraram que era preciso desenvolver modelos inéditos até então. A estratégia adotada foi criar quotas limitadas de participação. Esse modelo lembrava o das opções do mercado financeiro: os investidores poderiam realizar as opções de compra de sementes básicas dos futuros cultivares em desenvolvimento na pesquisa no momento de seu lançamento.

Todas as condições para o nascimento da ação coletiva estavam criadas. Havia a necessidade emergencial, a possibilidade de ganhos privados e a expectativa de ganhos superiores aos custos.

Pesquisa pela qualidade

O papel primordial da Fundação MT é promover o desenvolvimento e a manutenção rentável da agricultura no estado e na região Centro-Oeste através da pesquisa. Para tanto atua nos mais diversos setores da pesquisa agrícola, destacando-se a área de genética e o melhoramento de soja e algodão. O processo se inicia no momento da formação das populações segregantes de soja e algodão; daí em diante se realiza a seleção de linhagens, ensaios de *performance* agronômica, ensaios de caracterização varietal e recomendação e produção de sementes genéticas e básicas dos novos cultivares.

Os novos cultivares são desenvolvidos em condições o mais próximo possível das condições em que serão utilizados, de maneira que quando chegarem às mãos dos agricultores reflitam exatamente os resultados encontrados na pesquisa.

Mais do que realizar o melhoramento genético de plantas, tecnologia amplamente dominada, a Fundação MT tem a especificidade de seu trabalho na adaptação às condições regionais, de maneira que no momento da aquisição de novos cultivares no mercado as informações necessárias a seu sucesso já sejam conhecidas pelos usuários. Nesse caso, bons produtos estão associados a excelentes serviços.

A Fundação MT é formada por grandes grupos: associados quotistas; empresas associadas – grandes companhias que atuam na área de agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas e fertilizantes; serviços que contribuem com anuidades, produtos e patrocínio de eventos sobre tecnologia realizados pela Fundação.

O terceiro grupo é formado pelas prefeituras conveniadas; constituído por 27 sócios, municípios essencialmente agrícolas, que contribuem com anuidades e apoio logístico nos respectivos locais. O

quarto grupo é formado por instituições de ensino – universidades, instituições de pesquisa e escolas técnicas. São associadas também instituições financeiras, instituições de mídia, indústrias, empresas agrícolas, empresas de sementes e instituições não-governamentais, como Facual e Fetagri.

Todas as pesquisas são realizadas nas áreas dos associados, inclusive os testes de melhoramento. Esse sistema, que permite a realização de pesquisas de altíssimo nível, está sintonizado com as áreas de produção e tem baixo custo para a instituição. Desse modo, a Fundação MT possui no momento a maior capacidade de teste instalada no país por uma única instituição. O êxito da pesquisa é do interesse de todo o complexo do agribusiness porque está intimamente ligado ao êxito dos agricultores e de outros setores da atividade.

Passo estratégico

A constituição da Fundação MT foi um passo estratégico do agribusiness mato-grossense para salvaguardar sua atividade produtiva. O aprimoramento em pesquisa e desenvolvimento foi a solução encontrada. Aproximou a pesquisa dos consumidores, eliminando os problemas enfrentados pelas instituições públicas de pesquisa. Criou, e está ajudando a manter, um mercado mais estável para o agribusiness com o êxito da classe produtora.

Essa proximidade não só resolveu as dificuldades criadas pela distância, como também criou uma comunicação muito eficiente entre o pesquisador e as demandas dos produtores de sementes e de grãos. Próximo aos produtores de grãos, o produtor de sementes auxilia a pesquisa a mensurar as demandas nas áreas de soja e algodão.

O modelo soluciona grandes gargalos do mercado de *commodities*, possibilitando uma logística de distribuição eficiente e baixo custo da informação. Além disso, a unidade dos mais diversos segmentos da agricultura em seu quadro associativo permitiu a luta pela defesa dos interesses comuns a todo o complexo produtivo do agribusiness de soja e algodão.

Melhoramento genético

As atividades da Fundação MT estão divididas em diversos projetos para a geração de seus produtos – novos cultivares e serviços (informações e assistência técnica). Eles são executados por técnicos e pesquisadores da Fundação e por consultores técnicos associados.

O projeto principal, que foi o ponto de partida da instituição, é o programa de melhoramento genético da soja. O maior objetivo: disponibilizar à classe produtora de forma dinâmica novos cultivares que atendam a seus anseios e necessidades. Os objetivos são direcionados para duas grandes frentes: criar novas combinações genéticas (novos cultivares) mais produtivas e incorporar a esses cultivares, através do melhoramento, a resistência aos principais fatores restritivos à produtividade, como novas doenças e pragas, e a tolerância ao estresse ambiental. Recentemente, o projeto tem estado voltado para a obtenção de novos cultivares resistentes ao nematóide de cisto e ao cancro da haste, além de associados ao aumento de produtividade, o que tem sido alcançado com bastante êxito em 20 novos cultivares.

O programa do algodão foi montado no mesmo modelo da soja. Foram criadas cotas de participação para formar o grupo do algodão e para o financiamento inicial das pesquisas. Esse programa cumpre hoje a tarefa de adaptar as variedades já existentes em nível mundial às condições edafoclimáticas de Mato Gross e, principalmente, criar cultivares próprios.

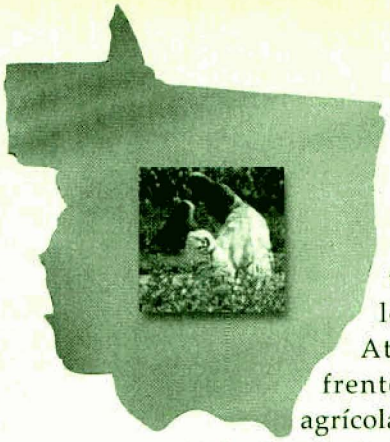
Sua criação foi baseada no sucesso do programa da soja e no rápido crescimento do cultivo de algodão em Mato Grosso. O programa de pesquisa do algodão conta com aporte de recursos oriundos do Facual – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão, criado a partir do programa de incentivos criado pelo governo do estado em 1997, o Proalmat.

Seus resultados mais importantes foram o desenvolvimento de quatro novos cultivares para a agricultura familiar e a de cerrado, o mais recente dos quais é o cultivar FMT Saturno, que possui ótima qualidade de fibra e resistência a várias doenças importantes do cerrado

O algodão é cultura nova no Centro-Oeste e oferece grandes potencialidades. Atualmente 53% do algodão produzido no Brasil vêm de Mato Grosso, que tem o maior índice de produtividade, de 3.375kg de algodão em caroço/ha (a média nacional é de 2.659kg/ha). Na área são desenvolvidos também ensaios de proteção de plantas, visando ao aumento de informações sobre o controle de pragas, doenças e plantas daninhas de forma eficiente na cultura.

Interação pela fertilidade

O Programa de Monitoramento Dirigido de Adubação é um projeto ligado à área de serviços onde a Fundação MT atua, e é realizado de forma a complementar os programas de melhoramento genético, uma vez que



se busca o conhecimento das formas de interação entre cultivares e fertilidade dos solos no cerrado. Atua em duas frentes: a pesquisa agrícola, através do estudo da relação custo/benefício dos micro e macronutrientes na cultura da soja e do algodão; e a prestação de serviços através do monitoramento de lavouras comerciais, para aumento da eficiência produtiva das lavouras.

Outra linha de atuação do PMA é o inédito SAS – Serviços Agregados à Semente. Esse sistema, desenvolvido em parceria entre a Fundação MT e a Unisoja, consiste na agregação de serviços de assistência técnica às sementes, ou seja, cada agricultor que utilizar sementes certificadas pela Unisoja tem direito à assistência técnica na área de nutrição e adubação nesse primeiro módulo. Os serviços são prestados por uma rede de consultores técnicos associados e treinados pela Fundação MT, sendo que cada produtor pode escolher o técnico de sua preferência. Esse sistema será altamente eficaz para levar aos agricultores as melhores tecnologias e torná-los mais competitivos.

Outro grande programa é o SQS – Sistema de Qualidades de Sementes, idealizado pela Fundação MT em parceria com a Aprosmat — Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso. Nesse sistema toda semente produzida é amostrada, lacrada, codificada e enviada para o laboratório de análise de sementes da Aprosmat. A amostragem de todos os lotes de sementes produzidos pelos licenciados da Fundação MT é realizada por uma equipe idônea e independente. O trabalho demora em torno de 25 dias para amostrar 3,3 milhões de sacas de sementes produzidas pelos licenciados da Fundação MT e acionistas da Unisoja.

Concluídas as análises, somente recebem certificado aqueles lotes que atenderem ao padrão mínimo de qualidade exigido pela Fundação MT e pela Aprosmat, ou seja, 85% de germinação e 70% de vigor. Os demais lotes são descartados.

Através do sistema são diagnosticadas as falhas de cada produtor de sementes licenciado da Fundação MT. Foi realizado um grande investimento em educação para a qualidade, com a participação de consultores de instituições de pesquisa, universidades, equipe da Fundação MT e Aprosmat, o que tornou possível uma grande evolução na qualidade. Hoje não temos dúvida de que as sementes de Mato Grosso produzidas dentro do SQS são as melhores do país.

Programa inédito

Ainda dentro do conceito de melhoria contínua da qualidade do produto e dos processos de produção, a Fundação MT instaurou em 1999 o programa Mato Grosso Cotton Quality. O objetivo do programa é a certificação do algodão produzido em Mato Grosso, mediante garantia das qualidades intrínsecas do processo produtivo, utilização de técnicas agronômicas adequadas e consideração às normas de respeito ao homem e ao meio ambiente.

Esse programa, inédito no Brasil, realiza na primeira fase a amostragem e a análise dos fardos de algodão produzidos no estado, no aparelho HVI. Essa fase, desenvolvida em parceria com a Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F, tem o objetivo de padronizar a análise da fibra, aumentando a credibilidade e a liquidez da fibra mato-grossense no mercado interno e no externo.

O conjunto de projetos permite à Fundação MT não só desenvolver cultivares específicos para as diferentes regiões de atuação, como também oferece a seus clientes as informações necessárias ao êxito na agricultura.

A Fundação MT amplia suas funções, oferecendo produtos e serviços aos produtores. No programa SAS o produtor não adquire somente cultivares desenvolvidos pela Fundação, mas está comprando um pacote tecnológico com características altamente verticalizadas, que envolve serviços de assistência técnica a uma rede credenciada de técnicos e instituições, como também outros insumos necessários à condução da lavoura, tais como agroquímicos, fertilizantes, financiamento e garantia de compra do produto através de sistemas verticalizados de interface múltipla que podem envolver as mais diversas empresas do mercado agrícola, aumentando a eficiência e o custo do sistema como um todo.

O futuro

A história da Fundação MT e a trajetória de sucesso percorrida nos últimos sete anos devem ser analisadas não só no que se refere à indústria de sementes, mas inseridas no atual cenário de verticalização e de competitividade produtiva da agricultura regional e nacional no mercado global.

A Fundação MT é a grande responsável pela competitividade da produção de soja em Mato Grosso e no Centro-Oeste. Mudou paradigmas do agronegócio da pesquisa em sementes. Sua criação permitiu a sobrevivência dos produtores de soja e algodão

e a retomada da lucratividade dessas culturas no estado. Sem a Fundação MT, certamente o cancro da haste e o nematóide do cisto prejudicariam ainda mais a produção de soja, desestabilizando o agribusiness da soja.

Nos últimos dez anos, o desenvolvimento da agricultura explodiu em Mato Grosso, com o aumento vertiginoso da produção e da produtividade da soja e do algodão. Nesse período, muitas cidades que nasceram a partir de pequenos vilarejos e postos de gasolina na beira da estrada se transformaram em verdadeiros centros urbanos com infra-estrutura e distribuição de renda.

A Fundação MT nasceu da necessidade de pesquisas no setor produtivo, uma vez que a dependência das instituições públicas se tornou um risco para o negócio agrícola. É uma instituição formada por produtores para resolver os seus problemas, e nisso reside o segredo de seu sucesso.

Atualmente a Fundação MT conta com sua sede em Rondonópolis-MT, possui Centro de Pesquisa em Cambé-PR e tem unidades espalhadas por mais de 50 lugares em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Em processo de expansão para se tornar uma empresa de atuação nacional, a Fundação MT está realizando novas parcerias para levar novas tecnologias, do Rio Grande do Sul até o Maranhão. Essa será a contribuição dos mato-grossenses para todo o país.

Para realizar tudo isso, atualmente a Fundação MT conta com mais de 120 colaboradores, sendo 30% profissionais de nível médio e superior, com doutorado e mestrado. Além desse quadro, a Fundação conta com inúmeros pesquisadores renomados das mais diversas áreas de conhecimento que dão suporte para o desenvolvimento dessa região.



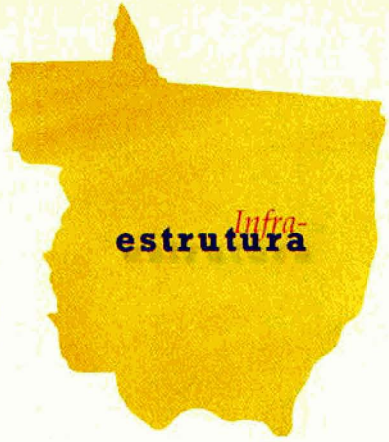
O programa de melhoramento genético da soja disponibilizará novos cultivares à classe produtora

O aprimoramento em P&D aproximou a pesquisa dos consumidores, eliminando os problemas enfrentados pelas instituições públicas de pesquisa. Criou, e está ajudando a manter, um mercado mais estável para o agribusiness com o êxito da classe produtora.

A empresa conta com um orçamento direto superior a R$10 milhões por ano. O valor total empregado com certeza ultrapassa essa cifra, pois não está computado o valor investido pelos parceiros – que no mínimo certamente dobraria esse orçamento.

O desenvolvimento da agricultura no cerrado está apenas começando. O potencial de crescimento é algo inimaginável. A velocidade de expansão está intimamente ligada ao desenvolvimento de mercados para os produtos produzidos na região, associado ao fluxo de investimentos, sejam internos e/ou externos.

A palavra que mais reflete o espírito de Mato Grosso é *oportunidade*. Resta saber quem participará dessa conquista!



Pontes para o futuro

Criando as bases para o desenvolvimento, o governo de Mato Grosso integra a rede de transportes no estado

MÁRCIO BUENO

A equipe do governador Dante de Oliveira sabia antes mesmo da posse no primeiro mandato, em 1995, que o estado de Mato Grosso não poderia sonhar com desenvolvimento nem ter a pretensão de chegar a lugar algum se não desatasse um nó: o da questão da infra-estrutura, especialmente energia e transportes.

Foi por isso que, ao elaborar o plano de metas para o período 1995-2006, a infra-estrutura foi eleita a "prioridade das prioridades", nas palavras do próprio governador, embora a solução não dependesse apenas do estado. Na época, Mato Grosso importava 85% da energia elétrica que consumia e em seu território não havia um metro sequer de ferrovia.

Sem contar com recursos para os investimentos necessários, em 1997 o governo privatizou a Cemat – Centrais Elétricas Matogrossenses –, com o compromisso do Rede, grupo comprador, de investir R$50 milhões anuais no período de 10 anos na expansão do sistema, distribuição de energia e melhoria dos serviços prestados.

Os resultados começaram a aparecer. A direção da Cemat informa que o segmento rural é o que vem apresentando maior ganho de infra-estrutura, o que possibilitou um aumento de consumo, no ano passado, de 30,5%. O governador cita um outro dado, relativo ao setor industrial: o número de ligações para novas indústrias de médio e grande porte cresceu 18% no período de maio de 2000 a maio de 2001. Essas informações, indicadores de crescimento, mostram também que a empresa de energia está se capacitando para atender à expansão da demanda.

Auto-suficiência

Um dos projetos mais importantes para ajudar o estado a se tornar auto-suficiente em energia é a termelétrica de Cuiabá, que será alimentada pelo gás bolivia-

no e que em outubro próximo estará gerando 480 megawatts. Tanto a termelétrica quanto o gasoduto Bolívia—Mato Grosso, ainda em construção e com término previsto para agosto, são de responsabilidade da americana Enron. Pelo gasoduto fluirão 2,5 milhões de metros cúbicos/hora. Como a termelétrica consumirá 2 milhões de metros cúbicos/hora de gás, os restantes 500 mil serão destinados à indústria.

Dentro da política de expansão das fontes de geração de energia, foi retomada a construção da Usina de Manso, agora sob a responsabilidade de Furnas em consórcio com um grupo privado. A usina já está gerando 30 megawatts e chegará a 220 quando concluída.

Além da geração de energia, a obra atenderá a outras finalidades, entre as quais a regularização da navegação do rio Cuiabá, um dos mais importantes do pantanal mato-grossense, ajudando a controlar as cheias, fomentando o turismo e viabilizando importantes projetos de irrigação. Está em fase de construção também a Usina de Itiquira, pelos grupos Triunfo e Inepar, e que terá capacidade para 156 megawatts. A solução da equação energética está passando também pela execução de um programa de linhões e construção de mini-usinas para atender ao restante da malha municipal do Estado.

O governo está confiante de que, de grande importador de energia de outros estados, Mato Grosso passará a exportador. O governador Dante de Oliveira afirmou, em palestra para produtores de algodão na cidade de Rondonópolis, que em junho deste ano Mato Grosso ainda importava 157 megawatts. A partir de outubro, quando a termelétrica de Cuiabá estará operando a plena carga, o estado passará a exportar 153 megawatts. "Estaremos colaborando com o governo federal com 310 megawatts", concluiu o governador.

Distribuição atual do transporte de soja

Por modal, em percentuais

País	Rodoviário	Ferroviário	Hidroviário
Brasil	67	28	7
EUA	16	23	61

Preço do transporte de soja no Brasil

Em R$, por tonelada/quilômetro

Rodoviário	Ferroviário	Hidroviário
0,056	0,016	0,009

Longe e perto

O estado de Mato Grosso encerra um paradoxo. Por sua localização geográfica – a capital, Cuiabá, está no centro geodésico da América do Sul –, fica longe de tudo; mas por suas dimensões continentais, está também relativamente perto de todos os mercados.

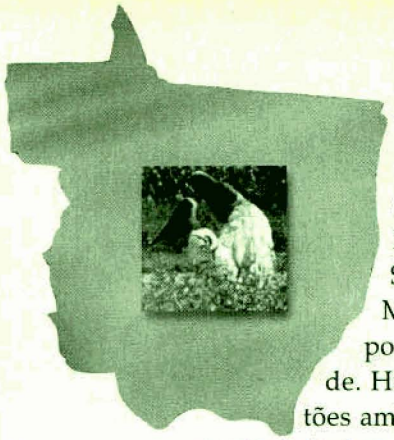
O governo está trabalhando para expandir e integrar a malha dos diversos modais de transportes – ferroviário, hidroviário e rodoviário. A ligação do estado com o Sul do país e os portos do Sudeste, com o Mercosul, com os portos do Norte do país e com os países andinos e os portos do Pacífico envolve cinco eixos principais.

O eixo Sul I é o ferroviário. Se em 1995 não havia ferrovias em Mato Grosso, hoje os trilhos da Ferronorte, empresa resultante da parceria entre a iniciativa privada e diversas instâncias de governo, já chegam ao município de Alto Taquari, no Sudeste do estado.

Mato Grosso está finalmente conectado à malha da Fepasa e, conseqüentemente, ao porto de Santos e ao restante do sistema ferroviário nacional. Já estão em andamento as obras que estenderão a ferrovia até Rondonópolis, um dos mais importantes centros agropecuários mato-grossenses, com a previsão de ser concluída a tempo de transportar a safra de 2002/03. Em seguida, a ferrovia será estendida até Cuiabá e posteriormente ao Norte do país. A Ferronorte estima que serão transportadas este ano 3,5 toneladas de carga, que equivalem a 2,5 vezes a carga do ano passado.

O eixo Sul II – ligação hidroviária do estado com os países do Mercosul – consiste na hidrovia Paraguai—Paraná, com 3.400km de extensão, do município mato-grossense de Cáceres a Buenos Aires, ligando o estado com Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. Como o transporte hidroviário é o de mais baixo custo, aumentando a competitividade dos produtos, as operações, que já existiam há séculos, estão sendo intensificadas.

Em 1995-96, a infra-estrutura foi eleita a "prioridade das prioridades", nas palavras do próprio governador. Mato Grosso importava 85% da energia elétrica que consumia e em seu território não havia um metro sequer de ferrovia.



Existem problemas no trecho de 600km entre Corumbá, em Mato Grosso do Sul, e Cáceres, em Mato Grosso, de pouca profundidade. Há também questões ambientais em discussão, relacionadas com as margens, já que nessa extensão o rio apresenta meandros acentuados e pouca largura. A navegação requer empurradores com alta capacidade de manobra. Pelo jeito os problemas começam a ser contornados pela iniciativa privada – a empresa Cinco Bacia concebeu e construiu um novo empurrador, com três motores de 400HP de potência cada um, adaptado para navegar exclusivamente nesse trecho do rio.

Se em 1995 não havia ferrovias em Mato Grosso, hoje os trilhos da Ferronorte, empresa resultante da parceria entre a iniciativa privada e diversas instâncias de governo, já chegam ao município de Alto Taquari, no Sudeste do estado.

Mesmo com as dificuldades que apresenta, a hidrovia surpreende, como foi o caso do transporte em toda a sua extensão da termelétrica de Cuiabá. Os equipamentos vieram de Hamburgo, na Alemanha, por via marítima até Buenos Aires, onde foi feito o transbordo para subir rios acima até o ponto final, em Cáceres. Dessa cidade, a termelétrica foi transportada em carretas especiais até Corumbá, a apenas 200km de distância.

Ligações a leste e oeste

O eixo Leste-Norte – uma das opções de ligação do estado, especialmente da região Leste, com o Atlântico, e portanto com mercados importantes, incluindo o europeu e o americano – supõe a perenização da hidrovia Rio das Mortes—Araguaia—Tocantins, que se conecta com a ferrovia Carajás, cujo ponto terminal é o porto de Itaqui, no Maranhão. Esse porto é o único do Brasil que permite a atracação de navios com capacidade acima de 300 mil toneladas.

O projeto já conta com financiamento de um amplo leque de órgãos federais, mas por estar situado em área da Amazônia legal, está dependendo de solucionar questões ambientais. Segundo estimativa do Ministério da Agricultura, a hidrovia vai servir a uma área de 30 milhões de hectares de terra, boa parte situada em Mato Grosso, capazes de produzir 73 milhões de toneladas de grãos e de gerar 350 mil empregos diretos. Calcula-se também que o custo do frete, especialmente da soja brasileira, poderá ser reduzido em 45% e, a médio prazo, em 60%, aumentando ainda mais a competitividade do produto brasileiro em relação ao americano.

O eixo Oeste-Norte é outra saída para o Atlântico, através da hidrovia Madeira—Amazonas. Os produtos de Mato Grosso seguem pela rodovia BR 364, proveniente de Goiás, que cruza Mato Grosso no sentido Sudeste—Oeste, até Porto Velho, em Rondônia, onde são embarcados no rio Madeira e transportados até o porto de Itacoatiara, já no rio Amazonas. Nesse terminal graneleiro, as mercadorias são transferidas para navios oceânicos, com capacidade para 30 mil toneladas, de onde seguem para o mercado internacional. O eixo tem sido utilizado sobretudo para escoar a produção de soja – 1,1 milhão de toneladas anuais – da região da chapada dos Parecis, no Oeste do estado.

O eixo Pacífico liga o estado com o Pacífico, o que significa acesso aos mercados dos países andinos, além dos mercados da costa Oeste dos países da América do Norte e do Sudeste asiático. Para a viabilização do projeto, que possibilitará a multiplicação das exportações, faltam apenas 460km de asfalto entre Cáceres, em Mato Grosso, e San Ramón, na Bolívia, pois esse município já tem ligação rodoviária com portos do Pacífico. Como essa ligação será necessariamente de mão dupla, possibilitando também o acesso dos países vizinhos ao mercado brasileiro, o governo estadual considera que a soma de interesses, incluindo os da iniciativa privada, em breve tornará o sonho realidade.

Integração racional

Para conectar os centros produtores com a ferrovia e as hidrovias, o governo criou o Programa de Pontes de Concreto, com financiamento italiano, que já construiu 57 pontes em rodovias estratégicas. O investimento é de US$65 milhões. Foi criado também o Fethab – Fundo Estadual de Transportes e Habitação – que está investindo na restauração e conservação das rodovias do estado, tanto de terra quanto pavimentadas.

Em relação às hidrovias, é possível que o estado de Mato Grosso venha a ser o mais beneficiado pelo que estabelece o Plano Plurianual 2000-03 do governo federal, também conhecido como Avança Brasil, que prevê investimentos de R$36 bilhões na infra-estrutura de

transportes. O Plano aponta para uma mudança do modelo de transportes no Brasil, que sempre privilegiou o modal rodoviário, significativamente mais caro, para uma multimodalidade em que ganharão peso os sistemas ferroviário e hidroviário. Das seis grandes hidrovias constantes do Avança Brasil, a metade – Paraguai—Paraná, Rio das Mortes—Araguaia—Tocantis e Madeira—Amazonas – serve ao estado.

Hoje, no Brasil, a distribuição das cargas, por modal, é a seguinte: 60% são transportadas por rodovia, 23% por ferrovia e apenas 17% por hidrovia. No caso da soja, a situação é ainda mais grave: 67% ainda são transportadas por rodovia, 28% por ferrovia e apenas 7% por hidrovia. Nos Estados Unidos, acontece praticamente o inverso: 61% são transportadas por hidrovia, 23% por ferrovia e 16% por rodovia.

É essa situação que explica por que a soja brasileira, embora tenha produtividade superior à da americana, apresenta preço final mais alto. A viabilização dos transportes hidroviários pode mudar esse quadro já que, no Brasil, o preço do transporte de soja, por tonelada/km, é de R$0,056 por rodovia, R$0,016 por ferrovia e de apenas R$0,009 por hidrovia. Se nos EUA os preços forem semelhantes, para percorrer as mesmas distâncias – e considerando a distribuição por modal nos dois países –, a soja brasileira paga 2,35 vezes mais caro pelo transporte que a soja americana.

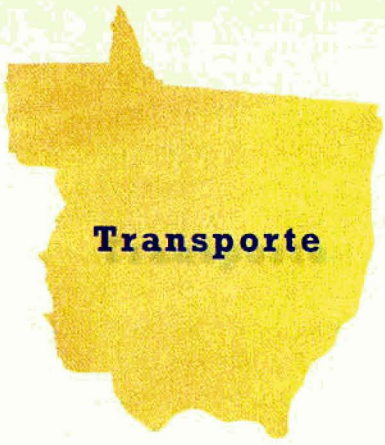
O governo brasileiro sabe que no mundo globalizado terá de apressar a concretização dos planos, ou os produtos brasileiros não terão como competir com os de países que privilegiam os transportes mais baratos. O processo não tem caminhado na velocidade pretendida, entre outros, por motivos ecológicos.

Há empresários mato-grossenses que afirmam ser necessário, em relação às ONGs ambientalistas, separar o joio do trigo. Porque muitas delas, que chegam a interromper obras importantes, que reduzirão os preços dos produtos, são financiadas por empresas estrangeiras que são nossas concorrentes no mercado internacional.

Independentemente de a acusação ser procedente ou não, tanto o governo brasileiro quanto o governo de Mato Grosso estão conscientes de que é preciso avançar, mas com muito cuidado e tomando todas as precauções, sob pena de haver impactos ambientais de tamanha monta, incluindo o assoreamento e envenenamento dos rios, que em pouco tempo a própria navegação venha a se inviabilizar.



Pelo gasoduto Bolívia—Mato Grosso, ainda em construção e com término previsto para agosto, fluirão 2,5 milhões de metros cúbicos/hora de gás



Os caminhos do gigante

Grande em todos os sentidos, Mato Grosso enfrenta desafios – alguns naturais, outros nem tanto

BLAIRO BORGES MAGGI

A área territorial de Mato Grosso é de 906 mil quilômetros quadrados e poucos têm a noção exata de seu tamanho. Em hipótese alguma podemos medir o estado de Mato Grosso em campos de futebol, como gostam de fazer os ambientalistas.

A verdadeira dimensão do estado tem de ser medida em países. Pois dentro de Mato Grosso cabem Inglaterra, Alemanha, Holanda, Portugal, Hungria, Suíça, Bélgica e ainda sobra espaço. Enquanto esses países têm uma população aproximada de 190 milhões de habitantes, Mato Grosso abriga apenas 2,5 milhões.

Outro dado importante é o nível de ocupação do estado. Desde o descobrimento do Brasil até agosto de 2000, de acordo com o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –, a área ocupada pela agricultura, pecuária, cidades e estradas era de 145,5 mil quilômetros quadrados, ou apenas 16% do território. Na melhor das hipóteses, o nível de ocupação do estado para o desenvolvimento de atividades agropecuárias poderá chegar a 35%.

Mesmo assim o Mato Grosso tem condições de, sozinho, produzir 90 milhões de toneladas de grãos, produção igual à da atual safra brasileira. Para tranqüilidade dos ambientalistas, posso afirmar que o estado deverá preservar no mínimo 65% de seu território. Algum outro país desenvolvido cometeu essa irresponsabilidade de preservar 65% de sua flora e fauna? Na atividade agrícola atual estão comprometidos menos de 5% do território e mesmo assim o estado já é o maior produtor de soja e algodão do país, segundo em arroz e sexto em milho.

Essa introdução se faz necessária para mostrar as potencialidades de Mato Grosso, a responsabilidade com o meio ambiente e justificar a necessidade de investimentos em infra-estrutura para

Blairo Borges Maggi é presidente do Grupo Maggi, presidente da Fundação Mato Grosso e presidente da Anec.



Integrar rodovias com hidrovias e ferrovias é uma necessidade para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do estado

dar sustentação a um crescimento superior a 10% ao ano.

Localizado no coração da América do Sul – o que não deixa de ser uma certa vantagem pois, na média, fica mais próximos de todos –, sua logística de transportes assume um papel de importância capital. Mesmo que os diversos modais de transporte sejam complementares, vamos analisá-los separadamente.

A Ferronorte, com traçado definido até Rondonópolis, lentamente supera obstáculos financeiros e ambientais. A expectativa é de que no início de 2003 a ferrovia corte a BR-163, que liga Cuiabá a Campo Grande, próximo à divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, onde haverá um grande terminal de cargas. Daí para a frente tudo ainda são dúvidas quanto a seu traçado e ao tempo que demandará sua viabilização rumo ao Norte do estado. De qualquer maneira, a ferrovia terá condições de *atacar* toda carga de grandes volumes com destino ao Sudeste e ao litoral Sul.

Com a expectativa de transporte de 3,5 milhões de toneladas de grãos em 2001, a ferrovia já é uma realidade em Mato Grosso. Como também é uma realidade a monumental irresponsabilidade do governo federal pela falta de manutenção da BR-364, no trecho Rondonópolis—Alto Garças, por onde esses 3,5 milhões de toneladas têm de ser transportados por caminhão até o terminal de Alto Taquari.

Modais alternativos

Quase toda a malha rodoviária de Mato Grosso estende-se no sentido Norte—Sul. No entanto, com o desenvolvimento agrícola e industrial, percebe-se a importância das ligações no sentido Leste—Oeste, que daria mais sentido ao termo "malha". Integrar o transporte rodoviário com hidrovias e ferrovias é uma necessidade para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do estado. Os obstáculos de naturezas econômica e ambiental são imensos e sua consolidação é tarefa para gerações. Para facilitar o entendimento, vamos dividir o estado em três grandes modais:

- Modal Oeste-Noroeste, onde se encontra a BR-364/070/174 ligando Cuiabá a Porto Velho. É uma estrada asfaltada, com boas condições de trafegabilidade. Ainda dentro dessa região temos a MT-170/208/418, partindo da BR-364, do Sul até Colniza, no Norte, que deveria merecer prioridade de investimentos. De asfalto, são poucos quilômetros até Campo Novo dos Parecis. Os restantes 900km são estradas de terra intransitáveis no período de chuvas.

As ligações rodoviárias desses dois eixos devem ser feitas pela MT-319 e pela MT-235. Essa malha se integra com as hidrovias Madeira—Amazonas e Paraná—Paraguai. A primeira iniciou suas atividades em 1998, com o transporte de 350 mil toneladas de soja. Em 2001 esse volume será de 1,1 mi-

lhão de toneladas, contribuindo significativamente para a expansão da agricultura da região Noroeste do estado e de Rondônia. Nessa região encontra-se um enorme potencial agrícola parcialmente explorado. O chapadão dos Parecis, a maior extensão contínua de terras agricultáveis do planeta, deverá ser beneficiado por esse modal que no futuro ainda poderia ser integrado pela ferrovia.

- Modal Centro-Norte: seu principal eixo rodoviário é a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém/PA, com 1.750km de extensão. Desses, temos 812km asfaltados no trecho de Cuiabá a Guarantã do Norte, faltando 80km até a divisa com o Pará. Até Santarém, portanto, somam-se 938 km sem asfalto, sem pontes e sem perspectivas de um dia resgatar os sonhos de milhares de pessoas que foram levadas pelos governos anteriores para ocupar a região.

Nas duas campanhas presidenciais, Fernando Henrique Cardoso prometeu terminar a pavimentação da rodovia. Ninguém mais acredita que isso possa acontecer. O máximo que se conseguiu até agora foi atrapalhar um projeto financiado pela iniciativa privada de concluir a obra até 2003. O pagamento da obra seria feito pela cobrança de pedágio sobre a produção transportada. As ligações laterais com a 163 são diversas e necessárias para inserir essa rica região na rota do desenvolvimento.

Com o asfaltamento da BR-163, pelo menos 3 milhões de hectares, já abertos, podem ser incorporados à produção de soja, milho, algodão e arroz e escoados pelo porto de Santarém, ou de Itaituba, através da hidrovia Teles Pires—Tapajós. Essa possibilidade de tornar o produtor de Mato Grosso mais competitivo assusta os concorrentes internacionais.

A simples notícia de que um grupo de empresários estaria estudando o asfaltamento com recursos privados alertou um grande número de ONGs ambientalistas, lideradas pela World Wide Fund for Nature (WWF), contra o sacrilégio que estaria para se cometer. A principal alegação é a de que, numa faixa de 100km de largura, de cada lado da rodovia, ao longo dos 900km, as florestas seriam arrasadas pela prática da agricultura e pela ação dos madeireiros.

Mesmo na hipótese catastrófica prevista pela WWF, a área atingida seria de 180 mil quilômetros quadrados, ou seja, apenas 3,5% da Amazônia. Eles sabem – mas não dizem – que mais de 50% dessa área já estão abertos e ocupados pela pecuária extensiva. Os outros 50% são formados por terrenos montanhosos e terras impróprias para exploração agrícola e deverão ficar intocáveis *ad aeternum*. A CPI das ONGs está de olho nesse pessoal, para verificar se o interesse é mesmo com o meio ambiente ou se na realidade a intenção é impedir o desenvolvimento, atendendo aos interesses de poderosos concorrentes internacionais.



- Modal Sul, Sudeste, Leste e Nordeste: o eixo Norte—Sul da região do Araguaia é a BR-158, ligando Barra do Garças (BR-070) a Vila Rica, na divisa com o Pará. São 811km, sendo 352 asfaltados até pouco além de Ribeirão Cascalheira e o restante de terra, não raramente intransitável no período de chuvas. Essa estrada, uma vez asfaltada, além de viabilizar economicamente uma das regiões mais pobres e esquecidas de Mato Grosso, se integraria com a hidrovia Araguaia—Tocantins e a Estrada de Ferro Carajás. A hidrovia Araguaia—Tocantins também está embargada pelos órgãos ambientais.

Tirando os problemas de manutenção, o Sul está bem servido de rodovias asfaltadas, como a BR-163, principal ligação com Mato Grosso do Sul e as regiões Sul e Sudeste. A BR-070 é uma alternativa para a ligação com Goiás e a BR-364, com Brasília ou Minas. É pela BR-364 e MT-100 que hoje escoa grande parte dos grãos produ-

Em Mato Grosso cabem Inglaterra, Alemanha, Holanda, Portugal, Hungria, Suíça, Bélgica e ainda sobra espaço. A população desses países é de 190 milhões de habitantes e o Mato Grosso abriga apenas 2,5 milhões.



zidos no estado, através da Ferronorte, enquanto os trilhos não chegam a Rondonópolis.

Uma das pavimentações mais reivindicadas é a do trecho da MT-130/MT-324 e BR-242, ligando Primavera do Leste—Paranatinga—Sorriso. Essa estrada atravessa uma região de grande potencial agrícola e encurtaria em mais de 200km os caminhos da produção até os terminais da ferrovia ou terminais da hidrovia Araguaia—Tocantins.

A crise energética

A operacionalização plena desses modais, mesmo inseridos no Programa Avança Brasil, levará décadas e algumas das melhores alternativas talvez nunca venham a acontecer. O pessimismo se justifica na medida em que constatamos que nenhuma grande obra de infra-estrutura foi viabilizada pelo governo em Mato Grosso, nos últimos anos.

Ao contrário, no momento em que o Brasil ensaiava uma recuperação do crescimento econômico, esbarramos numa crise energética sem precedentes. Uma crise anunciada há anos, sem que tivessem sido tomadas as providências que permitissem uma solução, mesmo com a participação da iniciativa privada. A construção de hidrelétricas de qualquer porte é uma façanha que ultrapassa os limites do bom senso. Cumprir a legislação ambiental sobre o assunto já deixa o empresário no limite da desistência; somado às exigências burocráticas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), empurra o investidor para o limiar da exaustão.

Há alguns anos, Fernando Henrique Cardoso, em visita à Inglaterra, assinou uma carta de intenções se comprometendo a destinar 10% da Amazônia a reservas indígenas. Até aí tudo bem, a Amazônia tem 5,1 milhões de quilômetros quadrados e 510 mil não fariam falta. A comunidade ambientalista internacional rasgou enormes elogios ao nosso presidente e passou a cobrar as demarcações. Se formos analisar de perto a demarcação de terras indígenas, a presença de índios é o que menos importa. As terras são demarcadas até onde não existem índios. Para haver demarcação, o importante é que haja reservas minerais, potencial hidrelétrico, terras agricultáveis, interromper vias de acesso e assim por diante. Obstáculos são criados onde antes não existiam.

Investimentos de base

Os ataques são orquestrados e vêm de todos os lados. O último, e que encontrou eco até entre os mais esclarecidos, alega que exportar soja *in natura* não agrega valor e teria de ser tributada na exportação, para que o produto fosse esmagado dentro do Brasil. É evidente que qualquer tributação sobre uma cultura que já trabalha no limite da competitividade determinará redução da área plantada e desestímulo para a incorporação de novas áreas.

Sem entrar em detalhes, pode-se afirmar que a soja coloca todos os anos R$1,9 bilhão na economia de Mato Grosso, agregando 150% de valor sobre os insumos importados de outros estados ou do exterior. O asfaltamento da BR-163 (Cuiabá—Santarém), pelo potencial de promover desenvolvimento, seria pago duas vezes por ano pelos impostos arrecadados com a incorporação de novos 3 milhões de hectares ao processo produtivo. Sem computar as milhares de oportunidades de trabalho que geraria. Será que ninguém percebe?

Qualidade de vida, geração de emprego, renda e desenvolvimento são palavras pronunciadas diariamente pelos detentores do poder. Muito poucos têm conhecimento e visão holística de como isso acontece e o que deve ser feito. Nenhum país do mundo cresceu sem uma base forte na agricultura, infra-estrutura de transportes, energia, comunicações e investimentos em educação.

A Ferronorte lentamente supera obstáculos financeiros e ambientais. A expectativa é de que no início de 2003 a ferrovia corte a BR-163, próximo à divisa com Mato Grosso do Sul, onde haverá um grande terminal de cargas.



Crescimento acelerado

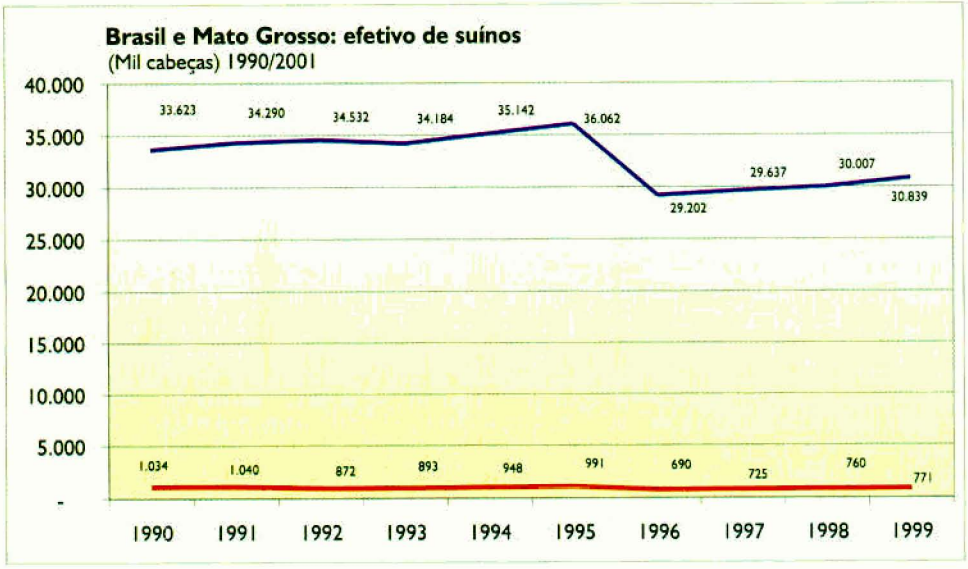
Os programas de incentivo do governo de Mato Grosso são as molas propulsoras do desenvolvimento do estado

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

A década passada marcou duramente a agricultura brasileira com a abertura comercial e o desmancho das políticas públicas para o setor. Produziu também uma grata surpresa: a rápida ascensão do estado de Mato Grosso.

Com área cultivada em torno de 4,5 milhões de hectares, sem falar na área ocupada por pastagens, a colheita mato-grossense de cereais e oleaginosas ficará próxima de 24 milhões de toneladas na safra 2000/01, cerca de um quarto da colheita total do país.

Os destaques são soja, algodão e pecuária. Mas o estado também produz cana-de-açúcar, mandioca, borracha natural e frutas.



Por tudo isso, a participação de Mato Grosso no *ranking* da produção agropecuária nacional e regional é expressiva. Para os próximos anos, as perspectivas são de que o agribusiness avance em seu território. As explorações em larga escala e de baixo custo, aliadas a tecnologias de última geração, garantem às propriedades rurais um alto nível de competitividade. Obras e serviços de infra-estrutura deverão contribuir para aumentar a eficiência para toda a cadeia – da armazenagem e beneficiamento ao transporte e distribuição.

A soja é um dos carros-chefes na produção agropecuária do estado. Na safra 2000/01, a área semeada alcançou 3,1 milhões de hectares e a produção 9,4 milhões de toneladas. A cultura sustenta uma marcha firme de crescimento. Na safra 1998/99 a área cultivada de soja era de 2,63 milhões de hectares e a produção de 7,47 milhões de toneladas.

Também foi inusitada a expansão da cotonicultura. Somente nos

últimos três anos o crescimento da produção foi de 143%. O programa de incentivo do governo estadual, o Proalmat, e a intensa pesquisa de novas variedades, comandada pela Fundação Mato Grosso e por empresas privadas, como a Coodetec e a MDM, são molas propulsoras desse desenvolvimento.

Alta produtividade

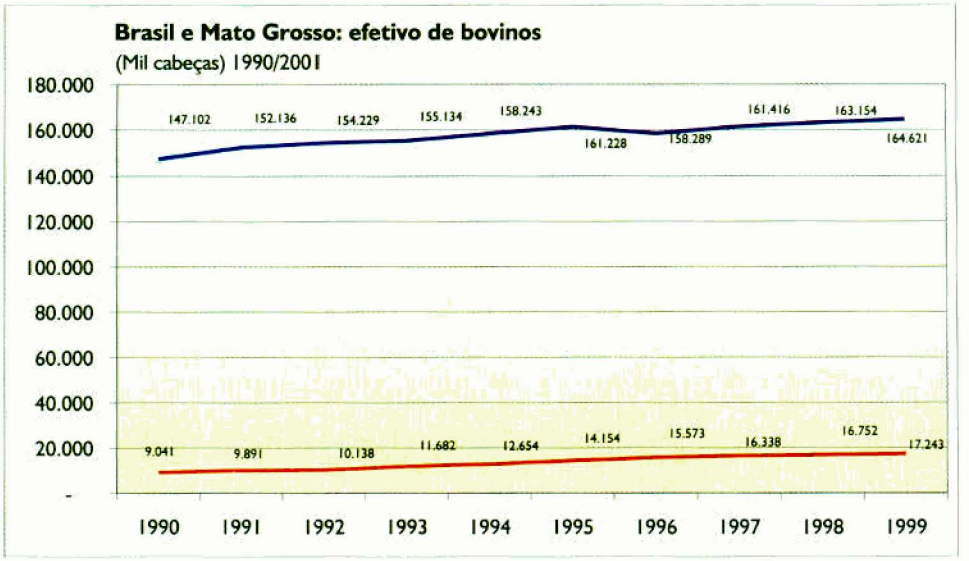
Tanto na soja como no algodão a produtividade agrícola – respectivamente 3.000kg/ha e 225@/ha de algodão em caroço – bate índices excepcionais: os números superam os índices nacionais e internacionais.

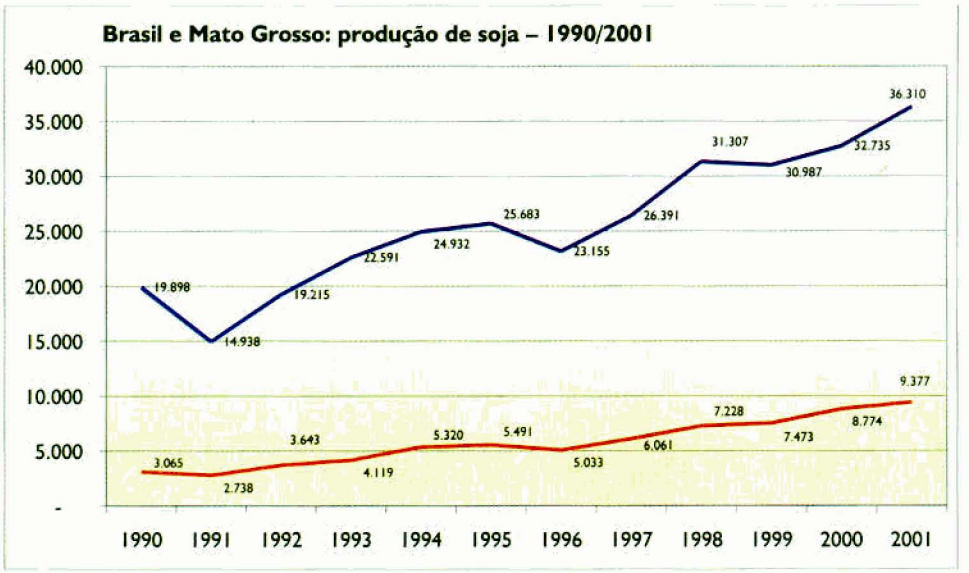
A evolução da produção dos principais produtos agrícolas durante os últimos três anos é prova inquestionável do papel que o estado de Mato Grosso terá para com o futuro da agricultura brasileira.

Através da implantação de incentivos fiscais, o governo criou mecanismos para ampliar a produção de proteína animal no estado. O sistema funciona com a devolução de parte do ICMS incidente sobre a comercialização ao produtor. Para se enquadrarem nos programas, os frigoríficos devem ser previamente credenciados. As explorações de novilhos precoces e suínos de alta linhagem têm melhorado a rentabilidade da pecuária mato-grossense.

No caso do Prommepe – Programa Mato-Grossense de Melhoria da Pecuária de Corte –, o objetivo é melhorar a qualidade e a produtividade da pecuária de corte no estado.

A suinocultura tem o Programa Granjas de Qualidade, concebido para fomentar a instalação de projetos que têm contribuído e atraído diversos investidores, inclusive estrangeiros. O grupo Carrol's Foods, dos Estados Unidos, está implantando um gigantesco projeto com previsão de alojamento para 100 mil matrizes.





Paralelamente, o estado executa um programa de combate à febre aftosa, com campanhas de vacinação sistematizadas, através de parceria com a iniciativa privada, e já conta com alguns frigoríficos credenciados à exportação de carne bovina para a Comunidade Européia e outros blocos econômicos mundiais.

Qualidade e incentivos

Em 1997 foi criado o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso, o Proalmat, para recuperar e expandir a cultura do algodão no estado. O Proalmat é um programa de qualidade e de incentivos, envolvendo as instituições públicas e privadas. Visa à melhoria da qualidade do produto e dos processos desde a matéria-prima no campo até o consumidor. Todos os protagonistas da cadeia produtiva participam da adequação ao meio ambiente.

Na visão dos próprios produtores o Proalmat aparece como uma alternativa real de diversificação da agricultura estadual, com diminuição na dependência da monocultura da soja.

Do programa fazem parte as instituições públicas Embrapa, Empaer-MT, secretarias de estado, diversas entidades públicas estaduais, federais e a iniciativa priva-

Mato Grosso: ranking de produtos agropecuários

Produto	Brasil	Centro-Oeste
Soja	1°	1°
Algodão	1°	1°
Arroz	2°	1°
Cana-de-açúcar	6°	2°
Milho	7°	2°
Bovinos	2°	2°
Suínos	13°	2°
Aves	13°	2°

Mato Grosso: produção agrícola

Em toneladas

Produtos	1998/99	1999/2000	2000/01
Algodão em caroço	557.634	908.854	1.528.794
Arroz	1.801.937	1.852.461	1.209.168
Cana-de-açúcar	10.378.088	8.455.	10.170.190
Mandioca	282.072	361.961	424.656
Milho	1.453.583	1.429.570	540.479
Soja	7.466.389	8.756.809	9.377.109
Café	33.399	36.972	61.047
Feijão	27.436	24.692	31.132

Mato Grosso: efetivo do rebanho

Efetivos	1999	2000
Bovinos	17.141.670	18.812.381
Bubalinos	47.041	49.393
Eqüinos	277.206	290.961
Suínos	671.789	676.789
Ovinos	120.301	132.331
Caprinos	44.295	46.509
Aves	16.352.707	19.713.166

Mato Grosso: produção madeireira

Tipos de indústria	Quantidade	Produção anual (m3)
Serrarias	1.222	720.000
Laminadoras	63	381.600
Compensadas	29	114.600
Total	1.314	2.162.200

Mato Grosso: ranking do rebanho

Estado	Quantidade (mil)
1° - Mato Grosso do Sul	21.147
2° - Mato Grosso	18.812
3° - Minas Gerais	18.630
3° - Goiás	18.167
4° - São Paulo	12.458
5° - Rio Grande do Sul	10.779
6° - Paraná	9.748

da. Incentivado pela Lei 6.883/97, que concede incentivo de até 75% do ICMS incidente sobre a comercialização, o Proalmat opera mediante seis pontos obrigatórios:

- comprovação de utilização de sementes melhoradas;
- uso de assistência técnica;
- disponibilidade dos manejos empregados;
- eliminação das embalagens dos agrotóxicos;
- destruição das soqueiras;
- regularidade junto à Secretaria de Fazenda.

Hoje Mato Grosso é o maior produtor de algodão do país, com mais de 50% da produção nacional, fruto da recuperação e da expansão da cultura nos últimos três anos.

As unidades de industrialização de algodão perfazem mais de 106 indústrias de processamento, com capacidade instalada de 50 mil toneladas/mês e geração de cerca de 60 mil postos de trabalho direto e indireto.

O avanço das pesquisas começa a atrair a atenção de investidores internacionais para a pesquisa do algodão em Mato Grosso.

Em 2000 o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão, o Facual, possibilitou o investimento em pesquisa e *marketing* do algodão em valor superior a R$5 milhões. Os contatos para a instalação de indústrias de fiação, tecelagem e confecção em Mato Grosso já estão adiantados, abrindo um largo caminho para essas empresas e para toda a cadeia produtiva do algodão no estado.

Madeira para quem não tem

Embora a exploração de madeira no país date do descobrimento, em Mato Grosso ela começou a se desenvolver a partir do fim da década de 60. Mas a exploração econômica começou na década de 70, com a política de ocupação da Amazônia, na esteira da colonização nas regiões norte e noroeste do estado.

Mato Grosso ocupa uma área de 906.806km², dos quais 468.233 fazem parte da floresta amazônica – um potencial florestal de 400 milhões de metros cúbicos. A Amazônia possui mais de 250 espécies de madeira, das quais apenas 30 são exploradas comercialmente.

Atualmente o mercado madeirei-

ro é dominado por países que não dispõem de florestas, o que coloca Mato Grosso em posição competitiva, em virtude da qualidade e diversidade de sua oferta florestal.

Trata-se de outra absoluta ação pioneira, com política similar à executada no agronegócio do algodão. Resgata tecnologicamente uma atividade econômica que precedeu a todas as colonizações no Brasil. Especialmente na Amazônia, e particularmente no norte mato-grossense, onde a madeira se mantém como a indústria extrativa mais consistente.

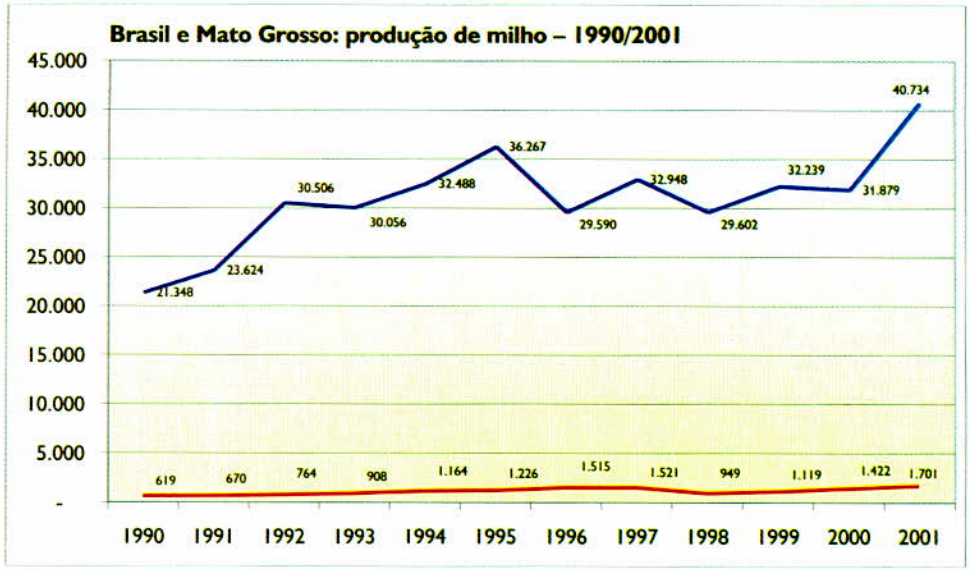
Em 2000 foi lançado o programa Promadeira, com o objetivo de agregar valor e tecnologia à produção através de uma política de incentivos fiscais e creditícios. A exploração deve continuar sustentada no futuro, com técnicas de manejo que permitam seu crescimento e práticas de gestão que a façam crescer em competitividade nos mercados interno e externo.

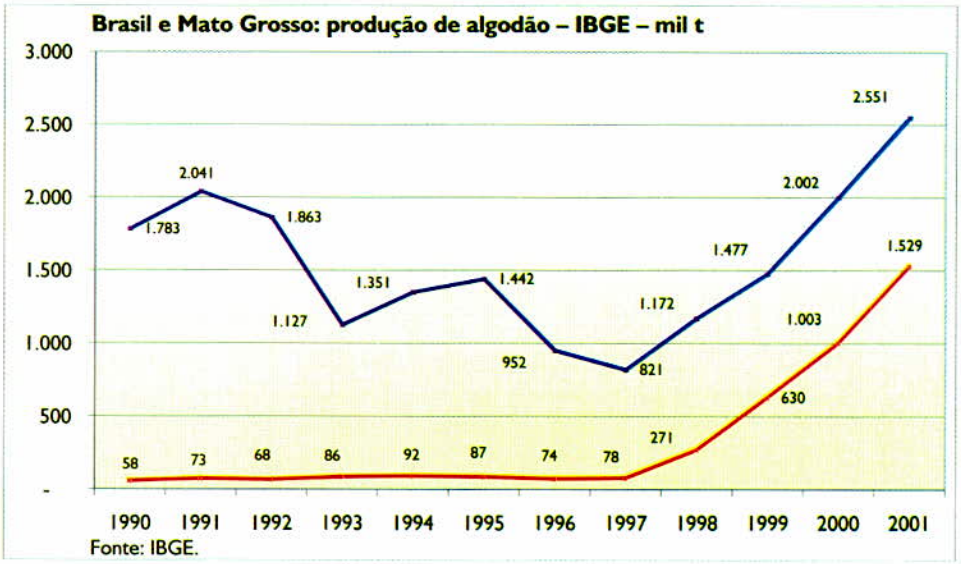
O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste aprovou, por solicitação do governo de Mato Grosso, linha de crédito específica para o reflorestamento, com as seguintes características básicas: para madeira energética, prazo de 10 anos, incluídos cinco de carência; para madeira industrial, prazo de 20 anos, incluídos 10 de carência.

É prioridade da política de desenvolvimento agrícola de Mato Grosso implantar medidas capazes de garantir sustentabilidade, rentabilidade e competitividade ao setor.

Com o fortalecimento da produção agropecuária, criam-se condições necessárias para a expansão de negócios, objetivando a agregação de valor à produção primária, com um ciclo de desenvolvimento duradouro.

Estão em andamento no estado de Mato Grosso parcerias de ações com o setor privado na direção dos seguintes eixos: modernização tecnológica, competitividade e diversificação da produção; pesquisa, assistência técnica e extensão rural; comercialização; combate à pobreza rural; regularização fundiária; estabilidade e sustentabilidade.





Fonte: IBGE.

Do pasto ao sapato

Embora o Brasil possua o maior rebanho comercial do mundo, com 151 milhões de cabeças, e ocupe a segunda posição como produtor de carne – 6 milhões 742 mil toneladas –, é o sétimo exportador. A expansão das exportações depende da busca de novos mercados e da superação das barreiras comerciais.

A pecuária tem um trunfo no boi de capim, num mundo que busca alimentos naturais livres de artifícios químicos ou biológicos. Graças ao atestado de zona livre de aftosa, que recebeu em Paris, Mato Grosso pode comercializar carne *in natura* para qualquer mercado.

O rebanho bovino está distribuído nos três ecossistemas de Mato Grosso – pantanal, cerrado e floresta – que possuem vantagens exclusivas: qualidade e riqueza mineral do solo em algumas regiões; umidade e temperatura média de 25º; e abundância de chuvas (1.800 a 2.500mm/ano).

Brasil e Mato Grosso: área e produção

Área	Estado	Área		Produção	
		1995	2001	1995	2001
Algodão herbáceo (em caroço)	Brasil	1.121.814	888.102	1.441.526	2.551.220
	Mato Grosso	70.215	410.131	87.458	1.528.794
	% MT	6,26	46,18	6,07	59,92
Arroz (em casca)	Brasil	4.420.677	3.251.462	11.226.064	10.332.458
	Mato Grosso	422.803	455.145	762.327	1.209.168
	% MT	9,56	14,00	6,79	11,70
Milho	Brasil	14.182.486	13.081.219	36.266.951	40.734.388
Milho (em grão)	Mato Grosso	445.861	551.221	1.226.157	1.701.289
	% MT	3,14	4,21	3,38	4,18
Soja	Brasil	11.702.919	13.859.781	25.682.637	36.309.797
Soja (em grão)	Mato Grosso	2.338.926	3.126.727	5.491.426	9.377.109
	% MT	19,99	22,56	21,38	25,83
Cana-de-açúcar	Brasil	4.638.281	4.874.821	303.699.497	338.404.130
	Mato Grosso	98.906	154.234	6.944.989	10.170.190
	% MT	2,13	3,16	2,29	3,01

Fonte: IBGE. Elaboração: Agroanalysis.

Brasil e Mato Grosso: efetivo de rebanho

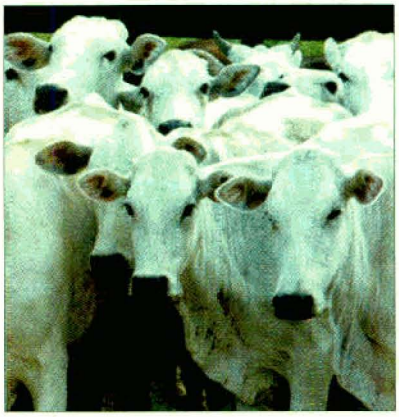
Rebanho	Estado	1995	1999
Bovino	Brasil	161.227.938	164.621.038
	Mato Grosso	14.153.541	17.242.935
	% MT	8,78	10,47
Suíno	Brasil	36.062.103	30.838.616
	Mato Grosso	990.802	771.157
	% MT	2,75	2,50
Aves	Brasil	729.531.299	804.575.808
	Mato Grosso	11.408.968	15.509.681
	% MT	1,56	1,93

Fonte: IBGE. Elaboração: Agroanalysis

A cadeia produtiva – envolvendo frigoríficos, transporte, curtumes, indústria de artefatos de couro e comércio de insumos –, somada à geração direta de empregos, faz da atividade econômica da pecuária uma das mais importantes do estado.

Existem em Mato Grosso 22 frigoríficos operando com SIF e cinco com Sise (serviço de inspeção sanitária estadual). Sua capacidade média instalada é de 6 milhões de cabeças/ano, ou 1,35 milhão de toneladas, gerando renda potencial de R$2,7 bilhões. Característica: operação com baixa utilização da capacidade instalada, elevado índice de perdas equivalentes a 21% e gestão tradicional.

Para a indústria de couro, a produção de calçados, bolsas e



vestuário representa o elo final da cadeia produtiva. Alcançar esse patamar de agregação de valor é uma das metas do programa Pró-Couro, Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Boi.

Em Mato Grosso o setor ainda é embrionário, apesar de grande potencial de crescimento, que se explica pela elevada disponibilidade de matéria-prima e a demanda reprimida de calçados no país. Mas o Mercosul representa um estímulo, além do mercado interno no país.

O Programa Pro-Couro vai implantar, em parceria com a Fiemt/Senai, o Centro Tecnológico do Couro, que desenvolverá atividades de treinamento de mão-de-obra, não só na atividade de curtume, mas também na proteção ao meio ambiente.

Os curtumes em atividade no estado têm procurado estimular a qualidade do couro mato-grossense. Duas indústrias já estão produzindo couro em estágio semi-acabado, o que permitirá a implantação da indústria calçadista.



Crescer sem destruir

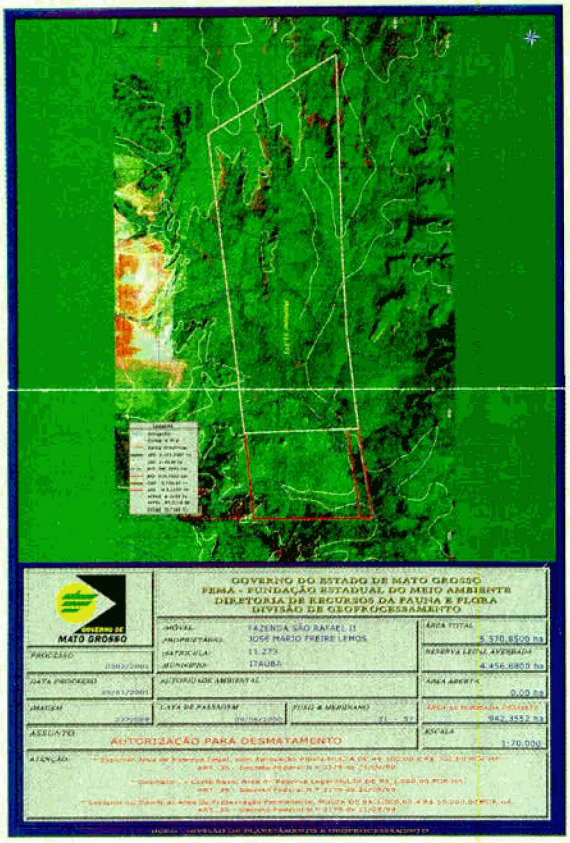
O governo de Mato Grosso põe em prática um método inovador de controle de queimadas e desmatamentos

MÁRCIO BUENO

Mato Grosso tem ostentado um título do qual nunca pôde se orgulhar e do qual jamais fez questão: o de campeão nacional das queimadas. A situação atingiu o ápice em 1999, quando metade dos 100 mil focos de incêndio da Amazônia lá ocorreram.

As conseqüências foram desastrosas, segundo descrição do engenheiro Sérgio Henrique Guimarães, ex-secretário de Meio Ambiente do estado. Nos meses de julho, agosto e setembro daquele ano, uma espessa nuvem de fumaça cobriu o estado, obrigando ao fechamento de aeroportos – o de Cuiabá não pôde operar 30 dias nesse período –, causando acidentes nas estradas e, provocando a formação de filas de pessoas com problemas respiratórios nas portas dos hospitais. Muitas queimadas extrapolaram os limites, transformando-se em incêndios que devastaram florestas, plantações e pastos, deixando no caminho muito gado morto e outros prejuízos materiais.

Na cidade de Alta Floresta uma escola foi totalmente queimada. Turistas estrangeiros, ansiosos por contemplar o cenário paradisíaco da Amazônia, acabaram assistindo a uma chuva de cinzas e de folhas queimadas. Em Guarantã do Norte, a situação se tornou dramática no mês de agosto, com nada menos de 506 focos de incêndios: alunos desmaiaram em salas de aula, lavouras foram destruídas e os problemas se estenderam pelo mês seguinte, obrigando ao cancelamento do desfile de 7 de Setembro, por falta de visibilidade. Hou-



A Autorização para Desmatamento mostra a imagem da fazenda obtida por satélite, com todas as delimitações

ve quem chamasse a situação de inferno de Dante.

Foi a partir desse caos que a sociedade como um todo reagiu, surgindo dali uma convergência intensiva de esforços de órgãos como a Fema – Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, comunidades locais, empresas e a sociedade civil organizada, como sindicatos, associações, escolas e especialmente as ONGs. Os esforços e o trabalho de parceria no sentido de fiscalizar, conscientizar, combater o fogo e punir os infratores estão produzindo resultados surpreendentes.

Corte seletivo

Nesse mesmo ano de 1999, a Fema começou a desenvolver um método de controle de desmatamentos que está se mostrando altamente eficiente. O método permite um mapeamento rigoroso e à prova de fraudes de todas as atividades desenvolvidas na área rural. De acordo com legislação federal, os donos de fazendas localizadas em área da Floresta Amazônica podem explorar apenas 20% da propriedade. Os outros 80% têm de ser preservados, ou melhor, é permitido o manejo florestal, que significa o corte seletivo, sem agredir o ecossistema. Feita a primeira intervenção, somente depois de haver a recomposição natural da floresta poderá haver um novo corte seletivo. No caso da região do cerrado, 65% da área de cada propriedade podem ser explorados, enquanto os 35% restantes têm de permanecer intocados. A grande inovação está sendo o cadastramento de todas as propriedades do estado não apenas com papéis, mapas, desenhos, escrituras, mas com imagens de satélite na escala 1:50.000 (um para cinqüenta mil), todas arquivadas em computador e com alto grau de resolução e de nitidez. As imagens utilizadas pela Fema são captadas pelo satélite *Landsat7-TM* e disponibilizadas pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Todo o estado está passando a ser monitorado permanentemente pelo sistema, cuja implantação está orçada em R$1,5 milhão, o que é pouco se for considerado que apenas uma multa, em 1999, chegou a quase três vezes esse valor. Foi contra Zanete Okada, dono da fazenda Zanete 3, em Alta Floresta, a 800km de Cuiabá. Ele foi autuado e multado em R$4,12 milhões por desmatar e queimar ilegalmente 3.080 hectares dentro de sua propriedade.

A implantação do sistema está sendo financiada por um programa do governo federal que recebe recursos do grupo dos sete países mais industrializados do mundo. Trata-se do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). Atualmente, o proprietário rural que pretender desenvolver qualquer tipo de atividade em suas terras, terá de apresentar à Fema um projeto, com a demarcação da área a ser explorada, e delimitando a área de preservação, que inclui o percentual determinado pela legislação, além das áreas de preservação permanentes, como as matas ciliares, que são as que se desenvolvem ao longo dos cursos d'água. Se o projeto estiver dentro das normas ambientais, o fazendeiro recebe uma Autorização para Desmatamento em que consta, além dos dados, a imagem da fazenda obtida por satélite, com todas as delimitações (veja a foto).

"Hoje, quando autorizo um desmatamento, vejo a propriedade na minha frente, no computador, na mesma hora", diz o engenheiro florestal Paulo dos Santos Leite, diretor de Recursos de Fauna e Flora da Fema e principal responsável técnico pelo projeto. A cada ano, a Fundação faz a checagem, sobrepondo a nova imagem à da imagem que consta da autorização. Caso o fazendeiro esteja desmatando além do permitido, é multado e intimado a recompor a área degradada, sob pena de ser incurso em ação penal e acabar na prisão. Os fiscais não perdem mais tempo, saindo a esmo, inspecionando propriedades para saber se estão sendo desmatadas e onde. O software utilizado, além de identificar a região degradada, faz automaticamente o cálculo da área, apresentando ao lado o número de alqueires, incluindo frações de centésimos (veja a foto). Com todas as informações proporcionadas pelas imagens, sobre quem está desmatando e em que proporção, os fiscais já saem da Fundação com a multa preenchida,

o que tem a vantagem de evitar corrupção.

Mas não é só de repressão que vive a Fema. Todos os fiscais da instituição têm nível superior e são treinados para atuar na fase anterior à da punição, que é a prevenção, sensibilizando e disseminando informações ambientais importantes entre os proprietários rurais. Antes de mais nada, eles transmitem orientações sobre o uso correto do solo – e do fogo, no caso das queimadas –, respeitando as disposições legais. A atuação é feita em conjunto com uma equipe de técnicos especializados em educação ambiental. As informações são transmitidas diretamente durante as visitas às propriedades rurais e também através dos meios de comunicação locais, incluindo rádios e tevês. Considerando o período em que os fazendeiros preparam a terra para a plantação, as campanhas de prevenção ocorrem nos meses de abril, maio e junho e as campanhas de repressão, nos meses de julho, agosto e setembro.

Fora de controle

Apesar de serem expedidas autorizações para desmatamentos em áreas determinadas, a partir do ano passado ficou proibido aos proprietários utilizar queimadas nos meses de julho, agosto e setembro. Nessa época do ano, em função da seca, o fogo costuma extrapolar os limites e ficar fora de controle. A Fema recebe do Ibama as coordenadas geográficas dos focos de calor, que são detectados pelo satélite *Noaa*. De posse dos dados, a fiscalização se dirige ao local utilizando um aparelho portátil chamado GPS – sigla em inglês para Sistema Global de Posicionamento –, que permite identificar coordenadas geográficas com precisão em qualquer ponto do planeta. A fiscalização é rápida e envolve a Fema, as polícias Civil e Militar e o Juizado Volante Ambiental, para a adoção das medidas judiciais cabíveis, além das multas. Nos meses da proibição de queimadas no ano passado, foram notificados 1.195 proprietários e presos 50 fazendeiros. A atuação da Fema, utilizando o eficiente sistema que desenvolveu, e também de outros órgãos ambientais, como é o caso do Ibama e da sociedade civil, produziu resultados surpreendentes. O número de focos de calor no ano 2000, em relação a 1999, foi reduzido em 38%, o que se refletiu numa melhoria substancial da qualidade do ar. A área desmatada ainda foi grande, o que preocupa, mas diminui cerca de 28%. O aeroporto de Cuiabá e os demais aeroportos do estado não fecharam uma só vez em razão de fumaça. Nos municípios de Alta Floresta e Guarantã do Norte, que talvez tenham sido os mais prejudicados em 98 e 99, a redução dos focos de incêndio chegou a 83%.

Em março desse ano, o secretário de Meio Ambiente e presidente da Fema, Frederico Muller, apresentou a metodologia de geoprocessamento de imagens de satélite ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a secretários da área ambiental de oito estados amazônicos e a representantes de organizações não-governamentais. Ao final do encontro, realizado em Brasília, o ministro informou que decidiu adotar o sistema de monitoramento de queimadas e desmatamento desenvolvido em Mato Grosso como modelo para os demais estados da Amazônia. Em seguida, assinou um protocolo que disponibiliza recursos federais para esta finalidade e concluiu que "agora só depende dos governos estaduais".



Além de identificar a região degradada, o software faz o cálculo da área, apresentando ao lado o número de alqueires

O controle rígido das atividades rurais não terá como conseqüência uma redução do ritmo de crescimento do estado? Para Frederico Muller, é possível aumentar a produção pelo aumento da produtividade, sem promover desmatamentos além dos necessários. Ele diz que, mesmo reduzindo o desmatamento em 28%, o estado foi o maior produtor de soja e de algodão do país, o segundo maior produtor de arroz e o terceiro na pecuária. "Isso foi possível – diz o secretário –, aumentando a produtividade, investindo em pesquisas e ampliando o controle ambiental". E conclui afirmando que o grande diferencial do governo Dante de Oliveira em relação a outros, é casar o desenvolvimento com a questão ambiental.



Viagem longa e profunda

Para o estado são estratégicas a redução dos custos, a agregação de valor às matérias-primas e a criação e adensamento dos "agriclusters"

IVAN WEDEKIN

A aplicação de ferramenta de planejamento permite identificar com clareza a postura estratégica que o agribusiness de Mato Grosso precisa adotar para progredir no mundo ensolarado da competição global. Para tanto, o leitor é agora convidado a fazer um exercício singelo de identificação dos pontos fortes e fracos (esta é uma análise do ambiente interno) e das ameaças e oportunidades que o ambiente externo reserva ao agronegócio do pujante estado. Não percamos de vista o realismo avassalador do conceito de competitividade de Michael Porter: um produtor, uma empresa, uma região ou um país são competitivos quando têm um crescimento a longo prazo acima da média de seus concorrentes.

Pontos fortes

Os principais fatores positivos do agronegócio de Mato Grosso são os seguintes:

- *Baixo custo de produção*: a adoção pelos produtores de medidas que estão gerando altas produtividades dos fatores de produção fazem com que o estado, no nível de propriedade agrícola, tenha condições de disputar a liderança em custo – ou seja, ter os custos mais baixos – na produção dos bens agropecuários.
- *Ganhos nas economias de escala:* a agropecuária de Mato Grosso está obtendo seguramente ganho nas economias de escala, a partir de unidades produtivas maiores de médio e grande portes, intensivas em capital. Estudos conduzidos na Universidade de Brasília mostram que o custo de produção de soja nos cerrados em grandes áreas pode baixar até 40% em relação ao obtido em 50 hectares (*veja a figura 1*). Exemplo cristalino da importância da escala é o do produtor chileno radicado no Brasil, Mário Echeverria Peres, de Santo de Leste, que pretende arrendar terra para dobrar o plantio de soja: "eu

Ivan Wedekin é editor de Agroanalysis, sócio-diretor da RC.W Consultores e diretor do Instituto de Estudos de Agribusiness da Abag. E-mail: rcw@rcwconsultores.com.br

gasto 150km para ir ao banco e isso fica muito caro para os meus 600ha atuais de plantio".

■ *Grandes estoques de terra:* não há no mundo uma região com tanta disponibilidade de terras planas, de razoável ou boa fertilidade, que podem ser rapidamente incorporadas ao processo produtivo, respeitados os limites impostos pela legislação ambiental. O estado tem ainda a vantagem do menor preço do fator terra em relação às regiões mais urbanizadas do Sudeste e Sul do Brasil e do exterior. Todavia, em algumas áreas – como na Serra da Petrovina, onde se concentra a produção de sementes de soja –, o preço da terra já é comparável a algumas regiões do Paraná. É o que garante com entusiasmo o presidente da Sementes Adriana, Odílio Balbinotti, que vendeu 175ha no Paraná para se instalar na serra no início dos anos 80. Hoje, dedica-se com afinco ao cultivo de 15 mil ha para a produção de sementes de soja.

■ *Clima definido*: o clima tem estações bem definidas ao longo do ano, o que permite um planejamento mais apurado do calendário agrícola, do plantio à colheita e comercialização. Esse fator também diminui o risco e aumenta a qualidade da produção: por exemplo, é baixa a probabilidade de chuva na época da colheita de algodão, o que é uma vantagem comparativa sobre Goiás, São Paulo, Paraná e Argentina. Em algumas regiões é possível obter duas safras no ano, mas a área irrigada é pequena quando comparada à de Goiás e Minas Gerais.

■ *Espírito empreendedor:* a capacidade empresarial dos produtores locais é inconteste. Pioneiros, arrojados e determinados, a grande maioria ainda mantém o entusiasmo, apesar do endividamento e do baixo preço da soja, por conta da perniciosa política dos EUA. A produção de soja fez brotar no cerrado Primavera do Leste, cidade planejada, limpa e que registra forte expansão do setor de serviços. Não há como pensar pequeno em Mato Grosso. Não há alternativa relevante a uma agropecuária intensiva em capital, o que contrasta com Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em que a produção é baseada em médios e pequenos produtores.

■ *Qualidade dos produtos:* a qualidade não vem por acaso, é fruto da combinação da genética, do meio ambiente, da tecnologia e dos processos produtivos. A soja de Mato Grosso escoa rapidamente para o mercado internacional, por conta da qualidade intrínseca e da qualidade do óleo e do farelo resultantes de seu processamento. No início de junho, compradores do mundo inteiro misturaram-se a 3 mil pessoas em um dia de campo em Rondonópolis, atraídos pela quantidade e qualidade da pluma de algodão mato-grossense. O Brasil está virando o jogo: de maior importador mundial passará a exportador líquido de algodão em pluma nos próximos anos. Outro exemplo é a carne bovina do estado, que tem melhor condição de acesso aos mercados internacionais por conta de estar menos influenciada pelo flagelo da febre aftosa.

A agropecuária de Mato Grosso está obtendo ganho nas economias de escala, a partir de unidades produtivas de médio e grande porte, intensivas em capital.

Pontos fracos

A posição competitiva do agribusiness de Mato Grosso no mercado global é prejudicada por um conjunto de fatores, com elevado grau de interdependência:

■ *Mercado consumidor local estreito:* a população de Mato Grosso e o seu poder de compra são relativamente pequenos, levando o estado a depender da exportação das mercadorias. Estima-se que apenas 10% da carne bovina sejam consumidos no estado. A utilização doméstica do couro resultante do abate de bovinos é ainda menor.

■ *Processamento escasso:* o estado se ressente da falta de indústria de transformação de produtos agropecuários. No setor de alimentos para o consumo final a lacuna é ainda maior. Mato Grosso é o primeiro produtor e exportador de soja em grão, mas é o quinto esmagador de soja. No algodão a posição é melhor mas o quadro se repete. Em suma, esse é um aspecto que impede que a agregação de valor sobre as matérias-primas de Mato Grosso seja feita no estado.

■ *Distância dos centros de consumo e dos portos:* do ponto de vista geográfico, o estado está de certa forma no centro da América do Sul, mais perto, portanto, de grandes pólos de consumo a norte, sul, leste e oeste. Mas na realidade concreta, a produção mato-grossense precisa viajar aproximadamente 2.000km para chegar aos maiores centros de consumo do Brasil e aos portos.

■ *Elevados custos de distribuição:* se na matriz produtiva predominam matérias-primas de baixo valor



agregado e o mercado consumidor está longe, conclui-se que o estado perde competitividade nos custos de transporte e distribuição.

■ *Gestão da propriedade agrícola:* a inadequada gestão econômico-financeira do negócio não é especificidade de Mato Grosso, mas uma característica de toda a agropecuária brasileira. Num mundo em que a competitividade é cada vez mais presidida pelo controle preciso dos custos, a não-utilização de mecanismos até triviais de contabilidade de receitas e despesas e de gerenciamento dos fatores que determinam a rentabilidade dos ativos agropecuários é um sinal inequívoco da carência gerencial dos produtores rurais. Ainda causa perplexidade o fato de que os produtores continuem mal informados sobre as tendências do mercado e continuem adotando uma política errática de venda da produção, o que não raro compromete todo um ano de trabalho.

■ *Estrutura de financiamento cara:* a situação é delicada pois a inconsistente política oficial limita o volume de crédito rural a médios e grandes produtores, levando-os a financiarem-se junto a companhias de insumos, *tradings*, indústrias de processamento. A taxa de juros embutida nessas operações é muita acima do custo do dinheiro para os concorrentes internacionais.

■ *Baixa integração agricultura e pecuária:* a tradição histórica da monocultura da soja foi em parte diminuída pela entrada do algodão, que ocupa apenas o equivalente a 3% da área plantada de soja. A baixa integração da agricultura com a pecuária faz com que as unidades produtivas sejam especializadas na produção vegetal ou na criação de plantas. A integração traz uma série de vantagens no aproveitamento de produtos ou subprodutos agrícolas pela produção animal, estabiliza o fluxo de caixa ao longo do ano e permite maior racionalização dos ativos agropecuários.

"Agriclusters": a terceira onda competitiva

Michael Porter da Universidade de Harvard, é autor do clássico *A vantagem competitiva das nações* e grande estudioso dos *clusters* (agrupamentos ou aglomerados). *Agricluster* é a fusão dos conceitos de agribusiness e de *cluster*. Assim, pode-se definir *agriclusters* como concentrações geográficas de empresas de determinado ramo do agribusiness e companhias correlatas. Estas podem ser, por exemplo, fornecedores de insumos especiais ou provedores de infra-estrutura especializada. Em geral, os *agriclusters* também expandem diretamente em relação aos canais de distribuição e clientes e, lateralmente, em direção aos fabricantes de produtos complementares e empresas de setores afins. Muitos *agriclusters* incluem ainda instituições, governamentais ou não, como universidades, entidades normativas, institutos de pesquisas, associações comerciais etc, que oferecem treinamento, informação, pesquisa e apoio técnico. Alguns exemplos de *agriclusters* muito adensados no Brasil: açúcar e álcool e laranja no estado de São Paulo e fumo e calçados no Rio Grande do Sul.

Não há no mundo uma região com tanta disponibilidade de terras planas que podem ser rapidamente incorporadas ao processo produtivo.

Ameaças

■ *Erosão do poder indutor do estado:* evidentemente, o desafio de Mato Grosso é o desafio da redução dos custos e da agregação de valor. Há sempre o risco do esgotamento do poder de indução do estado, seja por descontinuidade das políticas ou restrições que podem surgir no caminho dos incentivos fiscais. Vencido o finca-pé de criar uma base produtiva agropecuária de grande porte, as políticas estaduais precisam agora avançar na criação de um ambiente atrativo aos investimentos nas atividades mais complexas depois da porteira da fazenda.

■ *Problemas continuados em infra-estrutura:* o governo estadual não tem controle total sobre os fatores que levariam à solução das enormes carências infra-estruturais. Parte dos projetos de investimentos nos modais de transporte pode demorar ou ficar no papel, por conta da escassez de recursos públicos, principalmente federais, para investimento. O programa Avança Brasil não avança como prometido. Há ainda as resistências de natureza ambiental, que estão atrasando a marcha de algumas iniciativas, postergando o sonho de aproximar o cerrado ao mar.

■ *Política de incentivos dos estados concorrentes:* As políticas de incentivos fiscais, principalmente a redução da carga de ICMS, levaram a um rápido crescimento do agronegócio de Mato Grosso. Mas essas políticas já estão sendo adotadas por outros estados – Goiás e Bahia, por exemplo. Se todos os competidores estaduais usarem o mesmo expediente, a vantagem

competitiva mato-grossense pode se esvair, caso o estado não implemente um novo *round* de políticas alavancadoras da agregação de valor e do desenvolvimento.

Oportunidades

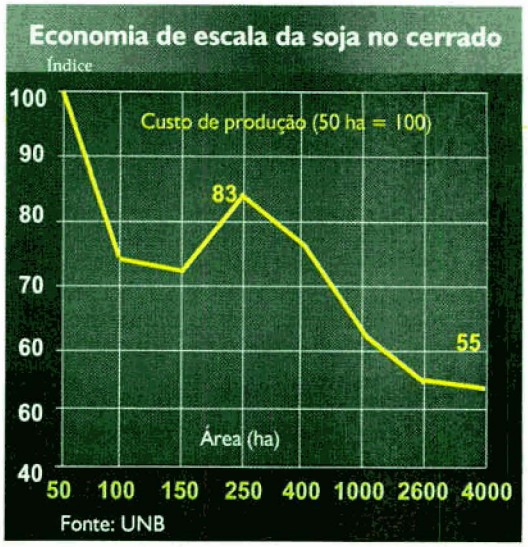
Os principais pontos fracos ou ameaças à expansão do agribusiness de Mato Grosso representam, paradoxalmente, as suas principais oportunidades:

■ *Investimento em infra-estrutura:* a redução dos custos de produção e de distribuição agrícolas pode ser obtida com os investimentos públicos e privados na área da infra-estrutura. O modelo da energia precisa ser rapidamente espalhado noutros campos da infra-estrutura econômica: ainda em 2001 o estado será exportador líquido de energia, deixando para trás a dependência de ter de buscar 85% fora de suas fronteiras. A realização dos investimentos planejados nos diversos modais de transporte – rodovias, hidrovias e ferrovias – ampliará de modo significativo e permanente a competitividade do agronegócio estadual, pela redução de custos de distribuição.

■ *Mais processamento local:* A rota do desenvolvimento passa pelo maior processamento agroindustrial, agrocomercial e tecnológico. Boas notícias estão surgindo nessa direção. Unidade de esmagamento de soja, em Cuiabá, está sendo reativada pelo Grupo Maggi, ao mesmo tempo em que a ABC Inço projeta investir R$95 milhões na construção de indústria em Rondonópolis, com capacidade de esmagar 3 mil toneladas/dia, o dobro da capacidade da unidade de Uberlândia (note novamente a importância das economias de escala). No caso do algodão, o estado tem um parque de beneficiamento composto de unidades antigas, trazidas do Paraná e de São Paulo. Novos investimentos precisarão ser feitos para a modernização do parque de beneficiamento.

■ *Criação e adensamento dos "agriclusters":* o desenvolvimento pode ser facilmente entendido como decorrente de três ondas. Na primeira, o Mato Grosso vem cumprindo a meta de ser grande produtor de matérias-primas. A segunda onda vem com o processamento dos produtos, agregando valor e elevando a competitividade da cadeia produtiva à segunda potência. Mato Grosso tem ainda uma longa jornada a cumprir nesse estágio. Mas a sua transformação em um jogador de peso no cenário competitivo nacional e muncial virá mesmo com a terceira onda, ou seja, a criação ou adensamento dos *agriclusters* (*veja o box para uma rápida visão desse conceito*). Adensar significa ampliar a densidade do valor econômico criado, através da expansão horizontal e vertical das cadeias produtivas numa dada localização. O adensamento do *agricluster* do algodão, por exemplo, demanda que o estado passe para as etapas seguintes, a constituição da indústria de fiação, tecelagem, e depois a indústria de confecção e moda e toda a bateria de atividades correlatas. A viagem é longa e profunda.

■ *Mais consumo local:* a ampliação da base de consumo local é conseqüência do desenvolvimento econômico. Um mercado consumidor amplo e exigente força as empresas a serem eficientes, a terem bons produtos, competitivas numa palavra. Se o mercado mato-grossense ainda é pequeno, não há outro caminho para suas empresas que não seja amarrar o arado aos grandes mercados do Brasil e do exterior. Mato Grosso precisa ser definitivo e global.



Mato grosso: postura estratégica de desenvolvimento

Análise do Ambiente Interno	
Pontos Fracos	**Pontos Fortes**
§ Mercado consumidor local estreito	§ Baixo custo de produção
§ Processamento pequeno	§ Ganhos nas economias de escala
§ Distância dos centros de consumo e dos portos	§ Grande estoque de terra
§ Elevados custos de distribuição	§ Clima definido
§ Gestão da propriedade agrícola	§ Espírito empreendedor
§ Estrutura de financiamento	§ Qualidade dos produtos
§ Baixa integração agricultura e pecuária.	

Análise do Ambiente Externo	
Ameaças	**Oportunidades**
§ Erosão do poder indutor do estado	§ Investimento em infra-estrutura
§ Não investimento em infra-estrutura	§ Mais processamento local
§ Política de incentivos dos estados concorrentes	§ Mais consumo local
	§ Diferenciação de produtos
	§ Diversificação da pauta produtiva
	§ Criação do mercado de commodities ambientais

Fonte: RC.W Consultores.



A produção mato-grossense precisa viajar aproximadamente 2 mil km para chegar aos maiores centros de consumo do Brasil e aos portos.

■ *Diferenciação de produtos:* A diferenciação de produtos resulta da inovação e da qualidade. Mato Grosso já produz matérias-primas de qualidade, mas é preciso avançar na criação de selos de origem, de certificados, no *marketing*. Água Perrier da França, vinhos do Chile, café da Colômbia são exemplos de estratégias mercadológicas bem-sucedidas. É preciso trabalhar o *marketing* dos produtos de Mato Grosso no mercado brasileiro e no mercado internacional, para que o agronegócio estadual capte um valor adicionado e aumente sua presença na mente do consumidor.

■ *Diversificação da pauta produtiva:* Quando se pensa em Mato Grosso, lembra-se de boi, algodão e soja e talvez madeira. É uma pauta muito concentrada, que deve rumar à diversificação para aproveitar oportunidades latentes em produtos reputados preferidos pelo consumidor. Café, frutas, especiarias, boi de capim, produtos orgânicos e naturais são nichos de mercado ou produtos de mais alto valor de mercado. Deve-se atentar para as oportunidades geradas pela segunda e terceira ondas da biotecnologia, ou seja, a sublimação dos valores intrínsecos dos produtos (teores de óleo, amido etc.) e a nutracêutica, a agricultura a serviço da cura das mazelas das pessoas. Mas se o futuro demora, o presente atropela a pauta concentrada de Mato Grosso. A carne de frango aumentou a participação no *ranking* da produção de carnes de 27% para 45%, entre 1990 e 2000. Mato Grosso ficou de fora deste crescimento. No mesmo período, o Brasil triplicou as exportações de carne de frango de 299 mil para 900 mil toneladas. Mais uma vez, Mato Grosso ficou de fora deste crescimento. A participação de mercado da carne bovina caiu, numa década, de 60% para 45%, mas a pecuária bovina de Mato Grosso ganhou espaço, pulando de 6% para 11% do rebanho nacional.

■ *Criação do mercado de commodities ambientais:* as florestas de Mato Grosso terão um enorme potencial de geração de renda no século 21. Contribuir para a proteção do meio ambiente, integrando-se ao insurgente mercado de resgate de carbono deve ser um compromisso inadiável do estado.

Postura estratégica de desenvolvimento

O leitor está convidado a concluir que os aspectos mais importantes da análise anterior mostram que há uma predominância de pontos fortes no ambiente interno e de oportunidades no cenário externo de Mato Grosso, conforme resumo apresentado na figura 2. Além disso, percebe-se uma convergência de interesses entre o setor público e o privado, que trabalham em parceria para o desenvolvimento do estado. Em situações em que há uma predominância de pontos fortes e oportunidades a postura estratégica recomendada é a de desenvolvimento. Ficou patente também que a implementação dessa postura estratégica depende de três fatores fundamentais: a redução dos custos de produção e distribuição, através do investimento em tecnologia, processos e infra-estrutura; a agregação de valor nas matérias-primas agropecuárias através do processamento agroindustrial, agrocomercial e tecnológico; e a criação e adensamento dos *agriclusters*, elevando à última potência a competitividade das localizações mato-grossenses.

Se o consumidor conhecia a fruta pela casca, agora vai conhecer pela etiqueta.



ETIQUETA ADESIVA TEM NOME
MACK COLOR
Rua Francisco Marengo, 339 - Tatuapé - CEP 03313-000 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 6941-4499 - Fax: (11) 6941-4470
Internet: www.mackcolor.com.br - E-mail: mackcolor@mackcolor.com.br

Tesouro botânico

Das 250 mil espécies vegetais no mundo, 50 mil estão na Amazônia e no Pantanal mato-grossense

ANTONIO HERMÍNIO PINAZZA

Há poucos anos causava espanto a declaração de Robert Curl, Prêmio Nobel de Química de 1966, de que, se as ciências dominantes do século XX foram a química e a física, o terceiro milênio ficaria conhecido como a era da biologia.

Hoje ninguém mais duvida de que, se o progresso das pesquisas biológicas continuar a ocorrer com a velocidade atual, cada ano equivalerá a décadas de avanço. Apenas um punhado de meses separa o impacto causado pela ovelha clonada Dolly da disponibilidade de plantas produtoras de materiais plásticos, que reduzirá em muito o consumo do petróleo já no próximo ano ou no máximo até 2003. As questões tecnológicas, econômicas, sociais, sanitárias e ambientais aquecerão a busca de preciosidades biológicas, tornadas realidade pelo deciframento dos enigmas da ciência da vida, capaz de conquistar a segurança quantitativa – acesso à alimentação – e a qualitativa – garantia de sanidade.

O começo de tudo

O homem só deixou a condição errante quando aprendeu a se fixar e lavrar a terra, produzindo seu alimento, em vez de ir buscá-lo onde fosse possível. Intuitivamente começou a manejar e manipular o processo produtivo; assim, foi aos poucos aumentando seu interesse pelas espécies vegetais.

Não demorou muito a se tornar capaz de buscas estratégicas pelo reino da botânica. Relatos de 4.500 anos contam como o faraó Sankhkere enviou navios ao golfo de Aden, no Mar Vermelho, em busca de canela e cássia. Mil anos depois, uma esquadra organizada pela rainha Hatshspsut desceu a costa leste da África atrás de matéria-prima para o incenso. Essas incursões levaram os egípcios a incorporar a suas campanhas militares à aquisição de raridades biológicas.

Desde então surgiram estórias e histórias sobre a formação de verdadeiros tesouros biológicos, algumas formidáveis, como no caso do café e do açafrão, trazidos da Arábia por monges utilizando bengalas ocas. Nos *contrabandos* vegetais da Antiguidade, plantas medicinais, tinturas, temperos e ornamentos predominavam sobre os alimentos.

Bem mais tarde, no século XVII, transitavam nos mercados holandeses jardineiros à cata de material trazido das Índias e do Sul da África. Os interesses comerciais iam se acirrando e se tornando mais contundentes, como no episódio de 1680, quando cultivadores britânicos pressionaram fortemente a Holanda para impedir a exportação de qualquer tipo de semente ou planta de suas possessões com interesse econômico. A esse tempo, a França punia severamente quem fosse flagrado exportando o índigo das Ilhas do Caribe, usado como corante de tecidos.

O período colonial foi rico em exemplos de transporte de plantas do Sul para o Norte do hemisfério, da América Latina para a Ásia e da África para a América Latina. As transferências de café, chá, cacau, banana, borracha, algodão, cana-de-açúcar e especiarias tiveram implicações no desenvolvimento do terceiro mundo, danosas para uns e reabilitadoras para outros. O deslocamento de plantas e a formação e estocagem desses tesouros botânicos proporcionaram incalculáveis lucros a alguns poucos países.

A onda do século

No curso da história têm se sucedido episódios envolvendo elementos da flora, como foi o caso da borracha no Brasil. A maior importância agora não reside no deslocamento de plantas vivas, mas na estocagem de germoplasma, imprescindível para a revolução agrícola posta em marcha pela engenharia genética. Por isso se diz que a ciência biológica é a nova onda que irá transformar a história da humanidade neste século ainda infante.

Antonio Hermínio Pinazza é engenheiro agrônomo, diretor executivo da Associação Brasileira de Agribusiness, Abag.

Os físicos da teoria quântica dizem que o tempo no mundo real, tal como o conhecemos, anda apenas para a frente; mas o "encontro quântico" presume que as leis da física e as equações da mecânica quântica oscilam no tempo para frente e para trás. Se a natureza tem uma face oculta, como será ela? Estaríamos diante de um novo modelo de natureza e seria de presumir que a revolução causada por essa descoberta seja capaz de superar o abalo causado pelas propostas de Galileu, Copérnico e Newton juntas.

Enquanto não se resolvem os enigmas da ciência sobre a natureza, a revolução da biotecnologia, em avanço inimaginável para a média das pessoas, mostra que os tesouros biológicos buscados há milênios continuam intensamente cobiçados e disputados – só que agora em forma de bancos de germoplasma.

Tesouro fabuloso

E o Brasil? É um país que ainda não olhou para dentro de si mesmo, enquanto outros países o fazem – e há muito tempo. O tesouro botânico brasileiro é fabuloso. Estima-se que existam ao redor de 250 mil espécies vegetais no mundo e que, dessas, 50 mil estejam na Amazônia e no Pantanal mato-grossense.

Assim, além de a Providência divina ter reservado ao Brasil o privilégio da capacidade de expansão para novas áreas, que ainda aparecem também na Argentina, embora em menores dimensões —, água, clima favorável e solos agricultáveis, possibilitou que 20% das espécies vegetais do mundo estivessem aqui.

Se o social e o econômico são fios de um mesmo tecido e não contrapostos, a sociedade pode vir a se beneficiar amplamente da cadeia produtiva dos fitofármacos, um dos maiores potenciais do agribusiness brasileiro.

Números já bem divulgados – veja-se por exemplo a *Folha de São Paulo* de 29-4-01 – mostram que o mercado de remédios à base de plantas cresce cerca de 14% por ano no mundo todo, e que somente 2% das plantas existentes tiveram alguma avaliação fitoterápica, sem contar que seu custo de produção é 10 vezes mais barato que o dos medicamentos sintéticos.

Só no Brasil, país que guarda a maior biodiversidade do planeta, estima-se que o mercado fitoterápico tem um vastíssimo potencial de crescimento, pois movimenta perto de US$800 milhões ou 10% do mercado total de medicamentos.

Tomara que tanta riqueza possa atualizar toda as suas potencialidades.

Referência bibliográfica

Grazybowski, L *Atualização em agroecologia*. Rio de Janeiro, 1993.

Biotecnologia

Entre a lógica e o trapézio

O desafio ambiental consiste em adequar o processo científico ao caráter imprevisível da realidade

NIVALDO T. MANZANO

Desde que o militante francês José Bové arrancou alguns pés de soja transgênica de uma lavoura experimental no Rio Grande do Sul, em protesto simbólico contra a concentração do poder econômico na área de tecnologia de sementes, o debate sobre a liberação comercial de organismos geneticamente modificados na agricultura brasileira parece ter-se complicado ainda mais, com a geração de mais fricção do que luz.

■ Nivaldo Manzano é jornalista

Três princípios e um qüiproquó

Basicamente, são três as posições correntes a respeito da questão, que se ali-

nham em torno da interpretação divergente de três princípios do direito ambiental: o da precaução, o da prevenção e o da igualdade substancial.

Precaução: esse princípio restringe a questão à idéia da adoção de cuidados prévios em relação à aprovação de substâncias e atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras que representem perigo para a saúde humana e o meio ambiente.

Prevenção: a interpretação mais ortodoxa desse princípio exige a comprovação científica de ausência total de risco de dano como condição para que uma nova tecnologia possa ser adotada, independentemente da natureza, complexidade e possibilidade de sua execução. Exige, portanto, que se produzam certezas quanto ao futuro.

À ciência não cabe produzir certezas absolutas e sim reconhecer as incertezas que, por força do próprio avanço científico, são de caráter recorrente. Para cada solução que se encontra, surgem dois novos problemas – e é entre uma resposta e outra que emergem novas perguntas.

Igualdade substancial: segundo esse princípio, somente um número predeterminado de características – genéticas e morfológicas – necessita ser comparado entre os OGMs e seu equivalente não modificado. Admite, portanto, que podem existir plantas iguais.

O princípio da igualdade substancial surgiu nos EUA por ocasião da liberação para plantio de OGMs em escala comercial nesse país, como desdobramento de um conceito técnico, sem nenhum respaldo em tratados internacionais. O princípio vem sendo questionado pela comunidade de especialistas em engenharia genética e meio ambiente e pela comunidade jurídica, quanto à ausência de respaldo científico para a comprovação da suposta igualdade. A diferença de critérios não autoriza uma interpretação unânime quanto aos efeitos possíveis dos resultados obtidos.

O qüiproquó adquire relevância ainda maior no cenário internacional quando se atenta para os desdobramentos da adoção desse princípio, tais como a isenção de rotulagem, a dispensa de estudos mais aprofundados em termos ambientais e de saúde humana e animal. Da pressuposta igualdade substancial no plano técnico, salta-se para a igualdade substancial em termos jurídicos.

Pontos de vista e paradigmas

O Brasil não reconhece o princípio de igualdade substancial – e sua posição de segundo maior produtor e exportador de soja reserva-lhe um lugar privilegiado nesse debate. Um ufanista diria que o mundo está à espera de saber para que lado o país se inclinará, tamanho é seu peso relativo no comércio internacional de produtos agropecuários. O não-reconhecimento do princípio da igualdade substancial é respaldado no parecer da comunidade científica brasileira e está consubstanciado na legislação sobre biossegurança que rege o assunto.

O princípio da precaução é uma extensão do reconhecimento do caráter limitado e provisório da verdade científica, nos termos em que se qualifica a capacidade de previsão da ciência na atualidade. À ciência não cabe produzir certezas absolutas e sim reconhecer as incertezas que, por força do próprio avanço científico, são de caráter recorrente. Para cada solução que se encontra, surgem dois novos problemas – e é entre uma resposta e outra que emergem novas perguntas, de modo que os cientistas têm sempre com que se entreter.

Já o princípio da prevenção, nos termos em que tem sido interpretado, parece apoiar-se na noção vulgarizada da ciência, segundo a qual cabe aos cientistas predizer o futuro com base no que ocorreu no passado. Essa noção encontra suporte no paradigma determinista da física clássica. Como se sabe, esse paradigma é anterior ao advento da ciência experimental, que começa com a termodinâmica associada a um novo tipo de verdade científica, fundada na probabilidade.

Ortodoxia científica

Para afastar o risco de a opinião pública brasileira se deixar lançar numa nova versão da revolta contra a vacina, parece útil lembrar que a metodologia newtoniana, de caráter dedutivo, não foi criada para lidar com o ser vivo e sim com abstrações de coisas inertes, como os corpos no espaço. Trata-se de uma ciência que nem humana é, segundo o seu próprio criador. Na opinião de Newton, as leis de sua mecânica são as leis naturais de Deus, como afirmara antes dele Galileu, depois de identificar na matemática a linguagem com que o Criador teria descrito o Universo, para se deleitar em sua leitura.

Assim como para Deus onisciente não podem existir novidades, também para os cientistas newtonianos não seria necessário abrir a janela de seu laboratório, para ver o que há de novo na rua. Se existir algo de novo, diriam eles, deve estar contido em suas premissas de origem supostamente divina. Está aí metafisicamente fundamentada a necessidade dedutiva do procedimento.

Por disposição dos Céus, o cientista seria, assim, uma espécie de aranha capaz de tirar certezas

preestabelecidas de suas entranhas. Por isso, não estranharia a Laplace dizer que, sendo sua ciência determinista e dedutiva, é possível predizer matematicamente a trajetória dos corpos tanto em direção ao futuro quanto em direção ao passado. Ou seja, para um cozinheiro laplaciano seria tão simples quanto fácil conhecer antecipadamente a trajetória que fará a omelete da casca do ovo para dentro da frigideira ou, em seu caminho de volta, da frigideira para dentro da casca do ovo.

É interessante constatar que tanto os prevencionistas ortodoxos quanto os defensores da igualdade substancial, embora se encontrem em trincheiras ideológicas opostas, dão-se as mãos na celebração da mesma fé. Da mesma forma que os devotos da ciência dedutiva, os prevencionistas ortodoxos também acreditam ser possível predizer o futuro com base no passado. Tamanha é a fé em sua ciência que ambos os grupos concordam em que a matemática e a lógica são instrumentos adequados para se poder fazer bom uso da bola de cristal.

Ou dito de outra maneira: para ambas as posições, assim como para Newton, a ciência se justifica enquanto serve para nos advertir de que o controle sobre a realidade é dela, e não enquanto serve para admitirmos que é a realidade que nos controla e descontrola, a ponto de perdermos a cabeça no caso de uma paixão ou de não sabermos prever como será o dia de amanhã. Mas, dizemos nós, se é a ciência que nos controla, em vez de poder decidir em liberdade, somos joguetes inertes de seus desígnios (divinos, acrescentaria Newton).

Os imprevisíveis seres vivos

Observe-se que a biologia molecular surgiu como ciência retirada da costela da físico-química e, mais atrás no tempo, da física. Com isso, os seres vivos passaram a ser vistos como *máquinas* bioquímicas, feitas de peças intercambiáveis, como simples autômatos dotados da capacidade de autoreprodução. Dessa forma, o ser vivo feito de mudanças – e portanto imprevisível em sua criatividade, de que são testemunhas a evolução das espécies e a inteligência humana – deixou de ser considerado como tal.

Ambas as posições, calcadas no modelo mecanicista, comportam-se como quem ignora metodologicamente a possibilidade de ocorrência de interações imprevisíveis entre a característica desejada que foi inserida no organismo modificado e seus próprios genes ou entre estes e os de outras espécies.

Não se pode ignorar, no entanto, que o caráter absoluto das certezas deve restringir-se ao campo das chamadas ciências exatas – e o comportamento dos sistemas ambientais não é exato (previsível). As ciências exatas são adequadas somente para lidar com abstrações, como as figuras geométricas, inexistentes no mundo real. Neste, não se pode aplicar de forma generalizada o raciocínio dedutivo, porque aí nada decorre logicamente na direção da abstração para a realidade. Minha máquina de calcular pode derivar as propriedades da mulher de meus sonhos, mas é incapaz de jogá-la em meus braços.

Daí decorrem as dificuldades com que lidam os cientistas para qualificar o valor probatório de uma avaliação de risco. Cabe a eles a tarefa de reconhecer todos os riscos, para que se possa escolher o menor. Por mais que decepcionem, é tudo o que podem fazer. Não há adoção de inovação tecnológica – ou casamento – sem risco. A mesma coisa ocorreu no caso da máquina a vapor, do computador e do automóvel.

Para os cientistas da linha clássica, a ciência se justifica enquanto serve para nos advertir de que o controle sobre a realidade é dela. Mas se a ciência nos controlasse, em vez de poder decidir em liberdade, seríamos joguetes inertes de seus desígnios (divinos, acrescentaria Newton).

Lembre-se do entusiasmo com que Marx, na última nota de seu primeiro volume do *Capital*, saudou os "serviços imortais" de Liebg, o cientista que no século XIX estabeleceu a sistematização da química aplicada à fertilização das plantas. Exaltou-o com a confiança absoluta que depositava na "ciência natural", e viu na contribuição de Liebg a denúncia dos "aspectos negativos ou destrutivos da agricultura moderna" de então. Ora, sabemos hoje, os mesmos serviços imortais, que tanto fizeram crescer a produtividade das lavouras, são também responsáveis pela contaminação dos sistemas ambientais. Como se vê, nem a dialética, associada à fé na "ciência natural", serviu para predizer o futuro. Quando se pôs a fazê-lo, criou campos de concentração na Sibéria.

O desafio da vida

Para ambas as posições, a dificuldade em resolver o qüiproquó está em admitir que a criação de um novo instrumento musical vem acompanhada das maneiras como se pode tocá-lo. Se se quiser tocá-lo de uma nova maneira, ampliando as possibilidades que o instrumento oferece, é preciso modificá-lo. A norma é indissociável da inovação, existindo uma relação de interação recíproca entre ambas.

Nesse contexto, o desafio das ciências ambientais, às quais cabe avaliar o risco das plantas transgênicas, está em proclamar o fim do divórcio artificial entre o caráter previsível da norma axiomática e o caráter imprevisível da inovação, processos de cuja interação, necessariamente concorrente e conflitante, resulta a evolução dos sistemas ambientais.

Aos prevencionistas ortodoxos e aos defensores da igualdade substancial, é oportuno lembrar que devemos a existência a um erro no curso da evolução. Entre o lógico e o trapezista, diria o precaucionista, não há por que escolher, porque a realidade é feita de ambos – e isso é tudo.

Ou seja, viver é perigoso..

Bioenergia

Enquanto é tempo...

Para evitar o apagão, o país precisa unir forças e revigorar o setor com fontes alternativas

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Grande parte do consumo nacional de energia elétrica é suprida por fontes renováveis, que exigem um conjunto de medidas de autosustentação. A preservação dos mananciais e cursos d'água, o uso de práticas de conservação do solo e o controle do desmatamento são fundamentais para não comprometer o sistema a médio e longo prazos. Ainda assim, alterações sazonais e intempéries climáticas são fatores de risco no curto prazo.

Da chegada da eletricidade ao Brasil, no fim do século XIX, até a disseminação do uso da energia pelo país passaram-se 70 anos. Durante a II Guerra Mundial, de 1939 a 1945 e o período imediatamente posterior, o conturbado quadro político e econômico do mercado internacional dificultava a captação de recursos para financiar grandes obras de infra-estrutura, típicas das áreas de energia e transporte.

Na década de 50 o país passou por momentos críticos de crise energética. O desenvolvimento em cima do modelo de substituição de importações impulsionava a indústria e a demanda de energia. Os *apagões* eram comuns em muitas localidades.

Do fim dos anos 50 até a década de 80, a exploração hidrelétrica experimentou um salto inusitado. Estima-se que 40% da dívida externa nacional, de US$100 bilhões, correspondam aos créditos dirigidos ao setor, embora no período tenha sido prática dos sucessivos governos a utilização de grandes empresas estatais para tomar recursos no exterior nem sempre empregados nos respectivos segmentos

De custo mais baixo e por conta da ampla disponibilidade de água existente no país, os governos realizaram maciços investimentos em usinas hidrelétricas. Da eletricidade comercializada no Brasil, menos de 15% não são gerados por essas usinas. E de acordo com as previsões do Ministério de Minas e Energia, até 2005 a composição da matriz de energia do país não sofrerá grande alteração.

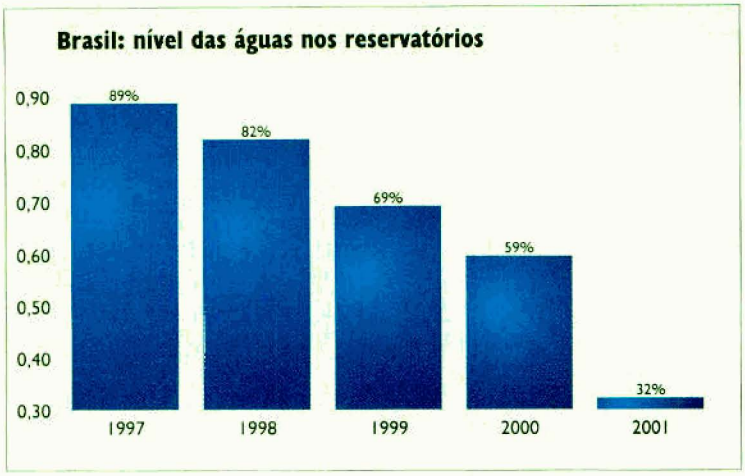
Vivendo perigosamente

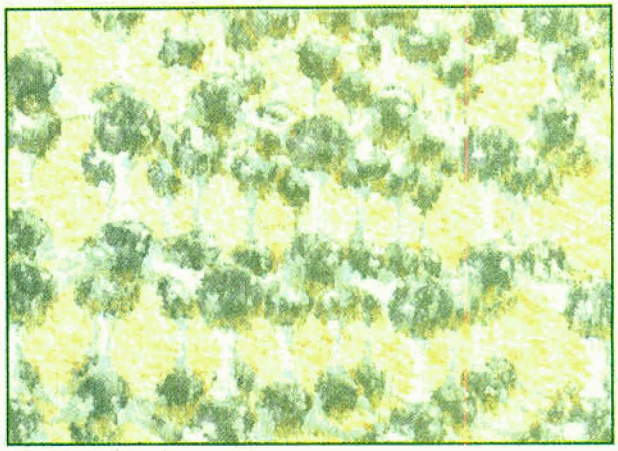
Em 1995, o governo iniciou um processo de intensificação das privatizações e montou mecanismos para a constituição de um regime competitivo e de livre mercado no setor energético. No setor de geração, apenas 20% das companhias passaram para as mãos da iniciativa privada, mas na área de distribuição essa relação chega a 80%. A venda de 20 empresas estatais rendeu ao governo US$25 bilhões. As empresas de transmis-

Email: regis@fgv.br e pinazza@agroceres.com.br

Cronologia

- 1,5 milhão de anos a.C., a partir de um galho em fogo, o *homo erectus* obtém a tocha.
- 5 mil a.C.: egípcios e babilônios enchem pequenos jarros de barro de óleo e os acendem com uma mecha.
- Era cristã: a vela é incorporada ao cotidiano e compete com as tochas e lamparinas da Idade Média e séculos XVI, XVII e XVIII.
- 1783: o suíço Ami Argand desenvolve uma lamparina portátil encimada por uma chaminé de vidro, que dava mais segurança, mais brilho e melhorava a combustão de óleo.
- Século XIX: o inventor escocês William Murdock consegue a iluminação a gás a partir de carvão aquecido.
- 1809: Humphrey Davy apresenta à Royal Institution, em Londres, a luz elétrica de arco de carbono, de coloração azulada e volátil.
- 1820: iluminação das ruas de Londres.
- 1823: 40 mil lâmpadas instaladas em Londres.
- 1872: o barão de Mauá lança o cabo telegráfico submarino, ligando Brasil e Europa, um investimento precursor para a energia elétrica no país
- 1879: com lâmpadas elétricas incandescentes, Thomas Alva Edson ilumina as ruas de Menlopark, em Nova Jersey. D. Pedro II autoriza a iluminação da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com lâmpadas a arco.
- 1880: começa a instalação de lâmpadas em residências (uma lâmpada de 100 watts corresponde a 120 velas).
- 1883: entra em operação a primeira usina hidrelétrica no país, na região do ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais.
- 1883: o Rio de Janeiro é a primeira cidade da América do Sul a ter iluminação elétrica.
- 1884: Rio Claro é a cidade pioneira da iluminação por lâmpadas elétricas.
- 1892: primeiro bonde elétrico a circular no país, no Rio de Janeiro, inaugurado pela Companhia Ferrocarril do Jardim Botânico.
- 1899: a Light and Power, empresa de capital canadense e também britânico, francês e americano, logo se transformou em detentora do monopólio de fornecimento de energia elétrica para o Rio de Janeiro e São Paulo.
- 1900: a Exposição Universal de Paris é chamada de Exposição Eletricidade.
- 1903: primeiro texto de lei para regulamentar o emprego de energia elétrica aprovado pelo Congresso.
- 1908: entra em operação a maior usina hidrelétrica no país – Fontes Velhas, em Piraís, no estado do Rio de Janeiro.
- 1913: Delmiro Gouveia monta, na Cachoeira de Paulo Afonso, a primeira hidrelétrica no Nordeste.
- 1934: promulgação do Código das Águas, que regulamenta o controle do poder público sobre as concessionárias de energia elétrica.
- 1937: primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro.
- 1952: criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para financiar obras nos setores de energia e transporte.
- 1954: entram em operação a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a Usina Hidrelétrica Piratininga, a óleo combustível.
- 1954: criação de Furnas Centrais Elétricas, para solucionar a crise de energia na região Sudeste.
- 1960: criação do Ministério de Minas e Energia.
- 1961: Jânio Quadros cria a Eletrobrás para controlar o setor de energia elétrica.
- 1963: entra em operação a Usina de Furnas.
- 1965: criação do Departamento Nacional de Águas. Começa a operar a Termelétrica Jorge Lacerda.
- 1968: criação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul); entra em operação a Usina Termelétrica de Santa Cruz, de Furnas.
- 1973: acordo com o Paraguai para a construção e operação de hidrelétricas no rio Paraná, que resulta na criação da Usina de Itaipu.
- 1979: nacionalização da Light. Entra em operação a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.
- 1984: entram em operação as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu.
- 1985: constituído o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) para incentivar a racionalização do uso da energia elétrica.
- 1986: entra em operação o sistema de transmissão Sul-Sudeste, transportando energia elétrica de Itaipu para a região Sudeste.
- 1988: criado o Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase).
- 1990: a Lei nº. 8.301 cria o Programa Nacional de Desestatização.
- 1995: privatização da Excelsa.
- 1996: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), criada a partir de um novo modelo elaborado para o setor, com o objetivo de disciplinar as concessões de serviços públicos, tendo como órgãos auxiliares o ONS e o MAE.
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS): associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, cuja principal função é gerir a Operação do Sistema Interligado Nacional.
- 1997: Itaipu bate o recorde mundial de produção de energia elétrica. Criada a Eletrobrás Termonuclear, no Rio de Janeiro.
- Setembro de 1999: o governo cria uma plano, ainda no papel, de estímulo à construção de 55 termelétricas que agregariam 17 mil megawatts à capacidade instalada.
- 1999: entra em operação a primeira etapa de interligação Norte-Sul.
- 2000: entra em operação a usina termonuclear Angra II. Retomada da política nuclear do país.
- Setembro de 2000: criado Mercado Atacadista de Energia (MAE).
- Abril de 2001: intervenção federal no MAE. A regulamentação não definia as garantias para o cumprimento de exigências dos participantes e aplicação de penalidades aos infratores. Não houve acordo entre distribuidores e geradores.
- 14 de maio de 2001: criada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE) pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de caráter emergencial, que deverá ser dissolvida após a solução da crise.
- 4 de junho: começa o programa governamental de racionamento de energia, previsto para durar até novembro, mas sujeito a prorrogação.
- Política de Preços: entre 2003 e 2007, o preço da energia elétrica será liberado em 25% ao ano. Se a escassez de oferta permanecer, as tarifas poderão subir ainda mais. A tarifa nominal no setor residencial em 2000 estava 19% e 132%, respectivamente, acima da dos setores comercial e industrial.





Co-geradores de energia na agricultura

Matérias orgânicas utilizadas para gerar energia elétrica

Bagaço de cana

As 80 usinas sucroalcooleiras da região de Ribeirão Preto possuem um potencial de produção de 1.700 megawatts, correspondente a 10% da produção estadual. No estado de São Paulo, as 80 usinas existentes produzem menos de 5% de seu consumo.

A geração de energia elétrica se dá a partir da queima do bagaço nas caldeiras. Através de um novo método de processamento do bagaço, produzem-se gases combustíveis, ainda em fase de pesquisa e desenvolvimento. O potencial de geração poderá ainda dobrar.

Casca de arroz

O Rio Grande do Sul responde por mais de 40% da produção nacional do arroz. A maior parte de sua orizicultura está concentrada na região Sul. A idéia é aproveitar a casca, que representa 23% do volume do cereal. Através da queima desse material se movimentarão as turbinas e se acionarão os geradores de energia. Um projeto está sendo montado em Uruguaiana. Um processamento de nove toneladas de casca por hora gera oito megawatts, o suficiente para abastecer uma cidade de 60 mil habitantes.

Biodigestores

Nos anos 70, após duas crises de preço do petróleo, em 1973/74 e 1978/79, o estado de São Paulo chegou a criar um programa específico de crédito para instalar biodigestores nas propriedades rurais. A repercussão do programa ficou muito mais por conta de seu mérito de buscar modelos alternativos de energia do que do resultado prático. O biodigestor a partir de dejetos animais de granjas funciona para a produção do biogás, que pode movimentar os motores a combustão e cumprir o papel das turbinas na geração de energia elétrica.

são não foram privatizadas.

Ao longo dos últimos quatro anos o país enfrentou uma constante depleção – esvaziamento dos reservatórios –, devido ao regime de chuvas desfavoráveis. Os níveis de água considerados seguros em relação à capacidade dos reservatórios, no final dos períodos de chuvas e secas, são respectivamente de 49% e 10%, na região Sudeste, de acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS). Em abril de 2001, a região estava com 33,1% de sua capacidade de armazenamento, quando o nível mínimo de segurança seria de 50%.

A esse fato adverso aliaram-se a insuficiência dos investimentos e o crescimento da economia, cujo efeito foi uma expansão mais rápida do consumo do que da oferta de energia elétrica.

Para os próximos anos, é bem provável que o país conviva com um modelo misto, onde a participação hegemônica do governo ficará na geração e transmissão, enquanto as empresas privadas estarão voltadas para a distribuição de energia.

Diante da necessidade de expandir a geração e a transmissão de energia, as empresas do sistema Eletrobrás tendem a ser novamente acionadas para alavancar investimentos. Furnas, Chesf e Eletronorte devem fazer parte de um programa emergencial com essa orientação.

Referências bibliográficas

Setor energético no Brasil: situação atual e perspectivas. Conselho Nacional de Política Energética, dez. 2000.

Site da Internet www.ons.org.br

HAAG, Carlos. O túnel sem luz no fim. *Valor Econômico*, ano II, n. 35, 25-7 de maio de 2001.

O futuro do futuro

A utilização de contratos futuros agropecuários em carteiras de investimento pode ser vantajosa

FABIO L. MATTOS

Cresce cada vez mais a vinculação entre os negócios agropecuários e os mercados financeiros. Esse procedimento – do qual é bom conhecer as idéias básicas e os resultados que se podem esperar – ainda é pouco utilizado no mercado financeiro brasileiro, embora seja largamente adotado no mercado internacional.

O mercado financeiro mundial passou por um período de grande evolução no início dos anos 80. Um dos motivos desse desenvolvimento foi a crescente popularidade dos negócios com contratos futuros. Apesar de esses mercados sofrerem certa discriminação e desconfiança, hoje eles são um complemento eficiente e importante para os mercados de ações e títulos.

No caso específico de *commodities* agrícolas, pode-se citar o exemplo de um administrador de carteiras de investimento que decide que a incorporação de soja em seu portfólio poderia elevar o retorno sem alterações significativas no risco. A compra do produto físico, porém, incorreria em diversos custos de armazenagem e eventual dificuldade de se encontrar um comprador para o produto no futuro. A existência de um mercado de futuros de soja resolve esse problema, pois permite a incorporação do produto à carteira – com as vantagens esperadas – sem a necessidade de posse física do mesmo.

A importância dos mercados futuros decorre do fato de constituírem uma classe distinta de ativos. Há uma baixa correlação entre contratos futuros de *commodities* e outros tipos de ativos, principalmente as ações. Assim, a incorporação de contratos futuros agrícolas nos portfólios leva à diversificação do risco da carteira de investimentos. Diversificação do risco deve ser entendida como "qualquer processo que possibilite minimizar os efeitos do risco sobre um ativo ou uma carteira de ativos".

Fabio L. Mattos é bacharel em economia pela FEA/USP, mestre em economia aplicada pela Esalq/USP e economista da Tendências Consultoria Integrada (fabio.m@valinhos.net).

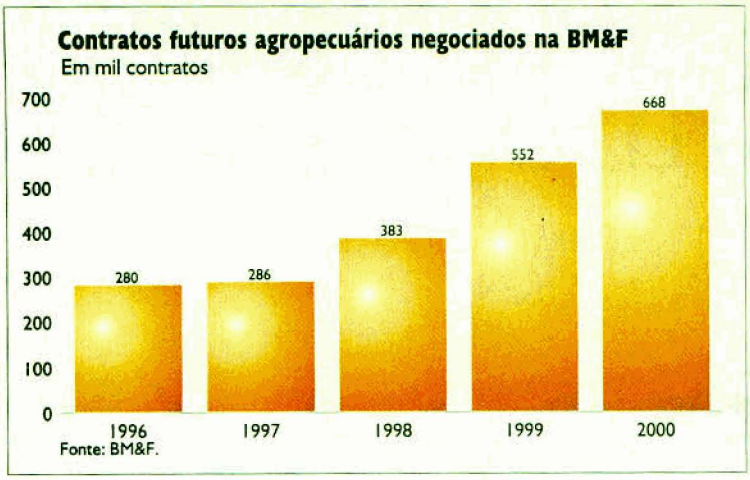
Menor risco

Segundo a Teoria do Portfólio, a composição de carteiras de investimento combinando ativos que apresentam correlação inferior a um entre seus retornos individuais torna possível reduzir o risco da carteira sem prejudicar o retorno esperado. Tal objetivo – menor risco para um mesmo nível de retorno – é altamente desejado por qualquer administrador de recursos.

Uma correlação inferior a um entre os retornos de dois ativos significa, *grosso modo*, que nenhum dos dois tende a apresentar o mesmo comportamento no decorrer do tempo. Quanto menor for essa correlação, menos semelhante será o comportamento dos retornos ao longo do tempo. Por exemplo, o fato de o retorno de um desses ativos estar decrescendo não implica, necessariamente, que o retorno do outro também esteja. Em outras palavras, os fatores que determinam o comportamento do retorno de um ativo não são – pelo menos de forma determinante – os mesmos que determinam o comportamento do retorno do outro ativo.

À primeira vista pode parecer claro que os retornos de ativos financeiros, como ações e títulos, e *commodities* agropecuárias têm seus comportamentos ditados por fatores distintos, uma vez que são de natureza bastante diversa. Também parece razoável acreditar que a correlação entre os retornos desses ativos e o das *commodities* agropecuárias é baixa.

Um estudo nos mercados financeiros dos EUA, França, Alemanha, Japão, Suíça e Inglaterra, entre 1989 e 1998, mostrou que a correlação entre os retornos de contratos futuros agropecuários e ações e títulos era realmente próxima de zero. Assim, a combinação dessas três classes de ativos nos mercados analisados aumentou a eficiência das carteiras em todas as situações estudadas. A eficiência de uma carteira pode ser medi-



da através da relação retorno/risco. Carteiras com maior retorno para determinado nível de risco ou com menor risco para dado patamar de retorno são consideradas mais eficientes que as demais.

Diversos estudos em vários países comprovam a vantagem para as instituições financeiras de formar carteiras de investimento combinando ativos financeiros e *commodities* agropecuárias, de forma a reduzir seus riscos no mercado financeiro sem afetar seu retorno esperado.

Estudo inédito

Foi realizado um estudo analisando a viabilidade da utilização de contratos futuros agropecuários em carteiras de investimento no Brasil, no período de julho de 1994 a dezembro de 1998. Foram considerados os seis contratos futuros agropecuários negociados na BM&F naquele período – café, boi gordo, soja, milho, algodão e açúcar – e o Índice Bovespa (Ibovespa), que representa o comportamento médio de mercados de ações.

Os testes estatísticos realizados mostram que o coeficiente de correlação entre os retornos do Ibovespa e de cada um dos seis contratos futuros agropecuários é igual a zero, sinalizando a viabilidade de uma estratégia de diversificação científica de investimentos por meio da combinação de ações – representadas pelo Ibovespa – e contratos futuros agropecuários.

Estudou-se primeiro o que ocorria com o retorno e o risco, quando em uma carteira de ações se inclui um contrato futuro. Considerou-se inicialmente uma carteira com participação do Ibovespa de 100%. Em seguida, foi incluído um contrato futuro com participação de 1% na carteira, ficando o Ibovespa com 99% de participação. A participação do contrato futuro foi crescendo progressivamente (2%, 3%, 4%), enquanto a do Ibovespa era reduzida no mesmo ritmo.

O resultado em todas as situações analisadas foi que carteiras combinando ações e contratos futuros agropecuários apresentavam retornos menores que carteiras contendo apenas ações. Em 75% das situações analisadas, a alocação que proporcionou maior retorno foi aquela em que todos os recursos haviam sido investidos em ações. Por outro lado, apurou-se em praticamente todas as situações consideradas a redução no risco das carteiras combinando futuros e ações.

Como tanto retorno quanto risco eram reduzidos com a inclusão de contratos futuros nas carteiras de investimento, a questão foi então deslocada para outra esfera, ou seja, tornou-se necessário avaliar se a redução do risco da carteira foi suficiente para compensar a perda em termos de retorno. Para isso utilizou-se o índice de Sharpe, utilizado para medir o retorno obtido por uma carteira de investimento por unidade de risco assumida. Quanto maior o valor desse índice, maior o retorno obtido em relação ao risco assumido pelo gestor da carteira. Em termos gerais, quanto maior o índice de Sharpe, mais vantajoso é o investimento.

Comparando vantagens

Em 73% das situações analisadas, as carteiras que apresentaram valores mais elevados para o índice de Sharpe foram as compostas apenas por ações. Isso significa que a inclusão de contratos futuros em carteiras de ações tende a reduzir seu índice de Sharpe.

Por outro lado, as carteiras compostas por ações e contratos futuros apresentaram índice de Sharpe superior ao das carteiras formadas apenas por ações em 27% dos casos analisados. Isso significa que, em 27% das situações, a redução do retorno ocorreu em proporção menor que a queda do risco, ou seja, houve benefício para o investidor.

Por meio do exercício realizado nessa etapa foi possível verificar que, na maioria dos casos, a inclusão de contratos futuros agropecuários efetivamente reduzia o risco das carteiras de ações – mas, na maioria dos casos, não o suficiente para compensar a perda de retorno decorrente dessa estratégia.

Na etapa seguinte, tratou-se de construir fronteiras eficientes com o Ibovespa e os seis contratos futuros agropecuários. A idéia básica era verificar se carteiras combinando ações e contratos futuros poderiam ser mais eficientes que carteiras compostas apenas por ações, conforme o conteúdo de eficiência referido anteriormente.

O período de julho de 1994 a dezembro de 1998 foi novamente dividido em vários subperíodos e foram

testadas todas as combinações possíveis entre o Ibovespa e as posições compradas e vendidas nos seis contratos futuros agropecuários. No total, tentou-se construir 272 fronteiras eficientes e houve sucesso em 230 tentativas.

Entre as 230 fronteiras eficientes construídas, 114 mostraram carteiras combinadas mais eficientes que o Ibovespa. Isso sugere que houve possibilidades de formar carteiras diversificadas que apresentassem, pelo menos, retorno superior e risco igual ao do Ibovespa ou então risco inferior e retorno igual ao do Ibovespa.

Uma carteira composta por posições compradas em boi gordo (participação de 28,6%), posições compradas em café (38,8%), posições vendidas em milho (6,1%) e Ibovespa (26,4%) em 1997 teria obtido retorno médio de 3,1%, ou seja, o mesmo do Ibovespa. Porém, o risco dessa carteira teria sido de 6,9%, contra 12,4% do Ibovespa.

No mesmo período, uma carteira composta por posições compradas em café (participação de 86%) e Ibovespa (14%) teria registrado risco de 12,4%, ou seja, o mesmo do Ibovespa. No entanto, o retorno médio dessa carteira teria sido de 5,2%, contra 3,1% do Ibovespa.

Da mesma forma, uma carteira com posições compradas em boi gordo (participação de 13,4%), posições compradas em café (49,3%) e Ibovespa (37,3%) apresentaria retorno médio de 1,3% entre janeiro de 1996 e dezembro de 1998, ou seja, o mesmo retorno médio do Ibovespa no período. Por outro lado, o risco da carteira combinada seria de 9,4%, inferior aos 13,6% do Ibovespa.

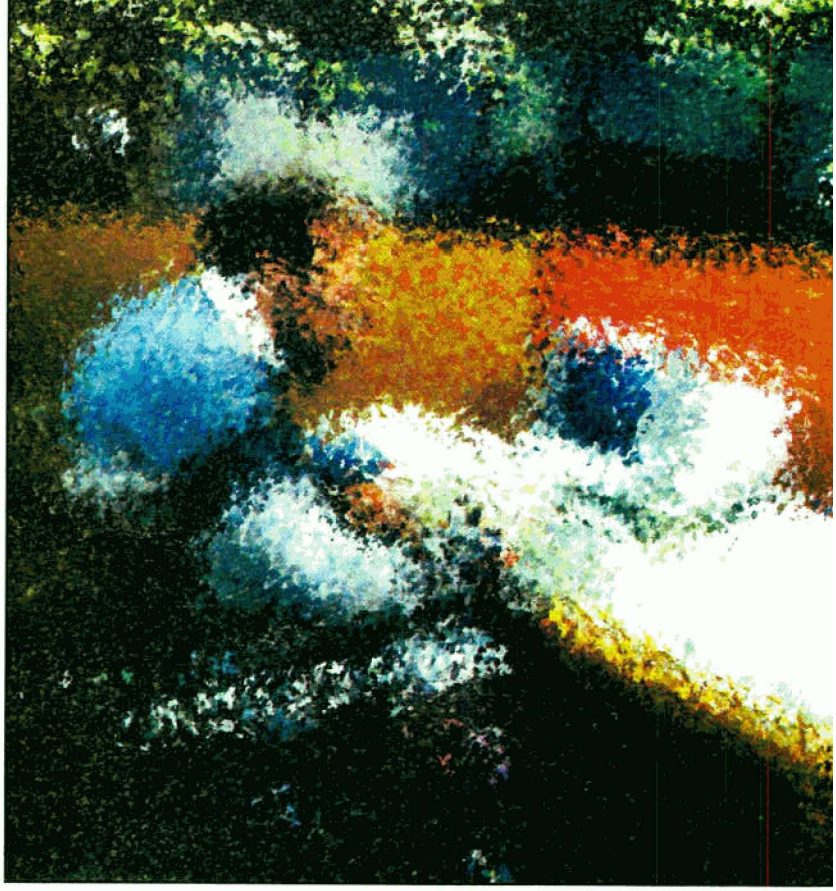
Ainda nesse mesmo período, uma carteira formada pelo Ibovespa (participação de 3,8%) e posições compradas em café (96,2%) teria apresentado o mesmo risco do Ibovespa, ou seja, 13,6%. Porém, o retorno médio da carteira teria sido de 1,6%, contra 1,3% do Ibovespa.

Portanto, durante o período analisado, foi possível encontrar diversas combinações de contratos futuros agropecuários e ações capazes de formar carteiras de investimento mais eficientes do que aquelas compostas apenas por ações.

Duas constatações

Os resultados das análises permitiram chegar a duas constatações gerais sobre a viabilidade de incorporar contratos futuros agropecuários em carteiras de ações:

- teoricamente existem vantagens em tal estratégia, uma vez que é possível aceitar a hipótese de que a correlação entre os retornos do Ibovespa e de cada um dos seis contratos futuros é nula;
- os exemplos apresentados comprovam as vantagens da combinação desses ativos em carteiras de investimentos, mas não de forma consistente ao longo do período analisado.



A análise de carteiras combinando o Ibovespa e um contrato futuro comprovou que essa estratégia poderia efetivamente reduzir o risco da carteira, embora nem sempre essa redução fosse suficiente para compensar a diminuição do retorno esperado.

Foi então analisada a possibilidade de existirem fronteiras eficientes, combinando-se o Ibovespa com todos os seis contratos futuros considerados. Verificou-se que é possível construir diversas carteiras mais eficientes que o Ibovespa com essas combinações durante o período em questão. Logo, pode-se dizer que a estratégia deveria ser considerada no processo de formação de carteiras de investimento.

Os negócios com futuros agropecuários continuaram crescendo após o período da análise, inclusive com a criação de novos contratos, como foi o caso do contrato de álcool anidro. Com isso, novas possibilidades de estratégias de investimento foram criadas, de forma que o mercado futuro de *commodities* agropecuárias pode tornar-se ainda mais atrativo para os administradores de carteiras de investimentos.

Este texto traz uma síntese da dissertação de mestrado do autor, "Utilização de contratos futuros agropecuários em carteiras de investimento: uma análise de viabilidade", vencedora do Prêmio BM&F de Derivativos Agropecuários 2000.

Nem tudo são plumas

O Brasil descobre o avestruz, aquela ave grande e desengonçada que pode ser um negócio e tanto

ARNALDO ADASZ

Há alguns milhares de anos, alguém na corte egípcia percebeu a beleza das plumas dos avestruzes. Examinando registros antigos e descobertas arqueológicas, vemos que em praticamente todos os momentos da história se utilizava algum enfeite feito com as plumas dessa ave desengonçada.

No final da Idade Média, as plumas se tornaram a coqueluche da Europa e embelezavam os mais variados apetrechos, desde uniformes militares até roupas de nobres.

Excursões de caça

Nessa época nossa civilização estava desbravando a temível África, e aventureiros caçadores faziam excursões continente adentro, buscando entre outros materiais a valiosíssima pluma de avestruz.

Enquanto no Norte da África apenas se caçavam avestruzes, o que levou à extinção da ave na vasta faixa de território que vai do Oriente Médio até a África central, na África do Sul iniciava-se um outro tipo de atividade: a criação comercial de avestruzes.

Eram organizadas excursões com destino aos mesmos territórios onde os europeus caçavam, mas com objetivo muito distinto. Os sul-africanos queriam espécimes de diferentes raças, para cruzamento e melhoria genética. Para isso foram caçados os Red Necks, grandes avestruzes da África ocidental; os Blue Necks, avestruzes de porte médio, da África oriental e Oriente Médio; e os Black Necks, nativos dos países do Sul da África.

O African Black

Usando técnicas simples de cruzamento entre diferentes raças de avestruzes, buscava-se um animal que reunisse algumas das qualidades distintamente encontradas em cada uma das três raças principais:

- bom tamanho de corpo, para se obter bastante carne;
- penas e plumas abundantes, belas e de bom tamanho; e
- a melhor produtividade possível (número de filhotes por fêmea).

Desse trabalho resultou o African Black, um avestruz que produz cerca de 25 a 30 filhotes por ano, cada um deles podendo oferecer 35kg de carne excelente, um couro magnífico e as melhores plumas até então obtidas.

Com essa ave, de raça desenvolvida em alguns anos de pesquisa e seleção genética, os sul-africanos alimentaram um novo grande *boom* do consumo de produtos de avestruz na Europa, na segunda década do século XX.

Nessa época se estabeleceram grandes criatórios industriais na África do Sul. Em 1945, foi fundada a Klein Karoo, uma cooperativa sul-africana que logo organizou o comércio exterior de todos os valiosíssimos produtos do avestruz.

Durante quase todo o decorrer do século, o resto do mundo não acordou para esse agronegócio, talvez devido ao fato de não existir uma divulgação das potencialidades do avestruz como ave de criação.

Negócio rendoso

Isso aconteceu até cerca de 15 anos atrás, quando a Europa e os EUA descobriram que deveria ser encarada com seriedade uma criação em que, a partir da capacidade reprodutiva de cada fêmea, uma ave pode produzir até mil quilos de carne. Como cada animal com 13 meses – idade de abate – gera 35kg de carne para consumo, e como se obtém uma média de 30 animais que ultrapassam essa idade para cada fêmea em postura, o resultado são 1.050kg de carne.

Não foi preciso muito tempo para que Israel também entrasse na briga com muita garra, para logo se tornar um dos maiores produtores mundiais de carne de

Arnaldo Adasz é diretor executivo da Morada do Avestruz. http://www.arnaldo.adasz.com.br

avestruz.

Atualmente estão entrando no negócio, além do Brasil, alguns países do Oriente, principalmente a China.

Enquanto a carne de avestruz na Europa e nos EUA é coisa para *gourmets*, na China o governo está investindo pesado, visando a uma forma eficiente de alimentar sua gigantesca população.

Criação eficiente, criadores nem tanto

Eficiência é uma palavra que tem tudo a ver com a criação de avestruzes. Se por um lado é preciso ser eficiente para manter um nível excelente de produção e aproveitamento, com cuidados em manejo e biossegurança, por outro lado o fato de se obter uma produção de trinta filhotes por fêmea todos os anos, durante mais de 45 anos de vida reprodutiva plena desses animais, é mais do que a palavra eficiência costuma significar.

Aqui no Brasil já faz alguns anos que se importam avestruzes, inicialmente para zoológicos ou para enfeitar a propriedade de algum rico fazendeiro. Há pouco mais de três anos iniciou-se a importação para a criação, com os primeiros aviões comerciais chegando lotados de aves adultas.

O produtor brasileiro não sabia lidar com esses animais e os órgãos do governo pareciam mais perdidos ainda. Nota-se isso pelo sacrifício de lotes inteiros em fazendas paulistas, para só depois de muito tempo se constatar que eram aves absolutamente saudáveis, ou pela torturante demora em se mudar a classificação do avestruz para ave de criação, apesar de nosso plantel já estar beirando 40 mil aves.

Brasil a caminho de centro de referência

Hoje existem associações legítimas de criadores e empresas de competência e seriedade estabelecendo suas bases. Somente assim conseguiremos atingir nossa próxima meta, que é chegar a 150 mil reprodutores no Brasil, e nos estabelecermos como centro de referência na criação mundial de avestruzes.

O *know-how* que adquirimos nesse curto período já tem levado empresas a atingirem taxas de mortalidade na cria de 0 a 90 dias na média de 12%. Melhor que a média européia e faltando pouco para atingir a sul-africana.

A criação de avestruzes no Brasil ainda é incipiente e está nas mãos de empreendedores ousados. Mas mesmo com os custos e estruturas atuais, já podemos produzir carne de avestruz com lucro – e esta com certeza já deixou de ser a carne do futuro para se tornar a mais rentável opção de agronegócio brasileiro.

Ciência & tecnologia

Fortalecimento institucional

A promoção das áreas de C&T no Brasil requer um arcabouço legal que incentive a inovação, sem colocar em risco a continuidade da pesquisa

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

O Brasil, país emergente, aspira a entrar no seleto grupo dos geradores de conhecimento, em áreas estratégicas para seu desenvolvimento.

Reconhece-se o esforço do governo Fernando Henrique Cardoso em promover as áreas de ciência e tecnologia no país. Nos últimos anos, mais recursos humanos foram treinados em centros de excelência, no país e no exterior. Volumes consideráveis de recursos financeiros vêm sendo destinados à pesquisa. Novos mecanismos de captação de recursos estão sendo operacionalizados por meio dos fundos setoriais de pesquisa. Órgãos de

Alberto Duque Portugal é diretor presidente da Embrapa.



política de C&T aprimoram os mecanismos de estabelecimento de áreas prioritárias estratégicas, dando foco às ações para a geração de resultados significativos para a sociedade brasileira. Tudo isso vem sendo abordado pela agenda de C&T que está sendo discutida pelo governo e pela sociedade.

Experiências recentes demonstraram que o processo de inovação, na qual se insere a geração e transferência de tecnologia, exige uma participação crescente do setor privado, mas não pode prescindir do apoio governamental. Isso vem acontecendo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e em modelos exercitados mais recentemente, como a Coréia do Sul. Cabe ao setor público concentrar-se em áreas estratégicas, de alto risco ou de baixo retorno econômico, nas quais o setor privado não tem interesse em investir.

O domínio de novas áreas de fronteira no conhecimento – como a biologia moderna e a ciência da informação – e os instrumentos criados pelos competidores exigem não só maior participação do setor privado mas também que o Brasil construa novos arranjos institucionais que aumentem a efetividade das instituições públicas.

Máquina de pesquisa

Apesar dos avanços, o atraso histórico do Brasil na área de C&T e a velocidade com que o mundo desenvolvido investe, atualmente, não têm permitido que o *gap* diminua. Para superar esse distanciamento não bastam recursos humanos e financeiros e foco adequado. É fundamental também dispor de uma máquina ágil e flexível de pesquisa.

A proposta é o estabelecimento de um arcabouço legal para as instituições de ciência e tecnologia no país que incentive a inovação, permitindo-lhes maior agilidade e flexibilidade em sua gestão, sem colocar em risco a continuidade da pesquisa.

Devido a sua importância para o processo de desenvolvimento e a suas características de ambiente criativo, a área de C&T necessita de um nicho institucional – legislação, normas, sistema organizacional e gerencial – que lhe permita reagir rapidamente às mudanças no ambiente externo e aos desafios que se impõem para o desenvolvimento rápido do país.

É fundamental reconhecer que as atividades a cargo do Estado, relacionadas à geração e avanço do conhecimento, são diferenciadas das outras atividades burocráticas e que, portanto, necessitam de legislações específicas que lhes garantam flexibilidade e agilidade na gestão das instituições do setor, inclusive em relação à gestão de recursos humanos, gestão orçamentária e financeira e recursos para investimentos que não sofram variações abruptas.

Isso implica o respaldo governamental para dar a essas atividades continuidade e estabilidade no tempo, mas também a possibilidade de decisões rápidas na obtenção dos meios para a pesquisa, realização de convênios e contratos com o setor público e privado, nacional e estrangeiro.

Modelo de gestão

Se de um lado é fundamental criar esse nicho institucional, de outro o setor de ciência e tecnologia tem de trabalhar dentro de um modelo de gestão que atenda às expectativas do governo e da sociedade. Esse modelo deve ser baseado em três princípios fundamentais: foco no cliente, estrutura eficiente e avaliação de resultados.

A adoção desse modelo permitirá que as organizações públicas de pesquisa sejam administradas dentro de um novo enfoque gerencial, buscando resultados e não o cumprimento de normas burocráticas. Exigirá delas também o planejamento e negociação de metas e indicadores de avaliação de resultados de sua atuação. Seu programa de trabalho terá foco bem definido baseado nas demandas e necessidades dos usuários e clientes.

A pergunta que precisa ser respondida é: justifica-se que um país emergente, como o Brasil, neste momento da história, crie dentro de seu arcabouço legal um nicho para a área de ciência e tecnologia? Acreditamos que sim e que é fundamental. A agenda de C&T que vem sendo elaborada sob a coordenação do MCT coloca o tema em foco. É hora de aprofundar a discussão.

Alca: pior sem ela

Nas negociações no âmbito da Alca, sobram desafios e faltam estudos

MAURO DE REZENDE LOPES

Em recente artigo publicado em AGROANALYSIS, discutiu-se o ponto fundamental de que, sem informação e sem cenários prospectivos, fica muito difícil para o agronegócio preparar-se para competir dentro da Alca. Parece haver agora em determinados segmentos da sociedade uma discussão sobre a possibilidade de relegar esse acordo a um plano inferior.

Esse tipo de proposição só serve para engrossar as fileiras dos que acreditam que ele não virá, quase sempre as grandes vítimas das reformas, pois sempre esperam para ver o que vai acontecer, em vez de precaver-se e montar estratégias empresariais adequadas.

Conhecer para competir

Nas negociações no âmbito da Alca, sobram desafios e faltam estudos. Temos muitas dúvidas a resolver. Por exemplo, em termos dos principais competidores com produtos brasileiros exportados para os demais países do hemisfério, não há estudos sobre a participação das exportações do Brasil disponíveis ao menos para que o agronegócio possa posicionar-se estrategicamente.

Na Alca, não se trata de realizar uma integração sub-regional – trata-se de uma integração continental. É difícil quantificar e qualificar os interesses exportadores do Brasil nos mercados hemisféricos, cruzando todos os países mais importantes e produtos relevantes. Mas é preciso gerar conhecimento para lograr um posicionamento estratégico das empresas do agribusiness na integração, apesar de não haver qualquer apoio a esse tipo de estudo.

Podemos alinhar algumas informações importantes. Os principais competidores brasileiros nos grandes mercados do país no hemisfério Norte (Estados Unidos e Canadá) são o México, em vários produtos, e a Colômbia. Os países caribenhos competem no café. Os da América Central, principalmente no açúcar. Enquanto a Alca não for negociada, o acesso preferencial dentro do Nafta e outros acordos de preferências têm impacto sobre o interesse exportador do Brasil. Assim, sem a Alca, o Brasil perde e perderá mais ainda mercado nos países desenvolvidos da região.

O relativo fracasso da Rodada Uruguai – que não abriu, como se esperava, um amplo acesso aos mercados – potencializa possíveis efeitos negativos para o Brasil na consolidação do Nafta, de acordos de preferências entre os países da América Central e Caribe e os Estados Unidos, e de acordos parciais com México, Colômbia, Venezuela, Chile e Estados Unidos.

Pode parecer que a Alca poderia ser tratada em um terceiro plano. Mas é preciso atentar para outros acordos que nos subtraem mercados importantes. Fica claro o perigo de outros países da América Latina participarem das diversas formas de integração, roubando mercados que o Brasil já desfruta nos países do Nafta.

Casos concretos

Exceto o Brasil, os países membros do Mercosul não são produtores de produtos tropicais, mas na América Latina há muitos e fortes concorrentes do Brasil nestes produtos. Certamente, a Alca promoverá uma intensificação do comércio agrícola entre os países membros, alterando fluxos de comércio exterior de bens agrícolas do Brasil destinados àqueles grandes mercados do hemisfério Norte. Mas sem a Alca, a concorrência pode se acirrar muito mais.

Vamos dar um exemplo: o Brasil tem perdido parcelas do mercado norte-americano para o México e outros países da América Latina, nos chamados mercados não-dinâmicos, exceto no caso da pasta de celulose e fumo, onde o Brasil ainda detém uma posição de importância. É possível imaginar o que ocorreria sem a Alca e com integrações sub-regionais dentro do hemisfério – naturalmente, sem o Brasil.

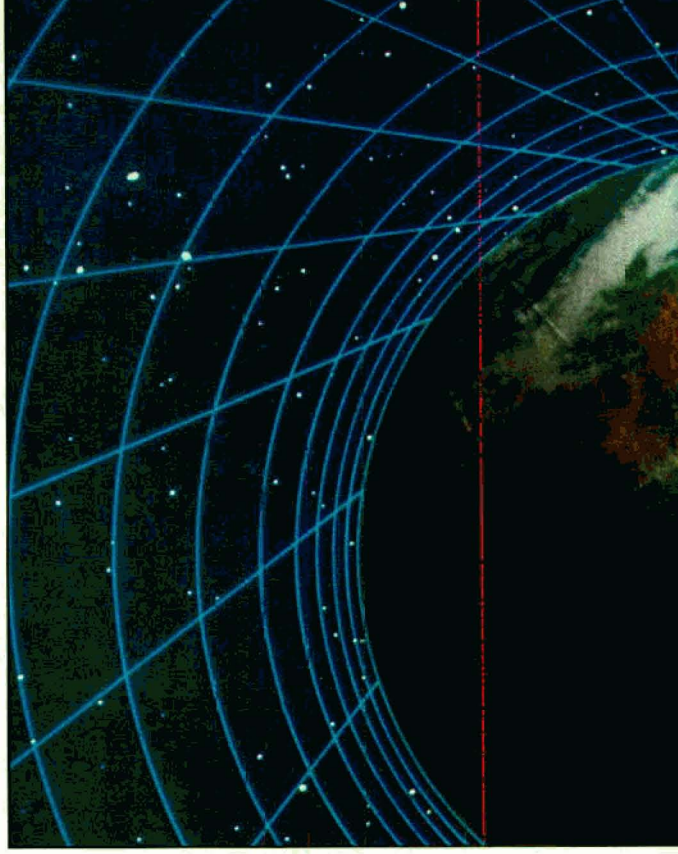
Outros exemplos: em termos de indicadores de dinamismo das exportações

E-mail: mrlopes@fgv.br

latino-americanas e brasileiras para o mercado dos Estados Unidos, nota-se que o Brasil está perdendo mercado para países da região em bebidas alcoólicas, temperos e especiarias, produtos do cacau, madeiras, alimentos beneficiados e processados e frutas. É um dado importante, pois sem a participação no Brasil na integração hemisférica, essa perda de mercados poderá acentuar-se. Na verdade, o Brasil já vinha perdendo competitividade, nos últimos 10 anos, nos mercados dos Estados Unidos e Canadá. Se ficar fora da Alca, as conseqüências podem ser piores.

Já se pode prever que o desenvolvimento econômico de países da América Latina e os novos investimentos na região, ocasionados pela liberalização comercial – desde que haja estabilidade econômica –, podem tornar internacionalmente mais competitivos produtos dos países hemisféricos, deslocando exportações brasileiras atualmente competitivas, até mesmo em mercados de países latino-americanos.

O Brasil não tem acompanhado o ritmo da região nos investimentos em agroindústria. Embora essa seja uma possibilidade ainda remota, o fato não pode ser ignorado, pois muitos países da América Latina competem com o Brasil nos mercados, não dos Estados Unidos e Canadá, mas no mundo todo. A Alca tem um valor estratégico para o Brasil no longo prazo. Idéias apressadas de rejeição à Alca podem ter conseqüências no longo prazo. Não há como negar que essa negociação é dificílima para o Brasil. Mais difícil ainda será se não soubermos as suas implicações para cada setor específico.



Impactos específicos

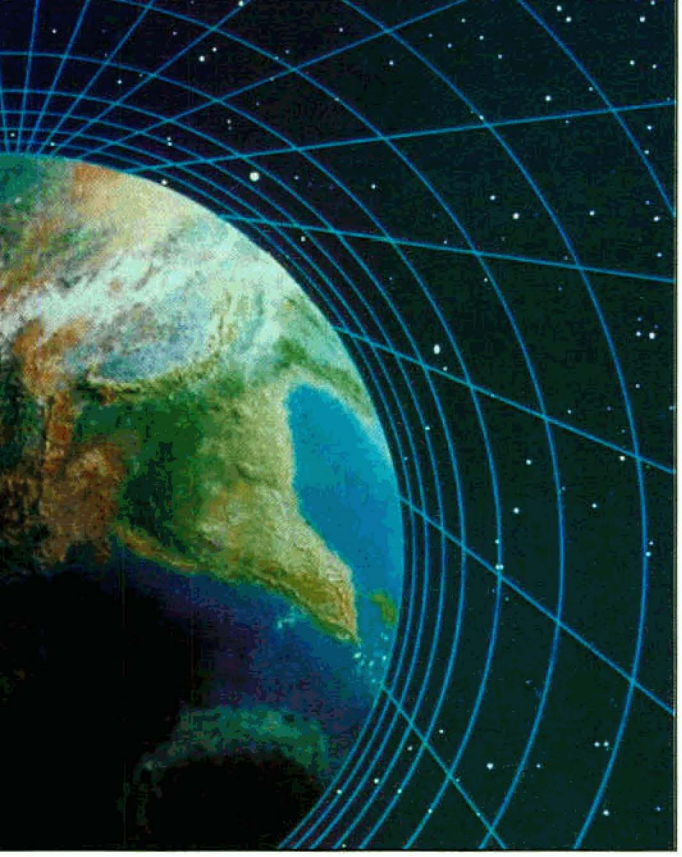
No caso das bebidas alcoólicas, as exportações brasileiras representam 11,7% das importações norte-americanas. Todos os países da América Latina disputam esse mercado. O Chile com os vinhos e o México e os países caribenhos em bebidas destiladas. Até bem pouco tempo, o Brasil se destacava nesse mercado, com exportações de vinho e destilados, ainda que em pequenas quantidades se comparadas às exportações mexicanas e chilenas. A Alca deverá ampliar a diferença entre as exportações brasileiras e as chilenas e mexicanas, porém os aspectos qualitativos do vinho brasileiro deverão ser suficientes para garantir ainda algum espaço no mercado norte-americano.

Nos casos de chá, café e açúcar, as exportações brasileiras representam 9% das importações norte-americanas; esse grupo de produtos merece atenção especial. O México ganhou parcelas significativas do mercado açucareiro dos EUA: enquanto as exportações brasileiras se mostram estáveis – apenas 0,1% de crescimento anual –, as mexicanas crescem a uma taxa de 35% ao ano.

A taxa de crescimento do mercado açucareiro norte-americano (5,1% a.a.) foi superior à das importações agrícolas como um todo (2,17% a.a.). No caso da competitividade do açúcar brasileiro, o problema tende a se agravar com a integração continental com países do Caribe, grandes produtores de açúcar.

Os Estados Unidos adquirem cerca de 24% do total do café exportado pelo Brasil. Com a Alca, o Brasil passa a enfrentar maior concorrência nos mercados dos EUA. Mas há outras escolas de pensamento: alguns especialistas estimam que somente um grande crescimento do setor cafeeiro nas Américas poderia preocupar os exportadores brasileiros. Entretanto, esquecem que os cafés colombiano e mexicano ganham espaço em função da qualidade Alguns representantes do setor cafeeiro acreditam que a competitividade dos chamados outros suaves seja superior à do arábica brasileiro. Hoje já há alguma preferência norte-americana pelos outros suaves.

O mercado de madeira brasileira responde por 16% das importações norte-americanas e é constituído por 11 grupos de produtos. A eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias no âmbito da Alca não deverá constituir, pelo menos no curto prazo, preocupação para as exportações brasileiras, uma vez que as pautas exportadoras brasileira e de outros



países são diferentes nessa rubrica.

No caso do papel e do papelão, o Canadá tem forte influência nesse setor, dominando 75% das importações totais norte-americanas, sendo que Brasil e México respondem apenas por 1,5%. Uma saída para o Brasil pode ser explorar nichos de mercado que funcionem como fonte de desenvolvimento científico-tecnológico, assegurando assim espaços mais amplos de concorrência.

No caso das frutas frescas e preparadas, os principais produtos desse grupo são as frutas *in natura* e os sucos de frutas. As importações de frutas nos EUA têm crescido de forma significativa (7% a.a. no período 1986-94), enquanto as importações de sucos têm permanecido estáveis (1,1% a.a.). Os países da América têm se mostrado mais competitivos que o Brasil nessas duas categorias durante o período analisado. A proximidade do mercado consumidor norte-americano aumenta a competitividade do México e, sobretudo, dos países do Caribe, pois reduz os gastos com transporte.

O mercado de suco de laranja concentrado congelado (SLCC) merece destaque especial. Além de maior produtor mundial de laranjas, o Brasil é também o maior exportador de suco. Segundo alguns analistas, cerca de 39% das exportações brasileiras de SLCC têm como destino os EUA e o Canadá. Os EUA são os maiores consumidores de SLCC do mundo, com um consumo médio de 850 mil toneladas/ano.

O Nafta prevê a eliminação total, em 15 anos, da tarifa de 35 centavos de dólar por galão de suco com 11,8° Brix cobrada ao México pelos EUA. Se essa preferência for estendida a outros países da América, a conseqüência maior será uma erosão da preferência mexicana – muito embora outros países possam fazer investimentos para se beneficiar de eventuais concessões americanas. O crescimento na produção mexicana de laranja, sua proximidade do mercado norte-americano e as reduções tarifárias previstas pelo Nafta certamente provocarão alterações na estrutura de mercado de SLCC.

Competitividade e concorrência

O mercado de vegetais, basicamente constituído de hortaliças e legumes, tem sido extremamente favorável às exportações mexicanas dentro do Nafta e será favorável ao Chile. O Brasil não ameaça as exportações mexicanas e chilenas, talvez por diferenças culturais, custos de transporte e tipos de embalagem. O Brasil estaria fora desse mercado, apesar de seu tamanho nos Estados Unidos – pelo menos enquanto não se convencer de que precisa de uma plataforma de exportação e de negócios dedicada a esse tipo de produto.

Em termos de análise da competitividade dos produtos brasileiros em relação aos mercados do hemisfério Norte há o caso do açúcar, onde os Estados Unidos – significativo importador líquido de açúcar – submetem as importações do produto ao regime de quotas tarifárias. Nesse caso haverá uma concorrência feroz, pois embora o Brasil tenha um dos menores custos de produção do mundo, está seguido de perto dos países caribenhos.

Uma ameaça potencial repousa no fato de que, no futuro, as reduções de tarifas podem transformar produtos brasileiros marginalmente não-competitivos em produtos verdadeiramente competitivos. É o caso do aumento das exportações do fumo, frutas de clima tropical, sucos processados de frutas, madeira processada e inúmeros outros produtos de importância relativamente menor, mas que hoje somam cerca de 10% das exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Resta ainda um outro grupo significativo de produtos, incluindo processados com açúcar, calçados e produtos processados em geral, que somam 23% das exportações brasileiras para os países da região.

Vale a pena refletir sobre esses pontos quando se cogita da hipótese de deixar a Alca em terceiro plano.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Abril	Δ% mês anterior	Δ % mês ano passado	% acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,61	-1,613	0,000	3,226	-6,154
Amendoim em casca (kg)	0,48	2,128	-6,494	-39,583	-30,435
Arroz em casca (kg)	0,25	0,000	-3,846	-14,286	4,167
Banana (dúzia)	0,43	0,000	0,000	-15,556	2,381
Batata-inglesa (kg)	0,68	13,333	33,333	138,095	88,889
Cacau (15kg)	31,47	0,768	-3,590	-13,054	33,631
Café em coco (kg)	0,93	-7,000	-6,429	-36,306	-31,111
Cana-de-açúcar (t)	25,04	4,203	3,095	58,528	53,714
Feijão (kg)	0,87	1,163	-1,754	-3,077	42,623
Fumo em folha (kg)	2,33	-0,427	-3,139	0,881	5,430
Laranja (cento)	4,51	10,539	-5,556	6,075	94,397
Milho (kg)	0,14	0,000	0,000	-21,739	-30,000
Mandioca (ton)	65,96	-3,708	-1,198	-20,534	-21,821
Soja (kg)	0,28	-3,448	0,000	6,897	-3,448
Tomate (kg)	0,49	8,889	-5,357	-11,111	2,083
Trigo em grão (kg)	0,24	9,091	5,000	10,000	9,091
Cebola (kg)	0,54	20,000	17,143	20,000	8,000
Mamona (kg)	0,37	-2,632	-2,041	-30,909	-22,917
Pimenta-do-reino (kg)	3,27	-1,208	-0,910	-60,976	-59,379
Sisal (kg)	0,35	2,941	-8,824	10,000	6,061
Uva (kg)	0,58	34,884	-100,000	-1,020	#DIV/0!
Bezerro até um ano (cabeça)	220,24	2,504	3,252	21,614	20,534
Boi gordo para corte (15kg)	39,16	1,241	-0,915	8,667	14,536
Vaca leiteira de raça (cabeça)	854,32	0,608	2,558	9,822	10,239
Vaca leiteira comum (comum)	508,07	1,942	1,820	17,559	15,042
Suíno para corte (15kg)	21,72	7,899	-3,571	6,476	23,129
Frango/galinha para corte (kg)	1,10	3,774	-5,263	8,824	18,280
Leite (litro)	0,30	3,448	0,000	3,448	0,000
Lã (15kg)	28,97	-6,428	-6,544	18,451	29,969
Ovos (dúzia)	0,96	3,226	-3,297	8,333	12,941
Mel de abelha (litro)	5,53	-0,718	-1,465	9,605	2,597
Boi magro (cabeça)	376,56	2,496	5,706	20,191	17,349

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras-Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Jan. 2001	173,118	177,183	160,041	143,463	163,096	165,629	190,532	189,112	160,283	222,050	294,037	206,973
Fev.	174,895	174,219	168,472	142,565	163,836	165,664	190,029	188,675	161,381	222,181	292,705	206,711
Mar.	175,633	171,309	174,716	143,641	164,716	166,525	190,932	189,720	162,289	222,399	295,377	207,847
Abr.	176,436	170,978	177,291	148,357	167,087	167,375	192,512	191,663	164,198	221,987	297,832	209,242

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de junho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 2001. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para julho de 2001. Os preços de julho de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Gregory Honczar

Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

O mercado interno de algodão segue lento e com preços em baixa nas principais praças de comercialização do país. Além das cotações desfavoráveis, o vendedor evita negócios no mercado disponível também, porque procura dar prioridade ao cumprimento de contratos antecipados, tentando entregar parte da sua produção à Conab, por meio das Aquisições do Governo Federal (AGFs). No mercado disponível, as indicações dos compradores para a fibra de tipo 6 estão entre R$0,85 e R$0,86/libra posto indústria e para o tipo 5,5 a R$0,88/libra. A colheita avança em Mato Grosso, maior estado produtor do país, e o produto extraído das lavouras tem apresentado boa qualidade. A preocupação com o racionamento de energia, que pode comprometer o beneficiamento da fibra, concentrado entre os meses de julho a outubro, continua.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

Os preços ao produtor estão firmes em todas as regiões. A decisão do governo de prorrogar as parcelas dos financiamentos de custeio da safra 2000/2001 foi decisiva na sustentação dos preços, mantendo o quadro de redução da oferta e permitindo a manutenção da retenção de estoques por parte dos produtores. Nos últimos 30 dias, a média ponderada do preço por regiões produtoras apresentou altas sucessivas, arrancando de R$12,10, no final de abril, para R$12,92 no início de maio, R$13,91 na metade de maio, R$14,86 no final de maio, R$15,03 na primeira semana de junho, chegando agora à média ponderada de R$15,36 por saco de 50kg. Os preços médios atuais estão 26% acima da mesma época do ano passado, em reais, mas 2,5% abaixo, em dólar. Somente a médio prazo o quadro poderá se reverter, quando começarem a vencer as parcelas de custeio prorrogadas e com o ingresso de 70% do volume de importações previstas dos países do Mercosul para 2000/2001 no Brasil. Não se descarta a possibilidade de importação de produto asiático a preços atrativos. O governo também está programando os leilões de seus estoques.

Boi gordo R$/arroba

A maioria dos frigoríficos está operando abaixo da sua capacidade instalada, abatendo bem menos animais do que de costume. As escalas avançam, mas as linhas são preenchidas com um volume reduzido de bois. Os preços do boi gordo devem ficar mais firmes nas próximas semanas, no centro do país. A expectativa é de que a oferta de animais confinados e de pasto seja pequena em agosto. Normalmente, o pico de entressafra acontece em outubro, mas neste ano a oferta de animais deve ser menor em agosto. Os preços do boi nessa entressafra devem ficar abaixo do esperado, com o cancelamento de contratos de exportação, depois da retomada da vacinação no Rio Grande do Sul. A crise energética pode reduzir a renda do setor, fator que também é baixista para os preços. As perspectivas são de aumento no volume de confinamento e semiconfinamento neste ano, resultado, principalmente, do otimismo em relação às exportações de carne bovina. A estimativa é de que 6,48 milhões de animais sejam confinados, semiconfinados e engordados com pastagem de inverno nesta entressafra, 13% acima dos 5,73 milhões de animais da entressafra de 2000.

Café tipo 6/sc. 60kg

Os fundamentos baixistas que dominam o mercado internacional limitam as flutuações dos preços internos. Os detentores de estoques permanecem resistentes às ofertas de compra a preços baixos. Mas os gastos com a colheita e com o vencimento de compromissos financeiros diversos impõem a venda de parcelas do estoque. As exportações estão aquecidas, mas os diferenciais de preço do café brasileiro ainda são altos. E, principalmente, os preços do café flutuam conforme a lógica do mercado climático.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

Os estados da região Centro-Sul estão sendo abastecidos com pro-

Mercado interno: média do mercado disponível

Produtos	Junho 2000	Maio 2001	01-20/Junho	14-20/Junho	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil, R$/15kg disp.	32,43	28,93	28,52	28,50	Baixa
Arroz agulhinha, R$/sc. 60kg	32,08	33,78	36,75	36,88	Estável
Boi gordo, R$/arroba	43,28	41,30	41,28	41,13	Estável
Café tipo 6, R$/sc. 60kg*	188,62	154,54	148,85	152,98	Estável
Feijão carioquinha especial, R$/sc. 60kg	43,25	59,18	57,50	57,00	Estável
Feijão-preto	39,76	65,64	80,67	80,00	Estável
Frango vivo, R$/kg	0,90	0,90	1,02	1,08	Estável
Milho amarelo semiduro, R$/60kg	15,74	9,56	10,02	10,20	Estável
Soja grão industrial, R$/60kg	20,63	19,13	21,56	22,25	Alta

* Fonte: BM&F.

duto novo, proveniente da colheita da segunda safra e o feijão-preto representa apenas 7% da produção estimada. Assim, observa-se maior remuneração para o feijão-preto, que vem operando com pequena oferta e forte demanda para o produto. Com relação à terceira safra, que começou a ser cultivada no mês de maio, espera-se um expressivo aumento na área plantada, devido aos atrativos preços de mercado, à falta de alternativa para o plantio de outras culturas e ainda à expectativa de frustração na safra da região Nordeste. Na região Nordeste da Bahia, cuja colheita coincide com a safra irrigada, o déficit hídrico não está permitindo a semeadura. O mercado de feijão em São Paulo permanece com preços estáveis, com manutenção dos preços do extra e pouco interesse nos comerciais.

Frango vivo R$/kg

▶ O setor trabalha com a meta de reduzir a oferta no corrente ano. Entre janeiro a abril o plano deu resultado. Mas em maio, conforme as estatísticas preliminares da Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco), a produção bateu 280,8 milhões de aves. O volume superou em 4,4,% a quantidade registrada em abril, de 268,999 milhões. Quando comparado a maio de 2000, constata-se um aumento ainda maior, de 8,5%. O ritmo acelerado das exportações alavanca a atividade. De janeiro a abril as exportações de produtos inteiros e em partes somaram US$398,74 milhões, 53,6% superiores aos US$ 258,65 milhões registrados no mesmo período do ano passado. No interior paulista os preços prosseguem estáveis, em torno de R$1,10 o quilo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

▶ As exportações alcançam recordes históricos. Na primeira quinzena do ano um volume próximo a 2,5 milhões de toneladas deixou o país. As estimativas são de que os embarques poderão passar de 3 milhões de toneladas. Uma grande safra possibilitou ao país cobrir os déficits dos últimos anos e gerar excedentes para vendas externas. Por sua vez, a desvalorização do dólar e os preços fracos internamente tornam o grão nacional mais competitivo. O fato de o grão ser livre de transgênicos também ajuda. A chamada safrinha deverá ter uma leve queda em relação ao ano passado. No momento há muito cereal no mercado, mas as indústrias temem que a oferta caia muito até o final do ano. No Paraná, os preços seguem no intervalo de R$7,50 a R$7,70 a saca.

Soja-grão industrial R$/60kg

▲ Os preços internos seguem acumulando altas. Em todos os estados, os produtores seguem retraídos, já que, num cenário de alta contínua, a tendência do vendedor é negociar seu produto lentamente, com o objetivo de obter uma média elevada na comercialização da sua safra. A desvalorização cambial acompanhada das altas sucessivas na Bolsa de Chicago fazem com que o aumento de preços na média tenha ficado em 16% nos últimos 30 dias. Em função da aceleração das vendas observadas durante o mês de maio, o fluxo de comercialização da safra 2000/2001 passou a se situar muito mais próximo da média histórica e bem maior do que em igual período do ano passado. Estima-se que 67% da safra já estariam comprometidos pelos produtores, ficando agora apenas levemente abaixo dos 68% da média dos últimos cinco anos. Além disso, passou a superar de maneira folgada os 61% de comercialização da safra 1999/2000, em junho de 2000.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

▶ O déficit mundial de açúcar da safra 2000/2001 deve alcançar 3,5 milhões de toneladas. A diferença entre consumo e produção está aumentando. Apesar disso, o mundo não deve enfrentar problemas com a redução de oferta do produto. Os estoques acumulados ao longo de cinco safras superavitárias vai cobrir as necessidades de consumo no mundo. Para a safra mundial 2001/2002, que oficialmente começa em setembro, estima-se um déficit similar, de 3 milhões de toneladas. Mas, mais uma vez, devido aos altos níveis dos estoques, os preços não deverão registrar aumentos consideráveis. Nos próximos 12 meses, os preços do produto devem continuar presos dentro do mesmo intervalo em que estiveram durante a safra 2000/2001, ou seja, entre 8 e 11 centavos de dólar por libra-peso

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

▼ A produção mundial de algodão da safra 2001/2002 foi estimada em 20,07 milhões de toneladas, 6,2% acima da estimativa do ano anterior. O consumo mundial em 2001/2002 será de 20 milhões de toneladas, ou 91,9 milhões de fardos, em comparação com 19,78 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado. Conseqüentemente, os preços mundiais, refletidos no índice Cotlook A, devem chegar em média a 59 centavos a libra-peso na safra 2001/2002, dois centavos acima do nível esperado para a safra atual.

Café contrato C Nova York USc/lb. peso

▶ Os fundamentos de mercado permanecem inequivocamente baixistas. Todas as previsões da safra mundial indicam produção superior ao consumo e, conseqüentemente, crescimento dos estoques internacionais, que já estão em patamar relativamente elevado. Mas, durante o inverno brasileiro, o mercado de café reage ao clima nas regiões produtoras brasileiras. E este passa a ser o principal fator determinante das cotações. O mercado subirá, se as frentes frias se sucederem; ou cairá, se elas não vierem.

Milho two yellow USc/bushel

▶ As previsões do relatório do Usda de junho não abalaram as perspectivas dos agentes de mercado. O quadro de balança da oferta e demanda mundial continua estabilizado e os estoques de passagem são tranquilizadores. Nos Estados Unidos a área do cereal perde espaço para a soja mas aumenta em outras partes do mundo. Os contratos para setembro foram negociados a 205 centavos de dólar por bushel ou US$81 a tonelada. Somente uma catástrofe durante o período vegetativo das lavouras norte-americanas poderá reverter esse quadro.

Soja-grão one yellow/bushel

▲ O clima está de fato ameaçando a nova safra de soja dos Estados Unidos.

Muitos produtores de Iowa e Minnesota ainda não iniciaram o plantio ou estão atrasados. Quanto mais tarde as sementes forem plantadas, maior o potencial de perda de produtividade. Além disso, os produtores que ainda não plantaram 20% ou mais da sua área total poderão receber ajuda do programa governamental que lhes paga entre US$50 e US$100 por acre não-semeado. Isso poderá significar vários acres a menos na área de plantio de soja nos EUA. Corre o comentário de que o Usda terá de rever suas estimativas de plantio de soja no final do verão, pois muitos campos poderão ser abandonados até lá. A tendência é de alta para os futuros do complexo. A demanda dos países asiáticos continua firme, mas o principal fator a valorizar os preços é a perspectiva de uma safra menor nos Estados Unidos. Cerca de 85% das lavouras de soja foram plantados, o que indica algum atraso no plantio, em decorrência das chuvas. Com isso, restam 15% da área total prevista para a safra deste ano. O mesmo clima chuvoso que atrasou o plantio obrigará o replantio em 15% das lavouras já semeadas, onde o excesso de umidade propiciou o surgimento de fungos e a germinação de plantas mais frágeis. Temos ainda, em meados de junho, 30% da safra norte-americana sob risco climático. Toda a soja plantada nos EUA depois do dia 10 de junho terá, potencialmente, sua produtividade reduzida entre 20% e 25%. O período ótimo para o plantio nos EUA ocorre entre os dias 5 e 20.

Soja, farelo de US$/t

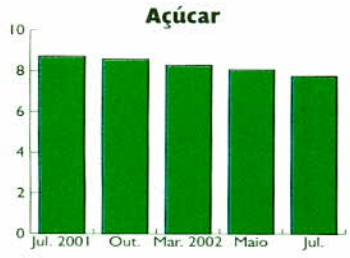
O consumo mundial de farelo de soja deve crescer 5,9%, indo para 115,8 milhões de toneladas na safra 2000/2001, de outubro a setembro, contra as 109,3 milhões de toneladas do ciclo anterior, 1999/2000. A demanda pelo produto superou as expectativas nos últimos meses, principalmente na Ásia e União Européia (UE). As exportações combinadas de Estados Unidos, Brasil e Argentina devem alcançar 3,1 milhões de toneladas em maio último, um aumento de cerca de 300 mil toneladas com relação a maio do ano passado. A valorização do farelo de soja foi de US$7,50 por tonelada ou 4,6% para o vencimento imediato, em julho, US$7,00 por tonelada ou 4,4% para agosto e US$6,40 por tonelada ou 4,2% para setembro, no mês de junho.

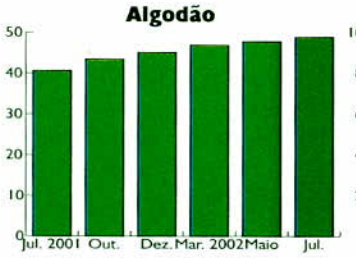
Trigo Soft Red US¢/bushel

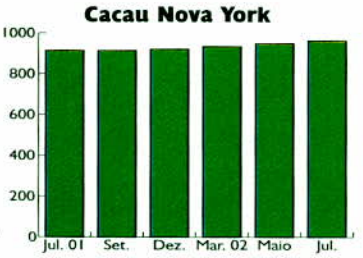
Segundo o Usda, foi estimada uma redução de 8 milhões de toneladas na safra chinesa e conseqüente queda dos estoques finais mundiais de mais de 7 milhões de toneladas. O Usda rebaixou a safra chinesa 2001/2002 de 104 milhões de toneladas para 96 milhõe devido à seca que atinge o país. Os estoques serão reduzidos em quase 10 milhões de toneladas, pois a safra 2000/2001 também foi revista para baixo, de 102 para 99,6 milhões de toneladas. As reduções nas safras australiana e canadense já eram esperadas pelo mercado. O Usda reviu para baixo em 500 mil toneladas cada uma das safras, a da Austrália caindo de 23,5 para 23 milhões de toneladas e a do Canadá de 26,5 para 26 milhões de toneladas, também devido a estiagens. Uma revisão que poucos esperavam foi o novo rebaixamento da safra norte-americana. O Usda reduziu em mais de 500 mil toneladas a safra total, de 53,37 para 52,83 milhões de toneladas. Como a colheita do trigo de inverno está completa em apenas 8% da área total, números mais próximos ao real serão conhecidos apenas nos relatórios de julho e agosto. Assim, novas revisões estão por vir. Apesar de o relatório ser considerado altista, o mercado deve seguir apresentando resistência em subir.

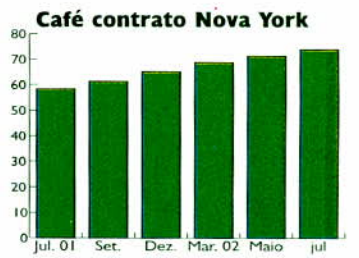
Mercado externo: média dos primeiros futuros

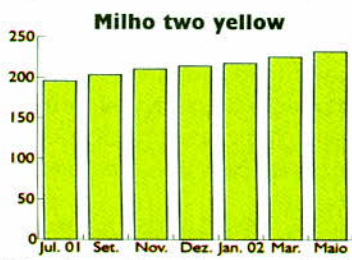
	Açúcar US¢/lb peso mundial	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso	Farelo de soja US$/t	Milho two yellow US¢/bushel	Soja em grão one yellow US$/bushel	Suco de laranja	Trigo soft red US¢/bushel
Jun. 2000	8,46	56,10	838,36	89,22	173,72	207,90	509,27	84,44	268,75
Maio 2001	8,96	44,18	1.026,95	64,82	159,81	199,43	442,64	79,10	269,48
De 1 a 20 jun.	8,71	40,56	913,36	58,26	168,69	195,41	464,22	77,73	261,91
De 14 a 20 jun.	8,90	38,99	882,20	58,39	168,44	191,80	465,82	76,06	259,05

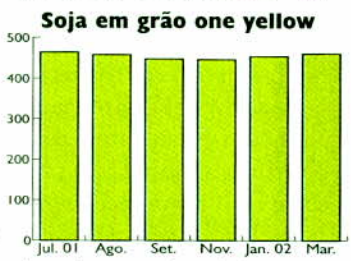




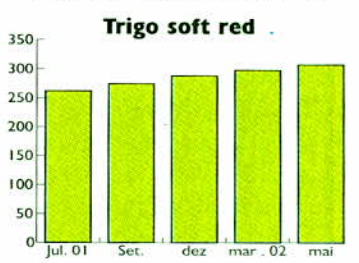












*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.

Para não dizer que não falei de flores ... e frutas



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da ABAG e professor de economia rural da UNESP.*

O Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor – assinou convênio com a Apex – Agência da Promoção de Exportações –, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o objetivo de ampliar as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais. É uma boa notícia, porque no ano passado exportamos apenas US$13 milhões e o programa prevê levar a cifra a US$80 milhões em cinco anos.

Pontos centrais do programa Flora Brasilis: prospecção de produtos e mercados, mapeando a cadeia produtiva no Brasil e diagnosticando o mercado externo; sensibilização, capacitação e treinamento de técnicos, produtores e líderes do setor e promoção e marketing, lançando uma marca da floricultura brasileira.

O Brasil tem hoje menos de 5 mil hectares cultivados com flores, e desses apenas 950ha com estufas. É muito pouco, comparado com a Colômbia, que tem cinco vezes mais, sem falar em grandes produtores mundiais como a Holanda.

A floricultura é atividade de valor agregado alto: em 1999 a produção brasileira de flores chegou a R$322 milhões, ou seja, mais de R$60 mil por hectare de faturamento bruto – uma excelente atividade para o pequeno produtor, embora os investimentos e a tecnologia necessários sejam elevados. Mas o Flora Brasilis buscará também fontes de financiamento para a atividade, aliás grande geradora de empregos: pode ocupar até sete pessoas por hectare durante o ano todo.

O programa deve resolver dois dos principais problemas da floricultura quanto ao comércio exterior: a padronização e o volume estável da oferta. Como subproduto, pode aumentar muito nosso mercado interno. Os brasileiros consomem US$5,00/*per capita*/ano de flores, enquanto os argentinos gastam US$25/ano, os americanos US$58 e os suíços US$174.

Programa semelhante está desenvolvendo a fruticultura brasileira, através do Pró-Fruta, do Ministério da Agricultura. No ano 2000, o Brasil exportou US$169 milhões em frutas in natura, um valor ridículo se comparado com o Chile – mais de US$1,5 bilhão. Foram 10% a mais que em 1999, e em 2001 devemos crescer outros 10%, passando de US$190 milhões.

Também a fruticultura é uma atividade para o pequeno produtor, com uma renda bruta que pode atingir R$20 mil por hectare, dependendo do produto, e até seis empregos por hectare.

O Brasil produz hoje 34 milhões de toneladas de frutas, numa área total de 2,2 milhões de hectares. É o segundo maior produtor de frutas do mundo, atrás só da China, e o maior produtor mundial de frutas tropicais, mas exporta apenas 1,5% da produção. O mercado mundial de frutas movimentou, no ano passado, US$22 bilhões, ou seja, mordemos 0,75% do total. É preciso crescer – e temos todas as condições. Só no vale do São Francisco cabem dois Chiles em frutas.

O Pró-Fruta quer alcançar US$1 bilhão de exportações em cinco anos. Para isto cuidaria de alguns pontos prioritários: desenvolvimento tecnológico; produção de mudas certificadas; promoção interna e externa; integração da produção, com implantação de selo de qualidade; capacitação, com ênfase em marketing e defesa sanitária; promoção da agroindústria; e participação em eventos. A questão da qualidade está em todos os itens, com a padronização e classificação em destaque.

O mercado externo exige qualidade, frutas bem selecionadas, embaladas adequadamente, volume e regularidade na entrega, certificação e rastreabilidade. Alguns países exigem produtos sem resíduos de defensivos, o que determina ação técnica diferenciada.

Há um fantástico filão para o Brasil conquistar nas áreas de flores e frutas. Com produtores habilitados, boa tecnologia e marketing, chegamos lá, gerando emprego e renda para a classe rural, inclusive em nichos internos. É o caso da cana-de-açúcar que, por exigências legais, em poucos anos não poderá ser colhida manualmente. Fruticultura e floricultura seriam ótimas oportunidades para os produtores de cana que, por sinal, já estão bem organizados em cooperativas.

Para flores e frutas, a organização é absolutamente fundamental.

CONTROLA MAIS espécies de FORMIGAS QUE OS OUTROS



Os testes* mais uma vez comprovam:
MIREX-S MAX e MAX N.A. controlam todas as principais espécies de saúvas e quenquéns – e fazem esse controle com muito mais eficácia.
MIREX-S MAX e MAX N.A. começam a controlar o formigueiro aproximadamente 48 horas após a aplicação. Em cerca de três dias cessam os prejuízos causados pelo corte das formigas.
Além disso, MIREX-S MAX e MAX N.A. agem só por ingestão. Por isso as iscas são distribuídas por todo o formigueiro, provocando, inclusive, a morte da rainha.
MIREX-S MAX e MAX N.A. eliminam definitivamente o formigueiro.



SUPERISCA
ISCA FORMICIDA
MIREX-S®
MAX

(*)Testes de Carregamento e Eficiência Agronômica organizados pela Atta-Kill, junto a Universidades e órgãos oficiais como – UFV, UNESP, ESALQ.

ATENÇÃO Este produto pode ser perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo.

Venda sob receituário agronômico.

ATTA-KILL
Ind. e Com. de Defensivos Agrícolas Ltda.



Algodão colorido. Natural em cada fibra.

O algodão colorido já pode ser utilizado na indústria e no comércio. A pesquisa agropecuária tornou isso possível, desenvolvendo variedades com fibras mais resistentes e alongadas, e ainda com excelente produtividade. Além disso, sua cor uniforme dispensa o uso de corantes sintéticos no tecido, satisfazendo os consumidores mais exigentes, que ficam livres de problemas alérgicos e têm a certeza de estar usando um produto natural. Com tantos bons motivos você não pode passar em branco.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Embrapa

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil